

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

SANDRA REGINA COELHO DA ROSA

**COLEÇÃO CARMEN SOUSA DO MUSEU DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (MUFPA): uma proposta de instrumento de
pesquisa pelo *Software Access to Memory* (AtoM)**

**Belém
2019**

SANDRA REGINA COELHO DA ROSA

**COLEÇÃO CARMEN SOUSA DO MUSEU DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (MUFPA): uma proposta de instrumento de
pesquisa pelo *Software Access to Memory (AtoM)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Lopes

**Belém
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISSD
Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA

R788p Rosa, Sandra Regina Coelho da, 1974-
Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA):
uma proposta de instrumento de pesquisa pelo *Software Access to Memory (AtoM)* /
Sandra Regina Coelho da Rosa. – 2019.

Orientador: Roberto Lopes dos Santos Júnior
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belém,
2019.

1. Ciência da Informação. 2. Representação da Informação. 3. *Software Access
to Memory (AtoM)* I. Título.

Dedico ao meu pai Zeca (*In memoriam*).
Para Regina Rosa, minha mãe, Silvia, Sheila e
Suzelle, minhas irmãs, pelo seu apoio
incondicional em todas as minhas decisões.
E para Íris e Isabella, minhas filhas amadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas graças concedidas até aqui!

A minha família, em especial a minha mãe, Regina Rosa, por ser o meu alicerce de força, determinação e cumplicidade; e minhas três irmãs: Sílvia, Sheila e Suzelle, que são as melhores irmãs que alguém poderia ter, as minhas filhas, Iris e Isabella, e sobrinhos, Dandara, Nicolas, Renato e Isadora, que são a minha descendência de força e vigor para acreditar em um mundo melhor.

Ao professor orientador Roberto Lopes, grata pela orientação e incentivo ao meu desenvolvimento profissional no campo da pesquisa científica.

A minha banca examinadora, as professoras Rosangela Brito e Alegria Benchimol que me acompanham desde a graduação e contribuíram muito para esta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo compartilhamento do conhecimento durante o curso.

Aos profissionais e aos bolsistas do Museu da Universidade Federal do Pará, pelo auxílio técnico no desenvolvimento da pesquisa dentro das possibilidades de cada um.

Aos meus colegas de classe, sou grata pelo companheirismo e convivência nesses anos acadêmicos, certa que sentiremos saudades desta fase tão marcante em nossas vidas.

Aos meus irmãos em Cristo, pelas orações, em especial ao casal Julimar e Valéria, pelos seus conselhos fervorosos e abraços acolhedores nos momentos de aflição.

Aos meus amigos pelo carinho e auxílio nas horas difíceis da minha vida e, principalmente, pelo incentivo para seguir sempre em frente, mesmo com tantas dificuldades ao longo do caminho.

Aos meus amigos, que conquistei ao longo da fase estudantil no Santo Afonso, UNAMA, UFPA e ESTRATEGO, obrigada pela torcida carinhosa!

Por fim, meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram e apoiaram este estudo, que é de todos e para todos. Muitíssimo obrigada!

“Quando passares pelas águas, eu serei contigo;
quando, pelos rios, eles não te submergirão;
quando passares pelo fogo, não te queimarás,
nem a chama arderá em ti”.

Isaías 42:43

SANDRA REGINA COELHO DA ROSA

**COLEÇÃO CARMEN SOUSA DO MUSEU DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (MUFPA): uma proposta de instrumento de
pesquisa pelo *Software Access to Memory* (AtoM)**

Aprovado em: ____/____/2019.

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Júnior - Orientador
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/UFPA

Profa. Dra. Alegria Benchimol
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – PPGCI/UFPA

Profa. Dra. Rosângela Marques de Britto
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGARTES/UFPA

RESUMO

A informação acerca das coleções musealizadas pode ser visualizada em meio a um conjunto de ações organizadas, que visa a preservar e comunicar os testemunhos materiais gerados ou coletados pelo homem. A documentação em museus é abrangente, compreendendo desde a aquisição do objeto, até a conservação, pesquisa, exposição e outros. Percebe-se que essas informações têm potencialidades para produzir novas informações, ajudando os profissionais no planejamento e no desenvolvimento das atividades. Além do mais, essas informações são fundamentais testemunhos quanto à história dessas coleções e das instituições de guarda. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo propor um instrumento de pesquisa à coleção da artista plástica Carmen Sousa (1908-1950), salvaguardada pelo Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA). A coleção é constituída dos acervos de arte visuais (pintura, escultura e desenho) e de comunicação (cartas, diário, fotografias, telegramas, recorte de jornais e outros) da artista. Os instrumentos de pesquisas são produtos provenientes da descrição arquivística e catalogação museológica, direcionados aos usuários que acessam as informações em arquivos ou museus com objetivo de localizar os documentos e os objetos que desejam pesquisar. A metodologia aplicada ao estudo busca associar os mecanismos de recuperação da informação a partir da análise comparativa dos metadados de descrição das Normas da ISAD(G), para arquivos, e documentação das Diretrizes do CIDOC, para museus, visando a identificar os campos de registro de dados semelhantes para documentar o acervo. O produto desse estudo assinala para a conformidade da representação da informação para acervos museológicos adaptado ao *Software Access to Memory* (AtoM) em cenário digital, a fim de proporcionar o acesso à coleção, mediante proposta de difusão, preservação e comunicação deste bem cultural do museu universitário aos seus usuários. Os resultados indicam que o sistema possibilita a descrição da coleção em único instrumento de pesquisa.

Palavras-chave: Representação da Informação. Instrumento de Pesquisa. *Software Access to Memory* (AtoM). Museu da Universidade Federal do Pará. Coleção Carmen Sousa.

ABSTRACT

Information about musealized collections can be viewed in the midst of a set of organized actions aimed at preserving and communicating material testimonies generated or collected by man. Documentation in museums is comprehensive, ranging from the acquisition of the object to conservation, exhibition and others. It is noticed that this information has the potential to produce new information, advising professionals in the planning and development of activities. Moreover, this information is a fundamental testimony to the history of these collections and guard institutions. Thus, the present work aims to propose a research instrument to the collection of the artist Carmen Sousa (1908-1950), safeguarded by the Museum of the Federal University of Pará (MUFPA). The collection consists of the artist's visual art (painting, sculpture and drawing) and communication (letters, diary, photographs, telegrams, newspaper clippings and others). Research tools are products derived from archival description and museum cataloging, aimed at users who access information in archives or museums in order to locate the documents and objects they wish to search. The methodology applied to the study seeks to associate the mechanisms of information retrieval from the comparative analysis of the description metadata of ISAD(G) standards, for archives, and the documentation of the CIDOC Guidelines, for museums, in order to identify the fields of information record similar data to document the collection. The product of the study points to the conformity of the representation of information for museum collections adapted to the Software Access to Memory (AtoM) in digital setting, in order to provide access to the collection, through the proposal of diffusion, preservation and communication of this cultural good of the museum to its users. The results indicate that the system allows the description of the collection in a single research instrument.

Keywords: Information Representation. Research Instrument. Free Software AtoM. Museum of the Federal University of Pará. Carmen Sousa Collection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Parte externa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA).....	41
Figura 2- Carmen Sousa, 1943. <i>Portuguesa</i> . Gesso, 29 x 13 x 13,5 cm.....	44
Figura 3- Carmen Sousa, 1947. <i>Hilda Ribeiro</i> . Gesso, 57,5 x 27 x 29 cm.....	44
Figura 4- Carmen Sousa, 1949. <i>Cabeça de Negra</i> . Bronze, 57,5 x 27 x 29 cm	44
Figura 5- Carmen Sousa, s/d. <i>Nossa Senhora das Missões</i>	45
Figura 6- Carmen Sousa, 1946. <i>Curt Unkel-Curt Nimuendajú</i>	46
Figura 7- Carmen Sousa, 1949. <i>Baixo-relevo Cristo Rei e a escultura da Boa Pastora</i>	46
Figura 8- Carmen Sousa, 1948. <i>Trabalhos Fachada da Ação Católica</i>	48
Figura 9- Inauguração do Salão Paraense de Belas Artes, Salão do Theatro da Paz, s/d.	48
Figura 10- Fotografia do Mausoléu de Carmen Sousa, 1950.	50
Figura 11- Armário que acondiciona as esculturas de Carmen Sousa	56
Figura 12- Trainel que acondiciona as pinturas de Carmen Sousa.....	56
Figura 13- Mapoteca que acondiciona os desenhos e os documentos de arquivo de Carmen Sousa.....	56
Figura 14- Catálogo de Escultura da Coleção Carmen Sousa (anverso).....	60
Figura 15- Catálogo de Escultura da Coleção Carmen Sousa (verso).....	60
Figura 16- Ciclo de musealização da Coleção Carmen Sousa	61
Figura 17- Processos de descrição arquivística	68
Figura 18- Processamento técnico da documentação em museus	72
Figura 19- Sistema de informação documentária para museu.....	76
Figura 20- Modelo dos níveis de arranjo em um fundo	79
Figura 21- ISAD(G): Áreas e elementos de descrição	80
Figura 22- Esquema dos grupos de informação	83
Figura 23- Base de dados para o preenchimento dos campos de ficha catalográfica.....	89
Figura 24- Modelo de ficha catalográfica proposta à Coleção Carmen Sousa.....	90
Figura 25- Modelo descritivo de objeto digital no AtoM.....	92
Figura 26- Proposta dos níveis de arranjo à Coleção Carmen Sousa	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fases dos documentos de arquivo	29
Quadro 2- Etapas e procedimentos das práticas arquivísticas	30
Quadro 3- Processo de musealização	34
Quadro 4- Etapas e procedimentos da documentação em museus	34
Quadro 5- Premiações da artista em Salões Oficiais de Belas Artes Paraenses	44
Quadro 6- Instrumento de pesquisa (arquivo)	69
Quadro 7- Categorias de informação dos objetos de museu	74
Quadro 8- Sistema de documentação museológico	74
Quadro 9- Instrumento de pesquisa (museu)	75
Quadro 10- Grupos e Categorias de Informação das Diretrizes do CIDOC	83
Quadro 11- Proposta de Classificação à Coleção Carmen Sousa	87
Quadro 12- Elementos descritivos da Área de Identificação do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	93
Quadro 13- Elementos descritivos da Zona de Contexto do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	94
Quadro 14- Elementos descritivos da Zona de Conteúdo e Estrutura do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	95
Quadro 15- Elementos descritivos da Zona de Condições de Acesso e Utilização do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	97
Quadro 16- Elementos descritivos da Zona de Documentação Associada do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	98
Quadro 17- Elementos descritivos da Zona de Notas do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	99
Quadro 18- Elementos descritivos da Zona de Controle da Descrição AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC	99
Quadro 19- Níveis de descrição de fundo proposto à Coleção Carmen Sousa	102
Quadro 20- Níveis de descrição de dossiê/processo proposto à Coleção Carmen Sousa	103
Quadro 21- Níveis de descrição de item documental (acervo artes visuais) proposto à Coleção Carmen Sousa	104
Quadro 22- Níveis de descrição de item documental (acervo de comunicação) proposto à Coleção Carmen Sousa	104
Quadro 23- Representação da informação do item documental (escultura)	106
Quadro 24- Representação da informação do item documental (recorte de jornal)	108
Quadro 25- Representação da informação do item documental (fotografia)	110

LISTA DE SIGLAS

AtoM	<i>Acesso to Memory</i>
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
CIA	Conselho Internacional de Arquivo
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ISAD(G)	Norma Internacional de Descrição Arquivística
MUFPA	Museu da Universidade Federal do Pará
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MinC	Ministério da Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNM	Plano Nacional de Museus
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
SIMBA	Sistema de Informação do Acervo Museu Nacional de Belas Artes
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contextualização do tema de pesquisa.....	15
1.2 Justificativa	19
1.3 Objetivos	22
1.4 Procedimentos Metodológicos	23
1.5 Estrutura da Dissertação.....	24
2 ARQUIVO E COLEÇÃO: PERSPECTIVA TEÓRICO-PRÁTICA DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DO OBJETO DOCUMENTO	26
2.1 O arquivo, documento de arquivo e a prática arquivística.....	27
2.2 A coleção, objeto de museu e a documentação em museus	27
2.3 Os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) nos arquivos e museus	36
3 COLEÇÃO CARMEN SOUSA DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (MUFPA).....	40
3.1 O Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA).....	40
3.2 Carmen Sousa, artista plástica	42
3.3 A musealização da Coleção Carmen Sousa.....	51
3.4 O processo de catalogação da Coleção Carmen Sousa.....	58
4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA	63
4.1 Perspectiva teórica da Representação da Informação na Ciência da Informação associada à Arquivologia e a Museologia.....	63
4.2 Representação da Informação na Arquivologia	66
4.3 Representação da Informação na Museologia.....	70
4.4 Descrição arquivística, segundo as Normas da ISAD(G).....	77
4.5 Documentação em museus, conforme as Diretrizes do CIDOC	81
5 PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE PESQUISA À COLEÇÃO CARMEN SOUSA ...	86
5.1 O Instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa.....	86
5.2 <i>Software Access to Memory</i> (AtoM) e sua utilização no repositório	91
5.3 Proposta de instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa	100
6 CONSIDERAÇÕES	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos e os museus são instituições baseadas na concepção de memória, cultura e patrimônio, a datar da antiguidade, a partir da necessidade da preservação, comunicação e conservação de diferentes categorias de inscrição material em relação às experiências e conhecimentos produzidos pela humanidade. Atualmente, as instituições possuem importante consolidação social no que tange à organização e representação da informação em cenário digital de seus acervos e coleções, com intuito de promover o acesso entre seus usuários.

Diante disso, a Arquivologia tem buscado na sua base teórica, às vezes restrita ao paradigma custodial, a ampliação do desenvolvimento de teorias e práticas que investiguem a complexidade dos novos formatos de instituições, serviços e ações que colaborem para o funcionamento no âmbito das práticas arquivistas objetivando a preservação e a comunicação de seus acervos, assim como a Museologia tem procurado, no embasamento das metodologias tecnicista e reflexiva, para expandir suas teorias e práticas acerca da documentação em museus em detrimento das novas tipologias de museus, ações-educativas e exposições, no que diz respeito ao patrimônio material e imaterial, visando à cooperação para o dinamismo no campo museal.

A aproximação entre Arquivologia e Museologia pode ser percebida em ambiente digital por conta do desenvolvimento das práticas de representação da informação do patrimônio cultural salvaguardado em arquivos e museus, sugerindo à representação para promover o acesso aos usuários, nesse caso, as ações de descrição para documentos de arquivo e a documentação em museus para objetos de museu, as quais são semelhantes no tratamento da informação em relação à normatização para a interoperabilidade informacional entre as instituições arquivísticas e museológicas.

A disposição dos acervos e coleções em ambientes digitais por meio das ferramentas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) colabora para a difusão da informação do objeto documento nesses espaços, alinhada à contribuição da Ciência da Informação que potencializa a “geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 186) para comunicação de bens culturais de modo acessível por meio da criação de metadados como fonte de pesquisa, visando a vivências dos usuários com os museus virtuais e repositórios digitais.

Bush (1945) afirma que os procedimentos de tratamento e recuperação da informação necessitam de uma conexão engajada de significados ao ser humano, mas Saracevic (1996) enfatiza que a recuperação da informação é ponderada como uma complexidade dentro da

Ciência da Informação, pois entende-se como uma Ciência Social interdisciplinar e interligada à Tecnologia da Informação e Comunicação. Segundo Shera e Cleveland (1977), Borko (1968), Le Coadic (1996) e Saracevic (1996), concordam que o tratamento da informação fomenta a sua recuperação pelos seus usuários dentro de um sistema informacional e tecnológico, mas Sarasan (1998, p. 45 *apud* Cerávolo e Tálamo, 2000, p. 243) ressalta que a “teoria da documentação” e os “sistemas de documentação” são elementos a serem, obrigatoriamente, estabelecidos de forma planejada para a implantação de qualquer sistema informacional ou mesmo manual.

Nesta perspectiva, as reflexões sobre a representação da informação dos acervos de artes visuais e comunicação da Coleção Carmen Sousa, a partir dos pontos de interseção entre Arquivologia e Museologia no que tange as metodologias adotadas no tratamento da informação, conciliando as práticas de descrição arquivística e documentação em museus, objetivando propor um instrumento de pesquisa no formato de repositório digital denominado *Software Access to Memory (AtoM)* à coleção, correlacionando as funções de descrição, pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISADG) e documentação, pelas Diretrizes do Comitê Internacional para Documentação (CIDOC), no intuito de identificar os metadados semelhantes à descrição nos campos informação do referido repositório, visando a potencializar a difusão e o acesso à informação.

1.1 Contextualização do tema de pesquisa

Segundo González de Gómez (2000, p. 2), “a Ciência da Informação surge nas transformações das sociedades contemporâneas, que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica”. Entretanto, Le Coadic (2004) acrescenta que a Ciência da Informação é uma área do conhecimento interdisciplinar, relacionada diretamente com outras disciplinas de conhecimento que corroboram com a gestão e o registro da informação, como é o caso dessa pesquisa que foca na representação da informação no âmbito da Museologia e as similaridades no tratamento da informação com a Arquivologia.

Nesse caso, o processo de organização e representação da informação e do conhecimento, nesta pesquisa direciona-se aos acervos musealizados, e estão baseados nas funções de classificação e descrição no âmbito arquivístico e a classificação e documentação na esfera museológica. A organização e representação da informação são mais perceptíveis na descrição, enquanto a organização e representação do conhecimento se empregam à

classificação, (BRASCHER *et al.*, 2017). Nesse caso, a organização e representação da informação e do conhecimento favorecem a constituição de um suporte teórico para a classificação e a descrição de documento, visando a fomentar a recuperação da informação com eficácia, promovendo o acesso pelos usuários.

Focando nos processos de documentação em museus, segundo Cândido (2006), o papel dos museus é criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos são suportes, os quais estabelecem a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado. Diante desta afirmação, podemos perceber a necessidade da documentação como meio de recuperar as informações intrínsecas e extrínsecas do objeto de museu (MENSCH, 1987), potencializando a difusão entre a coleção e o público.

Cerávolo e Tálamo (2007) apresentam duas concepções metodológicas que englobam a documentação em museus. A primeira é a tecnicista, muito utilizada na abordagem norte-americana, afirma que a função primordial da documentação em museus é de se reportar aos mantenedores institucionais por meio dos processos documentários realizados pelos técnicos, pois as ações técnicas visam à elaboração e preenchimento de registros, o armazenamento e a recuperação da informação. Enquanto a segunda concepção alinha-se à abordagem reflexiva, mais empregada pelos europeus. Essa abordagem parte do princípio de que o museu é um centro de documentação e, como tal, são núcleos de documentação pensados não apenas para os seus gestores, de forma que contemple o seu público.

Julião (2006) destaca a relevância da investigação científica acerca da documentação em museus a partir de duas temáticas: a primeira é baseada nos objetos, fruto da documentação em museus, sendo o profissional quem decodifica as informações contidas nesses objetos, criando métodos de pesquisas e consultas, bem como os inventários, catálogos e registros; e a segunda, fundamentada na pesquisa propriamente dita, que envolve investigações e estudos que vão além do objeto em si, centrando-se na historicidade que o cerca, e nas relações desse objeto com seu contexto sociocultural.

Costa (2006) pontua no "Manual Prático dos Princípios Básicos da Museologia" que a documentação em museus é definida como um sistema capaz de identificar e controlar as peças do acervo de uma coleção permanente ou temporária no âmbito de uma instituição. Esse sistema é composto por uma série de processos a serem seguidos, como a marcação, documentação, arrolamento, inventário, catalogação, entre outros, considerado como uma ferramenta importante no apoio à execução das atividades de documentação em museus.

Padilha (2014) assegura que nos processos que compreendem as rotinas dos profissionais dos museus, a informação se define como conceito fundamental, pois assessora no desempenho das funções sociais e culturais da instituição. No entanto, para expandir esse conhecimento, a autora recomenda a aproximação harmoniosa da Museologia com a Ciência da Informação, porque ambos os campos lidam com o tratamento e recuperação da informação. Nesta perspectiva, a Ciência da Informação, como campo interdisciplinar, abrange área de interação diversificada do conhecimento visando a organizar e representar a informação para promover o acesso aos seus usuários.

Nesse caso, a legislação brasileira delibera o acesso a informação por meio da Lei de Acesso à Informação¹, publicada em 2011, garantindo à população o acesso aos acervos e coleções salvaguardas pelas instituições, legitimando a obrigatoriedade de informar à sociedade e comprova-se o Plano Nacional de Cultura (PNC) que pontua temas de preservação, comunicação e de promoção ao acesso e à cultura nos ambientes de informação, constituídos de Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Em meios aos fomentos criados pelas organizações governamentais destinados a instituição museológica, destaca-se o Plano Nacional de Museus (PNM), publicado em 2003 pelo Ministério da Cultura (MinC) que visa a valorização, a preservação e o acesso ao patrimônio museológico brasileiro ao investir em projetos de desenvolvimento e revitalização dos museus, tais como gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus; e aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Nesse contexto, enfatiza-se o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que implantou o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que visa a promover o diálogo entre os museus. Criou em 2006, o Cadastro Nacional de Museus (CNM) que viabilizou o mapeamento de 3.500 museus brasileiros. Publicou em 2011 o Guia dos Museus Brasileiros e o Livro Museus em Números. Essas publicações computam dados acerca da localização, a tipologia de acervo, o acesso ao público, os serviços prestados e a distinção física dos museus. Disponibilizou em 2017 a plataforma Museusbr que objetiva agrupar ao serviço público associado aos museus pela transparência da gestão, além do uso de dados abertos de *software* livre, descentralização e cooperação.

¹ Lei acesso à informação n. 12.527. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 14.04.2019.

No Brasil, destacam-se dois exemplos de sistemas de informação para disponibilização de acervo, o primeiro é o *software* chamado Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA), desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), sabe-se que foi arquitetado em 1970, mas sua aplicabilidade se deu 20 anos depois. O SIMBA é um *software* de usabilidade livre e pode atender a demanda das instituições culturais, para obter o sistema basta solicitar ao MNBA. O Segundo é a plataforma TAINACAN, implantada em 2017 para atender os acervos digitais, foi desenvolvida pela Universidade Federal de Goiás em parceria com o MinC e o IBRAM. O sistema é dividido em quatro módulos: repositórios, ontologias, documentos e museus. O *software* é livre de código aberto.

Embora os esforços das agências brasileiras no desenvolvimento de sistemas de informação para acervos museológicos, ainda existe resistência em agregar centros de documentação (arquivos, biblioteca e museus), como, por exemplo, as similaridades das unidades de documentação entre museus e arquivos, quando o tratamento das informações é realizado de forma dissociada do objeto documento, ou seja, a documentação em museus é realizada peça por peça enquanto na descrição arquivística é realizada pelo agrupamento dos documentos, não há uma ligação entre a produção dos documentos sobre o objeto.

A utilização do *Software Access to Memory* (AtoM) nesse estudo foi atribuído por conta da descrição de documento de arquivo que pode ser aplicado, também, para a descrição de objeto de museu, até mesmo os tridimensionais, quando incluídos no ambiente digital acabam alterando-se para representação bidimensional, podendo ser considerado um documento de arquivo, mas durante esse processo pode ocorrer perdas de informação, por mais que as tecnologias permitam o giro dos objetos em 360º graus, ainda requer um grande empenho para realizar uma descrição minuciosa, segundo as informações intrínsecas e extrínsecas para representar o objeto de maneira eficiente e eficaz.

Contudo, o AtoM promove de forma eficaz a gestão do acervo, tais como os processos de conservação; viabiliza a classificação e a inclusão de taxonomia que potencializa a identificação de objetos semelhantes diante da recuperação da informação, dessa maneira inserindo as instituições no paradigma pós-custodial no que se refere à disponibilização da informação em espaço digital, quando pode ser acessada em qualquer tempo e lugar. Nesse sentido, colaborando com a proposta desse estudo em constituir um instrumento de pesquisa para difusão da coleção em ambiente digital.

1.2 Justificativa

Matos (2010, p. 29) pontua que a criação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), em 1950, os museus e os seus profissionais relacionados à gestão e documentação das coleções buscaram, de uma maneira compatibilizada, desenvolver ferramentas e mecanismos que viabilizem “uma melhor e mais capaz resposta aos desafios que têm vindo a ser colocados nesta importante área do trabalho museal”. Nas conferências anuais deste comitê do Conselho Internacional de Museus (ICOM) têm realizado abordagem para analisar diversificadas perspectivas para a efetiva gestão das coleções, além do mais nessas conferências apresentadas até o momento “pensamos que se pode tirar uma importante conclusão geral: normalizar é o caminho correto e do qual não podemos prescindir”.

Neste sentido, Serôdio *et al* (2013, p. 2-3) enfatizam que nos museus a discussão de normas estão constituídas em três áreas: “normalização de estrutura de dados; normalização de procedimentos; e criação estruturada da terminologia”. Porém, a diversidade de coleções (objetos, livros, documentos etc) salvaguarda nos museus, requer a inclusão de dados em sistemas de informação para uma eficiente gestão das coleções, mesmo excedendo as normas específicas deste campo de compreender na sua percepção “normas de bibliotecas, arquivos, formatos multimídia, tais como normas técnicas de pesquisa, recuperação e intercâmbio de informação”.

Desvallés e Mairesse (2013, p. 17) elucidam que o museu trabalha com os objetos que constituem as coleções, mas o elemento humano é fundamental para se compreender a engrenagem dos museus, tanto no que dizer respeito à equipe que atua no museu – suas profissões, e sua correlação com a ética – quanto ao público ou aos públicos aos quais os museus estão propostos. “Quais são as funções do museu? Ele desenvolve uma atividade que podemos descrever como um processo de musealização e de visualização”. Além do mais específico, ponderam-se as funções museais que foram apresentadas de maneira diversas ao longo do tempo.

O objeto de estudo é uma proposta de instrumento de pesquisa à coleção da artista plástica Carmen Sousa (Lisboa, 1908 - Belém, 1950), salvaguardada pelo Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA). A coleção é constituída dos acervos de arte visuais (pintura, escultura e desenho) e de comunicação (cartas, diário, fotografias, telegramas, recorte de jornais e outros) da artista, os quais foram adquiridos pela UFPA entre os anos 1971 e 1983, por intermédio de Helena Sousa, irmã da artista. Esse acervo relata a trajetória artística no cenário paraense e na região sudeste compreendido no período de 1940 a 1949.

Carmen Sousa realizou seus estudos iniciais no ano 1925 em Lisboa - Portugal, com o professor Espírito Santo de Oliveira sobre a produção de desenho de observação de esculturas greco-romanas clássicas, uma prática da escola academicista (CASTELLO, 1968) e, mais tarde, a artista plástica adota a tendência moderna, em particular nos seus trabalhos de pinturas de paisagem, em que evidencia a substrato do movimento impressionista (BOPP, 2012). Em 1942, a artista se naturalizou brasileira, tornando-se assim representante do Estado do Pará nos eventos artísticos promovidos na década de 40 do século XX, destacando-se no Salão Nacional de Belas Artes de 1949, no Rio de Janeiro/RJ, premiada com a medalha de bronze pela escultura intitulada "Cabeça de Negra". A artista encerrou a sua carreira em 10 de março de 1950, em razão da sua morte, ocasionada por um procedimento cirúrgico para tratar um tumor uterino.

O presente estudo iniciou-se a partir do Projeto de Pesquisa intitulado “Coleções e Artistas Plásticos e Visuais do Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): pesquisa sobre arte e pesquisa em arte”, pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pela Profa. Dra. Rosangela Marques de Britto, no período de agosto/2016 a agosto/2017, com o desenvolvimento do Plano de Trabalho intitulado “Coleção Carmen Sousa: coleção de artes visuais e documentos de arquivos”, analisando uma metodologia de documentação para acervos museológicos, associada à sistematização da informação intrínsecas e extrínsecas dos objetos documento.

Parte deste estudo foi direcionada a construção do Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia, com o tema “Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): uma análise do acervo pelo processo de documentação museológica”, defendido em abril/2017. O resultado final do referido trabalho constituiu numa proposta de classificação para acervos museológicos, planilha de arrolamento e ficha catalográfica com manual de preenchimento dos campos e vocabulário controlado à coleção.

No entanto, após a defesa desse trabalho foi recomendado pela banca examinadora à continuação da pesquisa em outra esfera acadêmica, quando em maio/2017 foi aprovada a submissão da proposta de pré-projeto à construção de instrumento de pesquisa a coleção no espaço virtual, para difusão do acervo aos usuários do MUFPA no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2017-2019), alinhado ao campo disciplinar da Ciência da Informação, Museologia e Arquivologia.

O prolongamento do referido trabalho é a interpretação de elementos conferidos para um sistema de documentação em museus, que na definição de Monteiro e Lara (2014), consiste no processo de organização de tarefas, tais como o registro de entrada, aquisição, numeração,

marcação, inclusão ao inventário geral, acondicionamento em reserva técnica, catalogação, empréstimo e exposição – pelas quais são relacionadas, ou seja, potencializar as informações no que se refere ao fluxo destas atividades desenvolvidas como mecanismo de gestão do acervo alinhado à conservação, preservação e comunicação da informação com o público.

Guimarães (2012, p. 79) esclarece que a definição de preservação consistiu em, na maior parte das vezes, a uma ação universal que vai passar por outras atividades importantes ao “combate da deterioração física e química dos acervos culturais e com isto retardar e prolongar a sua vida útil. É conhecida, também, como ação guarda-chuva”, que se direciona a salvaguardar e promover a conservação aos diversos suportes que incluem qualquer tipo de informação. Compreendem as normas de gerenciamento administrativo-financeiro, que objetivam o estabelecimento de políticas e planos de preservação, aperfeiçoar o local de guarda das coleções e, o desenvolvimento dos profissionais e das técnicas para combater a deterioração dos suportes.

Cury (2004, p. 5) enfatiza que a comunicação em um museu é fundamental embora os museus, independente de tipologia, “são instituições culturais, cultura e comunicação estão imbricadas, tanto que podemos falar em comunicação cultural”. O museu estabelece e comunica sentidos com base em seu acervo. Em outras palavras, parte do conhecimento atribuído sobre o acervo, desenvolve uma coerência conceitual, organiza os objetos de museu relacionados a elementos contextualizadores, inclui um espaço físico como delineador desse conjunto e gera seus modelos de representação para comunicar conhecimento.

Schú (2012, p. 1) explica que a documentação em *softwares* computacionais é uma opção que ajuda no gerenciamento dos dados das coleções, sendo capaz de promover o intercâmbio de informações. Entretanto, para ser uma ferramenta eficiente, o banco de informações necessita ser “funcional, flexível, de fácil manuseio e acesso, visto que muitos usuários não têm conhecimento avançado sobre sistemas informatizados”. Ao mesmo tempo precisa de instrumentos que adicionem informações necessárias para vários tipos de estudo.

Diante desse contexto, considerou para esse estudo acerca da proposta de instrumento de pesquisa à coleção o repositório digital *Software Access to Memory (AtoM)*, que segundo Jorente *et al* (2016), denominam-se instrumentos de pesquisa os produtos provenientes das descrições arquivísticas, nos quais usuários acessam as informações em arquivos com objetivo de localizar os documentos que deseja pesquisar, tais como guias, inventários, catálogos e índices. Nessa pesquisa, estes instrumentos serão aproveitados nas práticas museológicas de organização informacional realizadas no acervo Carmen Sousa.

De acordo com Abreu *et al* (2017), o repositório digital *Software Access to Memory* (AtoM) apresenta as dimensões necessárias para representação e difusão da informação da referida coleção, tais como armazenar, preservar, divulgar e viabilizar o acesso à produção, os quais possuem a capacidade de constituir diversificadas configurações de aplicações, descrições e indexações documentais, segundo a definição do Glossário organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Neste sentido, este estudo propõe-se a identificar a probabilidade do AtoM ser utilizado para a descrição (catalogação) dos objetos de museu da Coleção Carmen Sousa do MUFA.

1.3 Objetivos

Objetivo Geral

A pesquisa tem por objetivo geral propor um instrumento de pesquisa baseado no repositório digital *Software Access to Memory* (AtoM) à Coleção Carmen Sousa.

Objetivos Específicos

- Analisar os objetos de museu e documentos de arquivo da Coleção Carmen Sousa a partir da perspectiva dos processos de musealização e catalogação do acervo;
- Estudar os pontos de interseção entre as áreas da Arquivologia e Museologia no que tange as metodologias adotadas por estas disciplinas na representação da informação, conciliando prática arquivística e documentação em museus;
- Analisar as similaridades de representação da informação nas funções de documentação, pelas Diretrizes do Comitê Internacional para Documentação, e descrição, pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, estabelecendo um elo dos metadados possíveis entre as disciplinas e os campos de descrição das zonas de informação do AtoM;
- Apresentar as possibilidades da utilização do *Software Access to Memory* (AtoM) para a descrição de documentos de arquivo e objetos de museu a ser assimilados pelo MUFPA neste acervo.

1.4 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se define como teórica exploratória e nela procurou atender os objetivos da seguinte maneira: o primeiro foi levantamento da literatura acerca dos conceitos de documento de arquivo e objeto de museu, para identificar os pontos de interseção entre as áreas da Arquivologia e Museologia, visando a associar aos métodos adotados na representação da informação entre as práticas de descrição arquivística e a documentação em museus no que se refere ao tratamento da informação do objeto documento, relacionando com os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) em arquivos e museus no que tange à difusão da informação em ambiente digital.

Para alcançar o segundo objetivo foi realizado a coleta de dados para quanti-qualificar a coleção em sua totalidade. O acervo está dividido em objetos de museu (desenho, escultura e pintura) e documentos de arquivo (fotografias, recortes de jornais, cartas, convites, agendas, diário, carteiras identificação e outros), os quais estão acondicionados na reserva técnica do MUFPA. Esse procedimento foi realizado por meio de consulta nos documentos de arquivo da instituição, inventários e catálogos da coleção. Na sequência, foi realizada a análise do processo de musealização e catalogação da coleção, por meio de questionário semiestruturado aplicado ao corpo técnico-administrativo da curadoria.

O terceiro objetivo foi obtido em conformidade com o estudo da abordagem da representação da informação nas áreas da Arquivologia e Museologia, com foco para acervos museológicos, baseados nas normas recomendadas por instituições internacionais traduzidas para o português, que nesta pesquisa utilizaram-se os itens das categorias de informação para documentação em museus, Diretrizes do CIDOC, comparando as similaridades com os elementos descrição arquivística, Normas da ISAD(G), visando à descrição da informação no instrumento de pesquisa proposto a coleção.

O quarto objetivo foi atingido a partir da análise das similaridades dos elementos de descrição das Normas de Descrição da ISAD(G) e das categorias de informação das Diretrizes de CIDOC, no que diz respeito à proposta da representação da referida coleção. Nesse contexto, foi recomendado o estudo de metadados desenvolvidos para acervos museológicos. Os metadados são elementos que viabilizam configuração dos conteúdos, e, nesta pesquisa, foram pontuados os metadados de descrição da ISAD(G) comparados com os metadados de documentação do CIDOC, para a constatação de quais campos descritivos museológicos o AtoM atende e quais não atende. Posteriormente a essa interpretação, foram apresentados os exemplos, considerados nos

campos para registro de informação, identificados nas zonas de descrição do sistema para inclusão dos metadados, relacionados aos acervos de artes visuais e comunicação.

O resultado desta pesquisa foi a identificação do instrumento de pesquisa a ser apresentado ao MUFPA, baseando-se no *Software Access to Memory (AtoM)* um repositório arquivístico digital de representação da informação, estruturado em normas de descrição arquivística que possibilita a interoperabilidade em ambiente virtual. O processo ocorre quando o usuário, ao efetuar sua consulta no repositório, recupera informações em meio aos níveis de descrição.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é constituída de cinco capítulos com o escopo para alcançar os objetivos da proposta apresentada. O primeiro capítulo expõe a introdução, a contextualização, justificativa do estudo, os objetivos (gerais e específicos) e a metodologia, ora mencionada e descrita.

O segundo capítulo descreve o pressuposto teórico-prático da constituição dos arquivos e coleções, enfatizando o conceito de documentos de arquivo e objetos de museu, alinhando o entendimento da prática arquivística com a documentação em museus sobre o tratamento da informação do objeto documento, associando a contribuição da Tecnologia de Comunicação e Informação em relação à difusão da informação em ambientes virtuais entre os arquivos e os museus.

O terceiro capítulo pontua acerca da definição de museus universitários, além de um breve histórico da fundação do MUFPA. Apresenta uma linha do tempo sobre trajetória da artista plástica Carmen Sousa, tendo como referência o seu acervo de comunicação e de arte visuais, e, também, a análise do processo de musealização e catalogação da coleção, realizada por meio da consulta das fontes documentais e entrevistas com os técnicos do MUFPA.

O quarto capítulo mostra a interpretação dos dados a partir da reflexão teórico-prática acerca dos pontos comparativos entre as disciplinas da Arquivologia e Museologia no que se refere à representação da informação, baseados na descrição arquivística da Norma ISAD(G), para documentos de arquivo, e documentação em museus pelas Diretrizes do CIDOC, para objetos de museu. O estudo das normas e diretrizes estabeleceu-se em um plano comparativo para reconhecer a normatização das áreas citadas, conforme a particularidade dos metadados identificados nos elementos descrição arquivístico comparados às categorias de informação da

documentação em museus, adaptadas tanto na descrição quanto na documentação do acervo da comunicação e artes visuais da Coleção Carmen Sousa.

O quinto capítulo apresenta a proposta do instrumento de pesquisa, baseado no *Software Acess to Memory (AtoM)*, desenvolvido para descrição arquivística no ambiente digital, conferindo significado ao objeto (ou informação) para viabilizar o acesso à informação. O sistema opera na descrição dos documentos, independentemente do exercício corrente gerado na instituição, e teve sua construção comparada ao instrumento anteriormente proposto no estudo desenvolvido para o Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia à Coleção Carmen Sousa, deste modo expandindo seu potencial de recuperação informacional entre os usuários do MUFPA.

2 ARQUIVO E COLEÇÃO: PERSPECTIVA TEÓRICO-PRÁTICA DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DO OBJETO DOCUMENTO

Este capítulo discursa acerca do pressuposto teórico-prático da constituição dos arquivos e coleções, enfatizando o conceito de documentos de arquivo e objetos de museu, alinhando o entendimento da prática arquivística com a documentação em museus sobre o tratamento da informação do objeto documento, associando a contribuição da Tecnologia de Comunicação e Informação em relação à difusão da informação em ambientes virtuais entre os arquivos e os museus, inter-relacionando os dados informacionais e os procedimentos da recuperação da informação no âmbito arquivístico e museológico.

Os arquivos e os museus são instituições públicas ou privadas de caráter cultural, que compartilham dos mesmos objetivos em gerenciar e/ou colecionar, documentar, conservar, comunicar e preservar objeto de bens culturais. Apesar das particularidades no desenvolvimento das atividades institucionalizadas, ambas constituem tópicos de consonância, uma delas é a publicação de catálogos de documentos de arquivo e objetos de museu em cenário digital, os quais têm fomentando os debates com relação à função dessas instituições neste meio eletrônico. Entretanto, as linhas de fronteiras de atuações são identificadas, em especial nas funções ao acesso à informação compreendida nos arquivos e nas coleções.

A definição de arquivo por Tessitore (2003) discorre sobre os documentos acumulados organicamente, originários de uma única fonte geradora, enquanto a definição de coleção por Desvallées e Mairesse (2013), se apresenta como um conjunto de objetos materiais ou imateriais que um indivíduo, ou organização, se encarregou por reunir, classificar, selecionar e conservar e que, com frequência, é comunicada a um público.

Neste sentido, Camargo e Goulart (2015) pontuam que os arquivos e museus podem ser compreendidos como centros de disseminação do saber. Todavia, a função primária do arquivo é administrativa, enquanto os museus estão associados ao lazer e educação, visto que a formação das coleções dos museus constitui-se de forma seletiva, oposta àquelas dos arquivos, que acumulam documentos gerados pela entidade pelo qual os produziu. No entanto, essa função dos arquivos se altera, como, por exemplo, os arquivos históricos que disponibilizam aportes para reconstruir a trajetória das pessoas jurídicas e/ou físicas com objetivo de preservar os documentos.

Meneses (1998, p. 97-98) elucida que a coleção privada quando se desloca para esfera pública de uma instituição arquivística ou museológica, nos induz a investigar as “polaridades

entre o pessoal e o público que é ambígua e flexível”, porém não é a transferência dos objetos pessoais para o cenário público que é essencial, mas o controle dos significados que essa transferência se propõe a “assegurar a preservação de uma determinada auto-imagem”, associadas ao valor do uso para o valor cognitivo. Representadas, principalmente, nos contextos “institucionais típicos – em particular a exposição museológica – ressemantizando o objeto profundamente, depositados crostas de significados que se cristalizam em extratos privilegiados”, em relação os demais.

Castro (2008) clarifica que os documentos (manuscritos, livros, artefatos pré-históricos, registros audiovisuais, etc.) são armazenados em arquivos e museus, porém existem semelhanças entre as instituições, e, também, diferenças, assim como existem pontos de interseção entre eles. O tratamento da informação dado aos documentos, no museu, normalmente, é realizado peça por peça formando ‘coleções’ dentro dos acervos, enquanto nos arquivos, são, geralmente, tratados em série formando conjuntos de ‘dossiês’ dentro dos fundos.

Sendo assim, Castro (2008) pontua que as diferenças e as semelhanças entre os arquivos e museus não são absolutas ou permanentes, em função da própria natureza que ambas estão em constante desenvolvimento em relação à dinâmica entre os diversos agentes (doadores, coletores ou receptores, usuários etc.), tanto na conservação, quanto à patrimonialização. Segundo Lima (2012, p. 34), a patrimonialização é a ação que “incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação”, enquanto a conservação é a ação que pratica a “instância tutelar, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens”.

2.1 O arquivo, documento de arquivo e a prática arquivística

Segundo Castro (2008), no século XIX sucedeu o desenvolvimento das instituições associadas à preservação da memória, tal processo não foi aleatoriamente, pois coincidiu com a constituição dos Estados Nacionais. Destaca-se a criação do Arquivo Nacional francês em meados de 1790. No Brasil, o Arquivo Nacional foi criado em 1838. Em ambos os casos, percebe-se a preocupação do Estado com salvaguarda e centralização e organização dos documentos de arquivo referentes ao seu funcionamento.

Na metade do século XX surgiram outras inversões, tais como documentos de audiovisuais, produtos de cinema, da indústria fonográfica, do rádio e da televisão, principalmente, o rápido desenvolvimento da informática. Na atualidade, vivemos a disseminação da *Internet* e das mídias digitais, ampliando as tipologias de suporte da memória

deste modo conectando os diferentes grupos sociais, além do desafio e problemática à sua preservação, organização e o acesso à informação.

Pela definição de arquivo da Legislação Brasileira da Lei Nacional de Arquivos² n.º 8.159/1991, no Art. 2º os arquivos podem ser considerados:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. [...]

Nesse caso, a ampliação do cenário apresentado pela lei colabora com as afirmações de Rousseau e Couture (1998) de que os arquivos são instituições públicas ou privadas, que têm como funções determinantes a criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e conservação dos documentos produzidos em consequência das atividades funcionais por meio das ações jurídico-administrativas.

As Normas do Arquivo Nacional (2005) estabelecem que as funções técnicas ‘para o funcionamento dos arquivos, se relacionam aos princípios da proveniência ou do respeito aos fundos, da territorialidade, do respeito à ordem natural, da pertinência ou princípio temático, e o princípio da reversibilidade. Bellotto (2002) e Campillos (1996) afirmam que os documentos de arquivo apresentam particularidades como unicidade, organicidade, indivisibilidade ou integridade, autenticidade e heterogeneidade de seu conteúdo. Contudo, Brascher *et al* (2017) definem o documento de arquivo como um produto do elemento acumulador, quando decorrente de atividades desenvolvidas por uma pessoa jurídica ou pessoa física, ou seja, associado ao contexto em que foi produzido institucional ou pessoal em relação a outros documentos, em seu conjunto documental.

Segundo Bellotto (2010), o documento de arquivo possui um ciclo de vida (Quadro 1), a começar pela produção (fase corrente), apresentando a função comprobatória ou de registro das ações administrativas (fase intermediária), até ser considerado de guarda permanente, quando passa a servir como fonte histórica (fase permanente).

² Lei Nacional de Arquivos n.º 8.159/1991. Disponível em: <[shttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)> Acesso em: 05 jul. 2018.

Quadro 1- Fases dos documentos de arquivo

FASE CORRENTE	FASE INTERMEDÁRIA	FASE PERMANENTE
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos vigentes e frequentemente consultados 	<ul style="list-style-type: none"> • Final de vigência • Aguardam cumprimento de prazos de prescrição ou precaução no arquivo • Raramente são consultados e aguardam destinação final 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos que perdem vigências administrativas, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural.

Fonte: Baseado em Bellotto (2010).

Bellotto (2007, p. 128) afirma que o fundo, como a primeira e principal subclasse arquivística, é um conjunto de documentos gerados e/ou acumulados por determinada “entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relação orgânica, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural”, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerados por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.

Rousseau e Couture (1998) enfatizam que o tratamento do documento de arquivo ocorre por meio da composição de um fundo, entretanto, não se limita apenas no que está confrontado à estrutura organizacional da instituição ou como uma unidade física em si. O fundo arquivístico é uma concepção teórica pela qual correlaciona às funções e atividades da instituição.

Nesse caso, fundo arquivístico é clarificado por Cook (2012) como um reflexo de ordem física estática, constituída em normas resultantes na transferência, arranjo ou acumulação de conjunto de documentos, para uma realidade virtual de compartilhamento quando representa um gerador múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla, direcionada na função e na atividade, que registre exatidão a contextualização dos documentos de arquivo na atualidade.

Todavia, Cook (2012) explica que quando agrupado um fundo arquivístico no ambiente digital aponta um produtor diversificado e proativo, demandando ações para os procedimentos de tratamento dos documentos de arquivístico com finalidade de estabelecer mecanismos diversificados de relacionamentos, ou seja, o documento de arquivo disponível no ambiente digital é necessário interligar a compreensão na sua dinamicidade e parcialidade de construir e articular “intimidade” entre geradores e a comunidade.

Negreiros e Dias (2008) esclarecem que a prática arquivística (Quadro 2) está associada às atividades de identificação, classificação, avaliação, arranjo, descrição, preservação, transferência e recolhimento, arquivamento e disseminação da informação – apresentando suas interpelações em face de aplicação de uma realidade estabelecida no tratamento de documentos tradicionais e/ou eletrônicos.

Quadro 2 - Etapas e procedimentos das práticas arquivísticas

ETAPA	PROCEDIMENTO
Identificação	Atividade que ocorre na primeira fase da idade documentária, definida como corrente cabendo à identificação da tipologia e das funções associadas aos documentos.
Classificação	Atividade que acontece tanto na fase corrente – como uma da consequência da identificação –, quanto na fase permanente, com a constituição do fundo. O plano de classificação define a organização do arquivo, tendo como base a estrutura, as funções, as atividades, as tipologias documentais e a complexidade da instituição que a estabeleceu.
Avaliação	Atividade que advém das fases correntes e intermediárias a partir do processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhe são atribuídos.
Tabela de Temporalidade	Instrumento que estabelece o ciclo de vida (fases corrente e intermediária) do documento em relação ao processo de decisão de retenção ou eliminação. Tal instrumento define prazos e as condições de guarda, períodos de transferência, recolhimento e eliminação.
Arranjo	Atividade que acontece na fase permanente na ocasião da análise dos documentos quanto à origem funcional, forma e conteúdo; e as operações físicas relacionadas ao acondicionamento dos suportes documentais em locais apropriados e à identificação dos mesmos para definir sua disposição. O estudo das funções, das atividades e da estrutura da organização produzirá um esquema denominado quadro de arranjo para auxiliar nas atividades intelectuais e físicas de arranjo.
Descrição	Conjunto de procedimentos (fase permanente) que considera os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisas, tais como guias, inventários, catálogos, repertórios, tabela de equivalência e índices.
Preservação	Atividade que compreende a política de procedimentos e processos que evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contêm e intensificam sua importância funcional.
Transferência e Recolhimento	Atividade que reconhece como transferência o percurso dos documentos da fase corrente para fase intermediária, enquanto o recolhimento, o deslocamento dos documentos da fase intermediária para fase permanente. Tais processos ocorrem de acordo com a frequência de uso e o valor do documento, objetivando o aproveitamento dos espaços físicos, economizando os recursos materiais e pessoais e facilitando o acesso e a preservação dos documentos.

Arquivamento	Atividade que visa à guarda ordenada de documentos nas fases correntes, intermediária e permanente, associada ao acesso físico do documento, seu arranjo e disposição nas estantes, fichários, gavetas e outros, atendendo um método de arquivamento básico (alfabético, geográfico, numérico etc.) ou padronizado (automático, mnemônico, etc.).
Disseminação da Informação	Atividade que ocorre no processo de acesso e uso dos documentos, desenvolvida na fase permanente quanto à política pela qual determina o que pode ser consultado; estabelecem como devem ser consultados e manipulados os documentos; e analisar o direito de terceiros sobre os documentos e determinações legais dos responsáveis pela produção dos documentos de arquivísticos.

Fonte: Negreiros e Dias (2008, p. 7-16).

A partir do Quadro 2, os autores clarificam que a prática arquivística é o reflexo de uma teoria estabelecida, que se atenta em verificar os impactos suscitado pelas tecnologias de informação e a presença e multiplicação de documentos gerados em meio eletrônico nos princípios e técnicas arquivísticas. Pontuam, também, que um documento disponibilizado em meio eletrônico deve conter características dos documentos de arquivo tradicionais, entretanto, Dollar (1994, p. 20) afirma que as mudanças nas práticas de preservação dos registros intervirem nos meios de “armazenagem física para o acesso à informação eletronicamente apreendida, armazenada e recuperada”.

2.2 A coleção, objeto de museu e a documentação em museus

Segundo Suano (1986), a constituição de coleção é tão antiga quanto à humanidade, pois essa prática de guarda ocorre por conta dos significados de acordo com contexto histórico, social, econômico e político, os quais estão inseridos, ampliado esse entendimento acerca do colecionismo, quando os estudiosos acreditam que selecionar/coletar um objeto ou coisa em diferentes lugares é como recolher um pedaço do mundo.

Nessa perspectiva, Teixeira Coelho (2000) enfatiza que durante o século XVII o termo museus era associado tanto à coleção quanto à edificação que a abrigava. No entanto, existiam as coleções de curiosidades, intituladas de museus, gabinetes de curiosidades ou câmaras de curiosidades, as quais salvaguardavam esculturas, pinturas, livros, espécimes naturais, instrumentos científicos, artefatos oriundos das novas terras etc.

Julião (2006) explica que em meados dos séculos XVII e XVIII as coleções ‘evoluíram’ e se ‘especializaram’, a partir do processo de organização dos objetos segundo critérios atribuídos à natureza, alinhando aos avanços das metodologias científicas, deixando a função

de mera ‘curiosidade’, assumindo aspectos científicos por meio da pesquisa e da ciência pragmática e utilitária.

Lima (2003, p. 13) clarifica que os acervos são constituídos e deliberados na tipologia representada pelo documento informacional, aos quais foi definido o “valor de bens culturais” uma vez que se apresentam como portadores de significações, no que se refere a “especificidade, a função de representação ou simbolização”. Conforme a qualidade atribuída aos objetos pelo “campo da cultura permite que sejam caracterizados tendo em base conceitual repousando na ordem simbólica”.

De maneira geral, as coleções deram origem à instituição museu, ampliando o acesso às coleções com diversidades de objeto disponíveis não apenas da forma “tradicional” (estrutura de pedra e cal), mas de diferentes tipologias, bem como ecomuseu, museu de território, comunidade, ciência, museus virtuais entre outras. A maior transição da constituição de coleções foi o “recorte” dos objetos de seu lugar de origem, para tomar lugar de representação e identidade cultural, memória e patrimônio da humanidade.

Pela Legislação Brasileira do Estatuto de Museus³ nº 11.904/2009, no Artigo 1º consideram-se museus:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. [...]

Nesse sentido, a extensão do contexto apresentado contribui com a definição de objeto de museu por Brulon-Soares (2015, p. 26) “que não significa meramente o objeto em museu – como objeto musealizado, passa a adquirir um estatuto museológico”. Conforme a mudança do ambiente primário da ‘coisa’ ao âmbito simbólico do museu ocasiona o processo defluência de ressignificação, a fim de que o ‘objeto ou coisa’ detentor de sentidos em seu lugar anterior não museal adquira sentido no campo museal quando inserido.

De acordo com Stránský (1987, p. 289 *apud* Loureiro e Loureiro, 2013), os objetos de museu (*musealia*) equivalem “ontologicamente coincidentes com o objeto em geral, mas do ponto de vista semântico têm uma nova função, (...) a de autênticos testemunhos, documentos e/ou evidências de fatos naturais e sociais”. Dessa maneira, o museu proporciona “um modo

³ *Estatuto de Museus Lei nº 11.904/2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.

específico de apreensão da realidade, redefinirá posteriormente a ‘musealidade’ como o caráter museal das coisas”.

Mensch (1994) explica que na Museologia o estudo dos objetos de museu, com particularidade central e mais específica das tarefas do museu, sendo o objeto de percepção museológica. Todavia, a *musealia* faz parte do patrimônio cultural em movimento, por representar os resultados materializados do trabalho em que as características humanas se manifestam, são selecionados, adquiridos a partir da preservação, decodificação do objeto utilizado (MENSCH, 1990).

As funções dos objetos de museu abordadas por Meneses (1994, p. 12) revelam que um objeto comum do cotidiano social, quando apartado de um determinado contexto são selecionados à observação. O autor chama atenção à função documental institucionalizada, quando se percebe o conteúdo da informação acerca dos artefatos para assegurar “a democratização da experiência e do conhecimento humano e da fruição diferencial de bens”.

Ferrez (1994, p. 65) considera os objetos de museu como “veículo de informação” que por meio dos procedimentos da conservação e da documentação são os alicerces para o desenvolvimento de “fontes de pesquisa científica e de comunicação”, promovendo a disseminação das informações, deste modo alcançando objetivo do “ciclo museológico ou musealização”.

Segundo Stránský (1995), a musealização é definida como “a aquisição da qualidade museal”, ou, também, uma expressão da tendência humana universal de preservar, em oposição à mudança natural e a degradação, os elementos da realidade objetiva que representam valores culturais que o indivíduo como ser cultural, necessita preservar em seu próprio benefício.

Loureiro (2012, p. 204-205) esclarece que a musealização versa em um grupo de métodos “seletivos de caráter info-comunicacional”, de acordo com a atribuição de “valores aos objetos/coisas de natureza diversa”, aos quais é conferida a função de documento, e que por essa razão transformam-se em “objeto de preservação e comunicação”. Tais procedimentos, que têm papel específico no museu, comprovam na prática a crença na probabilidade de composição de uma análise a começar da “seleção, ordenação e classificação de elementos que, agrupados em um sistema coerente, representarão uma realidade basicamente maior e mais complexa”.

Desvalles e Mairesse (2013, p. 57) conceituam o objeto como “portador de informação ou objeto-documento musealizado”, em função da atividade científica do museu que se

realizada desde o Renascimento, porém essa atividade que investiga a realidade por meio da “percepção sensível, a experiência e o estudo de seus fragmentos”. O processo de musealização (Quadro 3) é considerado a atividade que pretende sintetizar as propriedades físicas e conceituais do objeto, ou seja, realizar um recorte de um “artefato de seu meio natural e/ou cultural de criação para conferir categoria museal”.

Quadro 3- Processo de musealização

ETAPA	PROCESSO
Aquisição	Adquire o objeto por meio da transferência de propriedade (titularidade) para a instituição. Os tipos de aquisição são: coleta, compra, doação, permuta, legado, recolhimento, empréstimo, depósito, transferência e alienação.
Pesquisa	Investiga as informações históricas sobre o objeto a partir das pesquisas arquivísticas e bibliográficas, conforme a sua análise formal.
Conservação	Avalia os aspectos estruturais e formais do objeto, associados à sua integridade e conservação, tais como condição física, riscos potenciais, intervenções anteriores e recomendações técnicas.
Documentação	Representa um conjunto de informação sobre o objeto por meio de palavras (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica).
Comunicação	Elabora as atividades relacionadas à divulgação do acervo, bem como exposição, publicações, projetos educativos e culturais.

Fonte: Baseado em Cândido (2006).

Neste caso, Bottallo (1996) afirma que a informação é tratada por meio dos procedimentos da documentação em museus (Quadro 4), encontra-se associada à musealização dos artefatos, pois remetem a discussões que vão desde a pesquisa da organização e sistematização das fontes causadoras dos acontecimentos e seus testemunhos materiais. Esses artefatos são documentos que podem configurar-se como fontes primárias, fatos e testemunhos da existência humana e sua trajetória, sendo ponderados em exposição museológica segundo o processo de reflexão sobre a preservação (material e potencial) dos registros (em qualquer tipo de suporte).

Quadro 4- Etapas e procedimentos da documentação em museus

ETAPA	PROCEDIMENTO
Identificação	Atividade que consiste na numeração (sistematizar a identificação de controle baseado em códigos textuais, numéricos ou iconográficos); marcação (registrar o código de identificação no próprio objeto, ou utilizando etiquetas, rótulos, faixa de algodão, plaquetas de alumínio, ou outro tipo de marcação); e medição (aferir as medidas de extensão, volume e peso) dos objetos.
Classificação	Atividade que define o plano de classificação do objeto (classe, subclasse e termo) adotado de critérios de uma função original secundária, inerente à sua estrutura, mas de significado simbólico, revelado pela leitura de seu sentido documental, associado à sua função utilitária primária.

Catálogo	Atividade relativa à ordenação, análise e classificação dos objetos para definição dos campos de informação integrantes a base dados (código do objeto, nome do objeto, origem, procedência, datação, material e técnica, autoria, descrição, entre outros) para elaboração de instrumentos de pesquisa diversos (índices, catálogos, inventários, livro de tomo etc) visando à identificação, classificação, descrição e localização dos objetos na instituição.
Normas e Procedimentos	Atividade relacionada às práticas de controle (entrada e saída) dos objetos, associados ao empréstimo, registros, plano de classificação, catalogação, indexação, etc, conforme as normas e procedimentos estabelecidos com a cooperação e o consenso institucional.
Controle de Terminologia	Procedimento baseado no controle terminológico por meio de glossários, nomenclaturas, vocabulários controlados, listas autorizadas e <i>thesaurus</i> , para os campos de informação e entrada de dados (nomes de objetos, material, técnica, tema, assunto etc.).
Armazenagem/ Localização	Atividade que corresponde ao acondicionamento (mapoteca, trainel, armários etc) das peças atendendo os parâmetros da conservação preventiva, assim como monitoramento ambiente, localização e segurança dos objetos dentro da instituição (sala de exposição de longa duração, sala de exposição temporária, reserva técnicas e outros).

Fonte: Baseado em Camargo-Moro (1986); Ferrez (1994); Cândido (2006).

Diante do exposto, Padilha (2014) argumenta que a documentação em museus (Quadro 4) representa como um dos parâmetros à gestão de acervos, atuando como fio condutor entre as informações das peças e os departamentos do museu, alinhado a atividade de organização e a recuperação da informação do acervo, para gerar novos conhecimentos às ações de curadoria, pesquisa científica, ações culturais e educativas, publicações diversas, entre outras.

Ladkin (2004) pontua que a catalogação faz parte do sistema de documentação em museus, pois essa atividade promove a disseminação das informações sobre a individualidade dos objetos do acervo, visto que os registros dos dados nessas ferramentas de consulta e controle permitem a sua utilização como base de investigação, acesso ao público, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão e segurança do acervo.

Cândido (2006) enfatiza acerca dos sistemas de documentação em museus como procedimento de representação da informação, a partir dos dados pertinentes, pelo qual associa as áreas comuns dos profissionais dadas às ciências documentais (arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus) que são protagonistas no processo de recuperação da informação, em prol da divulgação científica, cultural e social, assim como testemunho jurídico e histórico.

Nesse contexto, o Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM, 2014, p. 19-20) estabelece os princípios de documentação em museus, visando

orientar as instituições no desenvolvimento de suas políticas de gestão, documentação e acervo por meio de sistema de documentação, relaciona com as normas do Código de Ética de Museus do ICOM (2006). Esses princípios são pontuados em: criar política geral de acervo; formar equipe com experiência em procedimentos, normas e sistema de documentação; estabelecer normas específicas segundo os padrões de organismos nacionais e internacionais; promover o acesso à informação e necessidades do usuário; documentar as informações e procedimentos sobre o objeto; e incluir dispositivos de segurança, manutenção e preservação.

2.3 Os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) nos arquivos e museus

Segundo Castells (2003, p. 8), em meados do século XX as estruturas sociais voltadas ao mundo da informação, estabelecida pelas redes e assimilada pelos agrupamentos de indivíduos interconectados em função do compartilhamento de diferentes conteúdos fomentados por três elementos: o primeiro sobre a dinâmica econômica da política da globalização do capital financeiro, assim como as condições associadas à produção, comércio e os processos administrativos; o segundo tem relação com a promoção irrestrita do acesso às tecnologias da informação e comunicação; e o terceiro corresponde ao desenvolvimento de ferramentas e mecanismos das novas tecnologias da computação e telecomunicações.

Nesta perspectiva, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) impactaram nos procedimentos da usabilidade ao acesso à informação, tanto nos arquivos quanto nos museus, pois trouxeram desafios às gestões institucionais (arquivos e museus) assim como nas práticas profissionais (arquivísticas e museológicas). Porém, as funcionalidades das TIC, possibilitaram agilidades na consulta e controle nas diferentes categorias de bases de banco de dados, no qual o comportamento dos usuários foi e continua se modificando.

As TIC's remodelaram as práticas do profissional da Arquivologia, meados da década de 1950, Jardim (1992) elucida que a relação do documento original e do documento eletrônico existe implicação, pois os procedimentos para definir o conceito de documento original e as metodologias aplicadas à preservação dos documentos eletrônicos, associados às novas tecnologias de informação. Nesse caso, a inserção dos serviços de informação arquivística na *web*, Sá (2005) pontua três benefícios que resultaram sob a viabilidade das informações disponíveis no ambiente digital: o primeiro diz respeito e o alcance do público; o segundo quanto à visibilidade e velocidade na atualização dos dados; e o terceiro corresponde à organização de instrumentos de pesquisas arquivística *online* (guias, inventários, catálogos e outros) para os usuários.

De acordo com Mariz (2012), os *sites* institucionais podem ser considerados como mecanismo de prestação de serviços, sendo apresentado como ambiente de comunicação entre os usuários, colaborando para ‘seduzir’ novos públicos em detrimento da necessidade da organização de canal de transferência de informação, mediante a demanda de gestão eletrônica de documentos e o acesso às informações de forma transparente.

Jardim (1992) enfatiza que as TIC’s colaboram com o trabalho arquivístico, porém apresenta desafios alarmantes nas diferentes áreas funcionais. Os pressupostos teóricos pontuam que as práticas arquivísticas deverão ser reconsideradas em função da ordem original, da proveniência e do documento eletrônico, dadas as implicações, tais como os parâmetros para definir originalidade, formas de preservação e outros. Contudo, algumas práticas, também, serão impactadas e reavaliadas, como por exemplo, a análise do documento, composição de arranjo, procedimentos descritivos, preservação e de uso dos arquivos.

Nesta conjuntura, Sá (2005, p. 13) esclarece que as etapas das práticas arquivísticas relacionadas ao “tratamento de organização e de acesso à informação” são impactadas pelas novas tecnologias e canais de transferência de informação nos espaços virtuais, bem como os atores desse procedimento, em especial, o usuário e o arquivista de referência, focalizados dentro das metodologias serviços de informação arquivística na *web*.

Andrade e Silva (2009) evidenciam a inserção dos serviços arquivísticos na *web*, quando associados aos questionamentos da descrição arquivística, contribui com o resultado eficiente no desenvolvimento da descrição dos documentos e a criação dos instrumentos de pesquisas. Porém, os autores, admitem que a adoção do termo ‘instrumento arquivístico’ advém da função em que se ocupa para criar representações de acervos ou parcelas destes.

Neste contexto, Santos (2012, p. 25) pontua que as instituições públicas brasileiras começaram a utilizar os recursos digitais para gerenciar as informações arquivísticas, em qualquer suporte, almejando a eficácia e eficiência para alcançar seus objetivos, dentre as instituições e as ações destacou-se a Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) que desenvolve suas atividades baseadas na “informatização da declaração anual de imposto de renda via *internet*; projeto de cadastro único de pessoas físicas (e-CPF) e jurídicas (e-CNPJ) vinculados a certificação digital”. Deste modo, os atores da gestão pública têm “buscado a conformidade com os princípios da transparência das ações” para alcançar o objetivo final, acesso à informação aos seus usuários, por meio do uso da TIC.

No caso dos museus, Din e Hecht (2007 *apud* Maringelli, 2016) clarificam que ingressaram no mundo tecnológico a datar de 1960, quando emergiram os primeiros interesses na padronização e automação das informações sobre coleções. As questões relacionadas à gestão da informação são elaboradas a partir das atividades institucionais (curadoria de coleções, atividades expositivas e ações educativas) associadas às estruturas do funcionamento do museu, visando interagir com o sistema de informação. De acordo com Cunha e Cavalcante (2008, 344) enfatizam que os sistemas de informação são compreendidos como “uma série de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam (entrada), manipulam e armazenam (processo), disseminam (saída) os dados e informações e fornecem um mecanismo de *feedback*”.

Santos *et al* (2014) afirmam que o uso das TIC's modificou, consideravelmente, o espaço dos museus quanto aos processos associados à gestão do acervo, a comunicação e a apresentação das coleções junto ao público, e, principalmente, a estruturação das informações publicadas em catálogos, assim como a mudança de tipologia de museus, nomeados de museu digital, museu virtual e *webmuseu*. Os questionamentos de difusão da salvaguarda dos bens culturais foram expandidos ao acesso em relação às imagens de obras de arte, por qualquer indivíduo que esteja conectado a *Internet*, esta atividade até pouco tempo era feita por meio de visitas mediadas presencialmente nas próprias instituições ou consulta de livros e catálogos impresso.

Segundo Loureiro (2004, p. 190), a “expansão acelerada das redes digitais associadas à circulação crescente de imagens criadas por processos sintéticos, proporciona as condições para o surgimento de novos ambientes virtuais”, que estão classificados em duas tipologias: a primeira considera os museus que dispõem de acervos físicos, compreendidos os *websites* estruturados por reproduções das obras originais, e a segunda os *webmuseus* que proporcionam o acesso a “obra de arte produzida originalmente por métodos sintéticos”, subordinada aos dispositivos de *hardware* e *software* específicos quer para sua constituição, visualização, interação e participação do público.

Santos *et al* (2014, p. 66), conceituam os *webmuseus* como “um ambiente informacional virtual, dinâmico e interativo sem fins lucrativos que funciona sem barreiras de tempo e de espaço geográfico e que reúne, expõe e divulga”, a respeito das coleções que são meras reproduções de obras de arte (atualizadas) ou “obras de arte originais de processo orgânico ou criadas por *software* de criação de imagem” e que emprega recursos audiovisuais (imagens, som, vídeo) e da comunicação em rede para viabilizar o acesso ao “desfrute” e o conhecimento conferido ao público conectado à rede.

No caso, de museu virtual definido por Carvalho (2012) que são estruturas sem equivalência do espaço físico, com obras de arte criadas digitalmente, não sendo substituto equivalente ou desenvolvimento do primeiro, apesar do conceito pouco divulgado entre as instituições e os usuários outra denominação foi criada “museu *online*”, entendido com expansão do espaço físico para o ambiente de interatividade.

Neste contexto, Alves (2012, p. 29) apresenta o projeto intitulado Programa Patrimônio em Rede, estruturado para organizar o acervo de obras de arte, salvaguardo pelos órgãos subordinados ao Poder Executivo do Estado de São Paulo. O referido projeto visou à “criação de catálogos eletrônicos únicos, associados às recomendações de metodologias e mecanismos de gestão, de acordo com os parâmetros adotados pela museologia atual com a criação e/ou adaptação de um banco de dados”, com a finalidade de compartilhamento de informações em rede aos pesquisadores, professores, artistas e público em geral. O programa buscou, também, identificar o acervo e propor ações de salvaguarda, assim atuando como fio condutor e integrador junto aos parceiros locais em outras cidades do interior do estado.

Em suma, os arquivos e os museus devem promover o desenvolvimento informacional dos documentos e objetos salvaguardados como parte dos processos interativos, com finalidade de ampliar a capacidade interpretativa dos museus virtuais e repositórios digitais, para promoção da difusão da informação entre seus usuários, potencializados com as ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação.

De maneira geral, esse capítulo pontuou as definições de características acerca dos documentos de arquivo e objetos de museu, associou as semelhanças e diferenças sobre seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, e concluiu que objetos documento são portadores de informações, independentemente do seu suporte. No entanto, essas informações contidas no objeto e/ou sobre objeto são atribuídas a partir das ações desenvolvidas pelos profissionais, oriundas das práticas arquivísticas, para os documentos de arquivo, e da documentação em museus, para os objetos de museu.

Contudo, as referidas ações no tratamento da informação em ambas às áreas “caminham” por alguns pontos que divergem e convergem, no mesmo sentido informacional do objeto documento, nesse caso, a descrição (práticas arquivísticas) e a catalogação (documentação em museus) são semelhantes, por conta dos instrumentos de pesquisa gerados em função do desenvolvimento dessas etapas. Esses parâmetros, serão à base da análise à construção da proposta de um instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa, a serem pontuados nos Capítulos 4 e 5.

3 COLEÇÃO CARMEN SOUSA DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (MUFPA)

Este capítulo pontua acerca da definição de museus universitários, além de um breve histórico da fundação do MUFPA. Discorre sobre trajetória da artista plástica Carmen Sousa, tendo como referência o seu acervo de comunicação (carteiras de identificação, recortes de jornais, cartas, fotografias, cadernos de artista e outros) e de arte visuais (esculturas, pinturas e desenhos), que estão sob a guarda do MUFPA, e, também, o processo de musealização e catalogação da referida coleção realizada por meio da consulta das fontes documentais, durante o trabalho de campo realizado nesta pesquisa. São apresentados os resultados acerca da gestão do acervo, e os dados obtidos por outro instrumental de pesquisa, referente ao questionário aplicado.

3.1 O Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA)

Segundo Meneses (1968, p. 47), os museus e universidades são “complementares, por contas das disciplinas (arqueologia, geologia, etnologia entre outras) que dependem das coleções e recursos dos museus”. Entretanto, as possibilidades de “intercâmbio, por meio da articulação de programas de pesquisas e docência”, os quais promovem a integração entre a comunidade universitária e o público em geral. Para o autor, “os museus universitários constituem recurso privilegiado para prestação de serviços à comunidade”.

Para Pinna e Binni (1989, p. 141 *apud* Almeida, 2001), os museus universitários foram criados, especificamente, com “objetivo científico e para uso didático em nível universitário”, mas com a necessidade de mudanças paradigmáticas, de centros fechados de estudo, para centros com atividades bem mais amplas e diversificadas. Contudo, foram atribuídas tarefas que são singulares de qualquer museu, “a tutela do patrimônio científico, a coleta não necessariamente para fins de pesquisa do material, e, também, um tipo de divulgação em nível não propriamente universitário”.

Scheiner (1992) elucida que os museus universitários são uma tipologia de museu com importante destaque no cenário museal, pois os acervos são relevantes à comunidade científica, assim como classificação e coleta científicas são realizadas para atender a demanda, esses museus são lugares de ensino/aprendizagem para o grupo que desenvolve as atividades nesses ambientes.

Para Bruno (1992), os museus universitários são aqueles que reúnem as características elementares para os procedimentos museológicos, considerando o cenário universitário como local apropriado para o desenvolvimento das etapas de curadoria, as quais iniciam na pesquisa no âmbito do campo disciplinar.

Mendonça (2017, p. 38) conclui que os museus universitários são aqueles que estão sob a tutela de uma gestão universitária, com estruturas mínimas de funcionários e espaço físico para desenvolverem as principais etapas museológicas (aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e educação); “e que servem e/ou serviram no todo, ou em parte de sua existência, à tríade universitária composta pela pesquisa (produção de conhecimento), pelo ensino (educação superior) e pela extensão (difusão cultural e relação com a comunidade externa)”.

Diante deste contexto, Britto (2014) relata que o Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) foi fundado no ano de 1983, na administração do Reitor Daniel Coelho de Souza, com sua implantação em 1984, sediado nas dependências do “Palacete Augusto Montenegro⁴”, (Figura 1), em Belém/PA. No âmbito da museologia, em relação às tipologias de museus, o MUFPA é classificado como um museu tradicional, em decorrência de três elementos: o edifício (casa-palacete), que é o ambiente arquitetônico que se representa como um panorama museológico; a coleção, que está vinculada aos artefatos pesquisados e adquiridos, salvaguardados pela instituição; e o público, os usuários do museu.

Figura 1- Parte externa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA)



Fonte: Britto e Miranda (2016, p. 1374).

⁴ PALACETE Augusto Montenegro. In: Museu da UFPA. Disponível em: <<https://mufpa.wordpress.com/historico/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

Britto (2014) ressalta que o MUFPA dedica-se à salvaguarda e comunicação de seus acervos de artes visuais. A instituição reúne coleções de artistas entre os séculos XIX ao XXI nas quais, entre vários artistas, citam-se em especial Joseph Leon Righini, Theodoro José da Silva Braga, Antonieta Santos Feio, Ruy Meira, Antar Rohit, entre outros. Indicam-se três períodos de organização das coleções do museu: a primeira fase, embrionária, entre 1965 até 2002; a segunda fase entre os anos de 2002 até 2012; e a terceira a partir de 2012 aos dias atuais.

Em 2003, o Palacete Augusto Montenegro é tombado pelo Governo do Estado do Pará enquanto Patrimônio Histórico e, no mesmo ano, assume, enquanto diretora do MUFPA, a professora e arquiteta Jussara Derenji, e se afirma como o único museu instituído pela UFPA. Sua coleção está listada no último inventário do acervo da Instituição, realizado em 2011 pela pesquisadora Magalene Gaspar, é constituído em 831 peças, sendo divididas em 246 pinturas, 303 desenhos, 178 gravuras, 79 esculturas, 25 fotografias e 11 objetos criados por artistas visuais paraenses, nacionais e internacionais.

Atualmente, o MUFPA desenvolve suas atividades de natureza técnica voltadas ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de ensino, pesquisa e extensão e de qualificação profissional das unidades acadêmicas (REGIMENTO GERAL, 2006)⁵ associada com as atividades de pesquisa, a preservação e a interpretação e mediação das coleções em relação às comunidades universitárias e ao público em geral. Além da promoção de exposições contínuas em prol da arte contemporânea no cenário artístico paraense, desse modo projetando os artistas da região amazônica no contexto nacional e regional em relação à produção das artes visuais.

3.2 Carmen Sousa, artista plástica

De acordo com Pereira (1986), Carmen da Gama de Oliveira e Sousa nasceu a 24 de abril de 1908, em Lisboa/Portugal, filha do comerciante português Alexandre Ferreira de Oliveira e Sousa e da paraense Laura da Gama de Oliveira e Sousa. Ainda, relata que 1910, com apenas dois anos a artista veio com a família para a o Estado do Pará, e aos sete anos de idade regressa a Lisboa permanecendo até os 19 anos. Durante esse período que residiu no exterior iniciou sua formação artística, na qual alcançou técnicas com um desenho ao lápis, ao carvão e pastel, sob a orientação do professor Espirito Santo de Oliveira. No entanto, 1927, já residindo em Belém

⁵ Regimento Geral da Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: <https://portal.ufpa.br/images/docs/regimento_geral.pdf> Acesso em: 05 jul. 2019.

(PA), a artista continua a dedicar-se aos estudos artísticos pelas técnicas de desenho e pintura, seguindo os ensinamentos do pintor de paisagem e retrato, José Girard, aprendendo, também, as primeiras noções de pintura figurativista de flores e paisagens, e pintura acadêmica com influência impressionista, por conta da convivência com o pintor Euclides Fonseca.

Meira (1988) pontua que entre os anos 1936 a 1947, a artista plástica realiza diversas viagens ao Rio de Janeiro a fim de aperfeiçoar-se em suas técnicas de pintura, com o professor pintor Carlos Chambelland. Da mesma maneira, frequentava o atelier do mestre escultor e artista plástico Humberto Cozzo para aproveitar o fazer artístico de escultura na técnica em bronze tal qual era especialidade dele. Carmen Sousa, também, visitou a casa e ateliê do artista Cândido Portinari, estudando técnicas de pinturas. Durante essas viagens e por onde andava fazia os seus esboços, viagens, visitas, consultórios, ora tracejava uma criança dormindo, um grupo tocando instrumentos musicais, um animal que se estira ou encolhe, uma torre, um riso, um gesto tudo passava para o papel. No ano de 1942, a artista plástica se naturalizou brasileira, tornando-se assim representante oficial do Estado do Pará nos grandes eventos promovidos no cenário artístico nacional na década de 40 do século XX, com participação em diversos Salões de Arte Plásticas Nacionais e Regionais, nos quais recebeu prêmios e menções honrosas pelo reconhecimento de seus trabalhos.

Fernandes (2013) relembra que 1940, o decreto lei instituiu o Salão Oficial de Belas Artes pelo Governo do Estado do Pará, ocorreu em função do sucesso consecutivo das exposições realizadas em Belém, deste modo, assegurando aos artistas locais e regionais uma chance de expor suas obras. Todavia, apesar da atuação do poder público, esse processo de oficialização dos Salões de Belas Artes e a institucionalização das artes plásticas no Pará foi obtido com uma ação conjunta entre os diversos artistas e outros grupos sociais locais, visando à ampliação do público e de mercado para as artes em prol de um espaço na sociedade local.

Nesse contexto sociocultural e artístico da época, Carmen Sousa somou uma atuação significativa nos Salões Oficiais de Belas Artes Paraenses, no período de 1940 a 1948, obtendo premiações com seus trabalhos de esculturas, sem ter ainda feito por parte do MUFPA, um arrolamento deste documento ou um estudo mais detalhado associado ao acervo artístico, conforme relacionado no Quadro 5:

Quadro 5- Premiações da artista em Salões Oficiais de Belas Artes Paraenses

SALÃO	OBRA PREMIADA	LOCAL
V Salão Oficial de Belas Artes (1944)	Os Três Risos	Edifício da Biblioteca e Arquivo Público
VII Salão Oficial de Belas Artes (1947)	Cabeça	Theatro da Paz
IX Salão Oficial de Belas Artes (1948)	Escultura de Santo Antônio de Lisboa	Theatro da Paz

Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

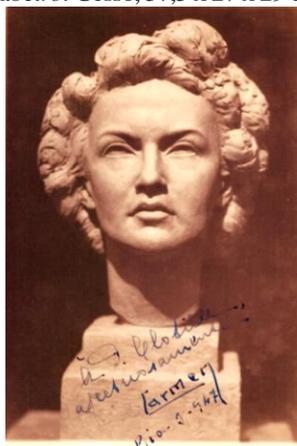
Pereira (1986) relata acerca das aparições nos salões na capital paraense, quando Carmen Sousa participou do Salão Fluminense de 1943 e 1947, no Rio de Janeiro, evento que concedeu a ela a menção honrosa dos membros do júri pelas esculturas em gesso intituladas de “Portuguesa” (Figura 2) e a “Hilda Ribeiro” (Figura 3). Nesse mesmo ano recebeu o “Diploma do Mérito” pelos seus trabalhos nos campos das artes plásticas, na Exposição Feminina de Belas Artes promovida pelo Comitê Internacional Americano de Mulheres, em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e das Relações Exteriores, realizado na capital federal do Brasil (Rio de Janeiro neste período). Também, esteve presente no Salão Nacional de Belas Artes de 1949, premiada com medalha de bronze com a escultura “Cabeça de Negra” (Figura 4), as obras qualificadas como ousada e libertadora por causa dos detalhes esculpidos em cada peça. As referidas esculturas fazem parte do acervo do MUFPA.

Figura 2- Carmen Sousa, 1943. *Portuguesa*. Gesso, 29 x 13 x 13,5 cm



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Figura 3- Carmen Sousa, 1947. *Hilda Ribeiro*. Gesso, 57,5 x 27 x 29 cm



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Figura 4- Carmen Sousa, 1949. *Cabeça de Negra*. Bronze, 57,5 x 27 x 29 cm

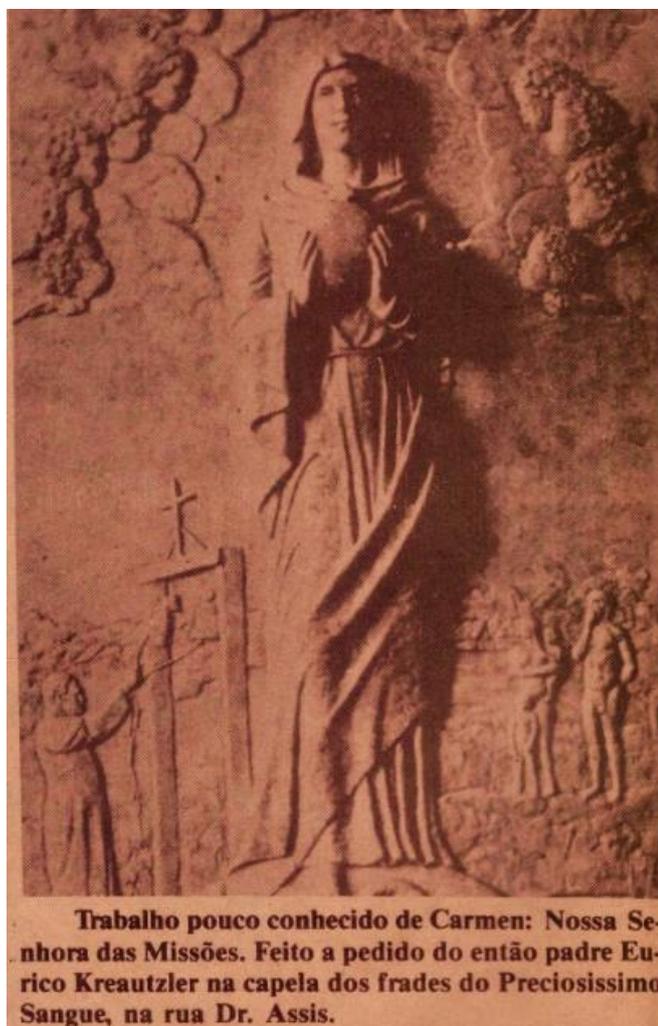


Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Pereira (1986) elucida que Carmen Sousa produziu três outros importantes trabalhos solicitados por conceituadas instituições da capital paraense. O primeiro, o baixo-relevo intitulado “Nossa Senhora das Missões” (Figura 5), sem data definida, solicitada pelo Padre Eurico Kretzler, para a Capela dos Frades do Preciosíssimo Sangue, sito a Rua Dr. Assis na

capital. O Segundo o baixo-relevo intitulado “Curt Unkel-Curt Nimuendajú”⁶ (Figura 6), 1946, a artista produziu uma obra do etnólogo com arranjos ilustrativos de cenas indígenas com traços fortes e senso de autenticidade sobre a proposta do tema abordado, o trabalho encomendado na época pelo então Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)⁷, Esta obra no primeiro momento foi idealizada em bronze a efígie do naturalista, no entanto por falta de verbas o material utilizado foi o gesso. O terceiro, o baixo-relevo intitulado "Cristo Rei” e a escultura da “Boa Pastora”, 1949, dispostos na fachada da sede da Ação Católica⁸ (Figura 7), obra foram inaugurados no dia 2 de janeiro de 1949, na antiga Avenida São Jerônimo, atualmente conhecida como Avenida Governador José Malcher.

Figura 5- Carmen Sousa, s/d. *Nossa Senhora das Missões*.



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

⁶ CURT UNKEL-Curt Nimuendajú. In: Biografias. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/CurtUnke.html>>. Acesso no dia 02 abr. 2018.

⁷ MUSEU Paraense Emílio Goeldi. In: Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/02/diretor-do-museu-paraense-emilio-goeldi-e-reconduzido-ao-cargo>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

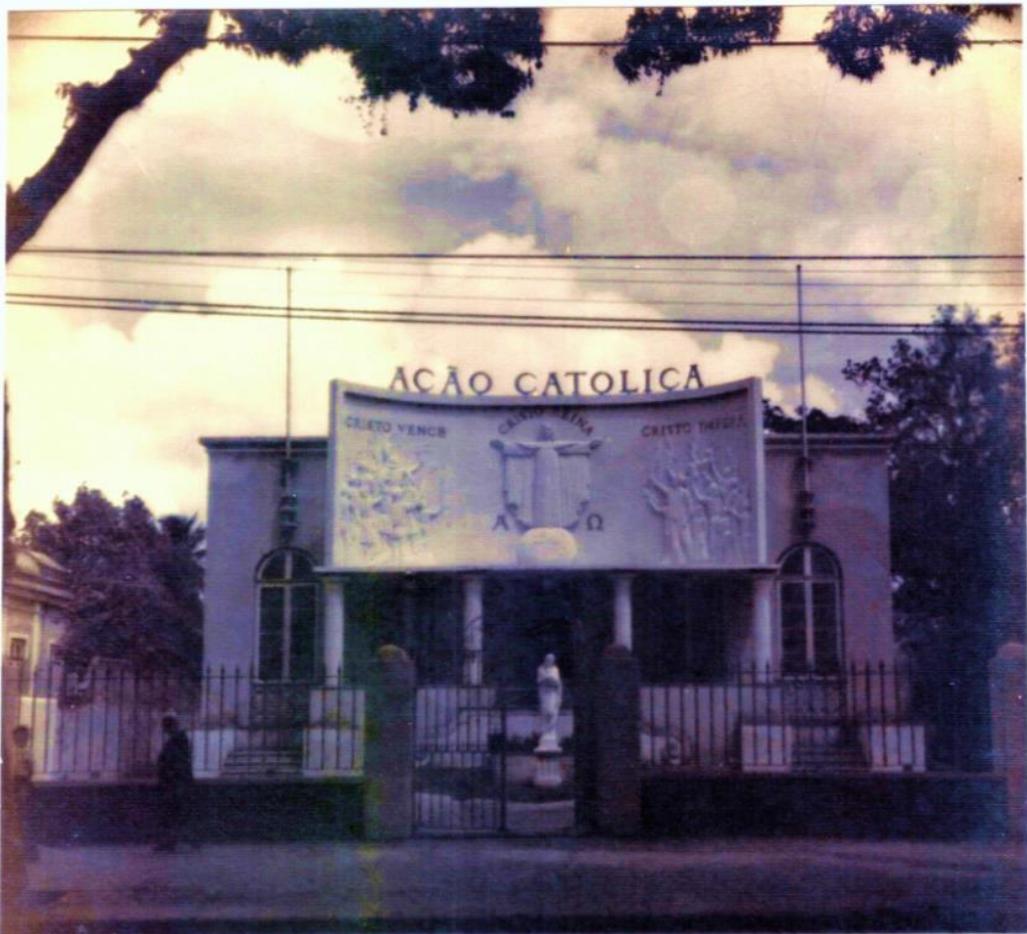
⁸ A Ação Católica Brasileira (ACB). In: Fundo Ação Católica Brasileira. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Figura 6- Carmen Sousa, 1946. *Curt Unkel-Curt Nimuendajú*.



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Figura 7- Carmen Sousa, 1949. *Baixo-relevo Cristo Rei e a escultura da Boa Pastora*



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA.

O conjunto da obra de baixo relevo e a escultura (Figura 7) foi considerado uma de suas principais obras, e repercutiu entre os meios de comunicação da época. Carmen Sousa foi entrevistada por Lima Cabral, como mostra o trecho de um recorte de jornal, para saber da inauguração da escultura "Boa Pastora" e o baixo-relevo "Cristo Rei" (1949), na Fachada da sede da Ação Católica, e, também, ouvir a experiência e as dificuldades para construção essas obras, assim transcrito trechos essa conversa entre a artista e o reporte, a seguir:

[...]

Lima Cabral - Compreendeu logo Carmen Sousa a finalidade da conversa externando nosso desejo de algumas informações referente à técnica empregada no baixo-relevo que amanhã será inaugurado.

Carmen Sousa - Será que vai interessar o público? - perguntou a nossa entrevistada - é assunto para aprofunda.

Lima Cabral - Interessará sim, e, principalmente, das dificuldades que teve de vencer.

Carmen Sousa - Realmente foram muitos. Desde a modelagem do barro.

Lima Cabral - E o início do trabalho?

Carmen Sousa - [...] procedeu a execução da obra - o trabalho intelectual, o desenho, a composição do material e as maquetes.

[...]

Lima Cabral - A professora Carmen certamente para tal trabalho contou com vários auxiliares.

Carmen Sousa - Eis a grande dificuldade. Num modo adiantado, o trabalho da artista é, apenas desenhar e modelar. Há operários para o resto. Aqui tive que dirigir pessoalmente tudo, arriscar-me a muitos talhos, meter a mãos nos mais rudes trabalhos. Mas fê-lo com muito prazer. Aliás, os meus auxiliares se não me davam repouso, por sua inexperiência, mostravam-se inteligentes e de boa vontade.

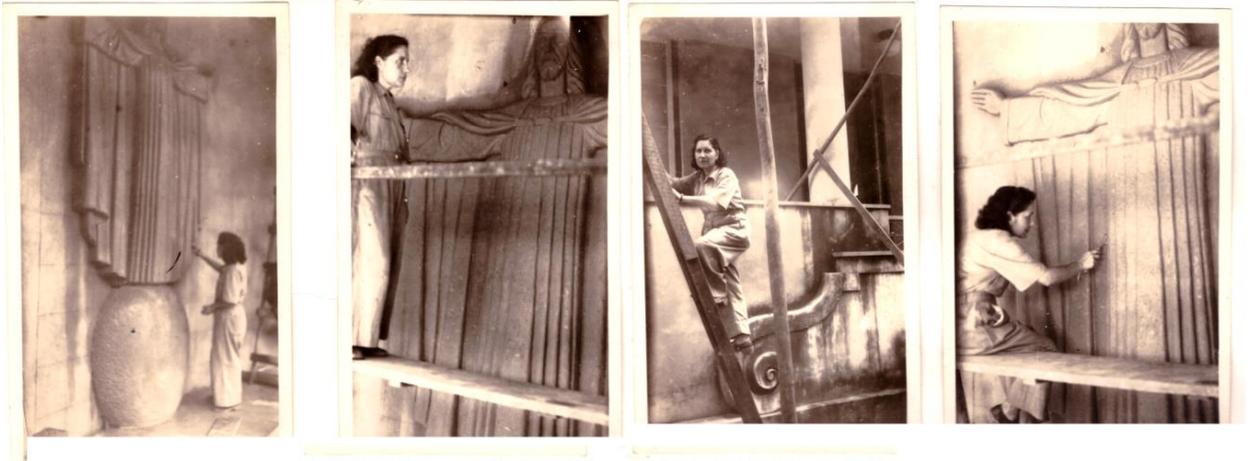
[...]

(Recorte de Jornal sem procedência, s/d).

A Figura 8 exemplifica a narrativa de Carmen Sousa durante a referida entrevista com Lima Cabral, pois os detalhes contados Nesta entrevista sobre a execução da obra por uma mulher de mãos delicadas, as quais seguraram o martelo e uma talhadeira para modelar o baixo-relevo⁹.

⁹ Vale ressaltar que, em 1945, a artista se inscreve como participante ativa do movimento Feminino da Ação Católica, a vivência de sua fé católica é uma característica constante em sua vida, por isso influenciaria nas suas obras artísticas na segunda metade dos anos 1940, como expressiva dedicação a escultura voltada à figura humana (BRITTO; MIRANDA, 2016).

Figura 8- Carmen Sousa, 1948. *Trabalhos Fachada da Ação Católica.*



CARMEM SOUZA na execução do painel do prédio da Ação Católica - 1948

Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Assim, Carmen Sousa “quebra” os paradigmas comportamentais existentes na cena belenense no período de maior produção artística, onde a participação masculina era bem maior que a feminina nos salões de belas artes paraense, como mostra a Figura 9, com apenas Carmen Sousa e Antonieta Feio, no lado esquerdo, sendo as figuras femininas a participar do salão de belas artes.

Figura 9- Inauguração do Salão Paraense de Belas Artes, Salão do Theatro da Paz, s/d.



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Esse aspecto pode ser evidenciado em 1946, durante a premiação do VII Salão Oficial de Belas Artes, quando houve uma polêmica entre os membros do júri – quando, inicialmente foi conferida a premiação em primeiro lugar para a escultura "Virgem das Graças", de Carmen Sousa. No entanto, alguém fez a denúncia de que a obra premiada era uma cópia. Carmen contestou alegando a improcedência da acusação e apresentou a mulher que serviu de modelo. Após o esclarecimento da arista, o júri voltou à decisão anteriormente atribuída à obra. Para melhor entendimento do episódio apresenta-se nota de Machado Coêlho, publicada no Jornal "O ESTADO DO PARÁ", datado em 16/10/1946¹⁰.

Carmen Sousa, no auge de sua carreira artística morre em Belém, no dia 10 de março de 1950, às 10h, no Pensionato de Santa Casa de Misericórdia, após delicada cirurgia a que foi submetida para tratar um tumor uterino¹¹. Segundo Pereira (1986), houve muita comoção de familiares e amigos, reuniram-se em cortejo formando uma procissão que percorreu as ruas da capital em direção a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. Também, acompanhavam o enterro os representantes da Sociedade Artística Internacional e da Juventude Feminina Católica da Ação Católica. Foi sepultada no Cemitério Santa Isabel, localizado na capital, onde posteriormente foi criado um mausoléu projetado por seus dois grandes amigos, o arquiteto David Ferreira e o engenheiro Rui Meira, junto a uma réplica da escultura "A Boa Pastora", 1949, que é representada na Figura 10, justa homenagem da família à artista associando o seu local de descanso eterno à sua obra escultórica dedicada a Fachada da Ação Católica.

De acordo com Pereira (1986), dentre as criações de Carmen Sousa encontram-se esculturas, pinturas a óleo e pastel, além de relíquias deixadas por ela, livros, e manuscritos que constituem um grande acervo, doado generosamente pela irmã, Helena Sousa, à Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1971 (documentos de arquivo) e 1983 (objetos de museu), a ser descrito com mais detalhes no subcapítulo a seguir.

¹⁰ A fim de evitar explorações nosso confrade Machado Coêlho pede-nos a publicação do seguinte. O Estado do Pará. Belém (PA), 16 de outubro de 1946.

¹¹ Carmen da Gama Oliveira e Sousa. Noticiário Necrológico. Folha Vespertina. Belém (PA), 11 de março de 1950.

Figura 10- Fotografia do Mausoléu de Carmen Sousa, 1950.



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

3.3 A musealização da Coleção Carmen Sousa

O estudo da musealização da Coleção Carmen Sousa foi realizado por meio de consulta dos documentos do museu, além dos diários de campo (diálogos informais dentro da reserva técnica com os técnicos durante a pesquisa de campo deste estudo) e aplicação de questionário (Apêndice A) para obter informações técnicas da gestão da referida coleção, que contou com a colaboração dos funcionários Andrea Siqueira e Wanderson Amorim, esse último é o museólogo do museu.

O processo de aquisição desse acervo pela UFPA foi subdividido em três fases. A primeira, em uma carta, datada em 18 de setembro de 1971 e assinada por Helena da Gama de Oliveira e Sousa (irmã da artista), enviado ao “Magnífico Reitor” da UFPA Dr. Aluysio da Costa Chaves, referente a doação de documentos de sua irmã: brochuras, catálogos, revistas, folhas, fontes de informação, ensinamentos técnicos ou recordações de artistas, colecionados por Carmen Sousa, assim descritos pela remetente. Em resposta a Esta carta foi expedido um Ofício, GR 2781/71, acusando o recebimento da carta de doação à UFPA dos materiais listados, que constituíram o acervo de documentos de Carmen Sousa, assinado pelo Reitor da UFPA Prof. Dr. Aluysio da Costa Chaves para Helena Sousa no dia 05 de outubro de 1971.

A segunda fase ocorreu em 11 de setembro de 1979, quando Helena da Gama de Oliveira e Sousa encaminha um ofício confirmando a disposição em ceder a esse Museu o acervo de Artes constituído de pinturas, desenho e esculturas de sua irmã Carmen Sousa (sem assinatura da remetente) para o coordenador do Museu Histórico da UFPA. Em resposta a esse documento foi expedido o Ofício GR 431/80, datado 19/06/1980, assinado por Janin B. Aymoré, chefe de gabinete à Helena Sousa informando que a universidade estava impossibilitada de adquirir o acervo de arte criado por Carmen Sousa, conforme comunicado do reitor Dr. Aracy Amazonas Barreto nesse ofício.

No entanto, em 1983, a aquisição da coleção foi regulamentada na Resolução nº. 171, datada em 15 de julho de 1983, assinada pelo reitor da UFPA Prof. Dr. Daniel Queima Coelho de Sousa autorizando a UFPA a receber, sem nenhum ônus, o acervo da Carmen Sousa doado por sua irmã Helena Sousa, constituído de 36 esculturas 18 pinturas e 71 desenhos no valor de CR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Em resposta ao ofício s/n protocolo nº. 1737/1983, confirmando doação do acervo artístico deixado por Carmen Sousa. Os documentos ora citados, ao mesmo tempo em que diz ser doado e também especifica uma quantia em dinheiro, não esclarecem se a aquisição pela UFPA foi por doação e/ou por compra, ou pelas duas formas.

A terceira fase ocorreu em 1996, quando o MUFPA adquiriu mais um montante de documentos à Coleção Carmen Sousa, doados por Vicente Salles enquanto diretor dessa Instituição no período de 1996 a 1997, para a qual doou todo o seu material de pesquisa coletado ao longo da vida: livros, discos, partituras, recortes de jornais, folhetos e muitos outros (SOUZA, 2013). Mas, especificamente, o registro da doação para Coleção Carmen Sousa está descrito manualmente pelo mesmo em uma das fases de um envelope saco natural de 80g e com dimensão de 25x35 cm (item catalogado no acervo de comunicação), o qual foi entregue em mãos à funcionária do MUFPA, Carmen Andrea Sequeira. Nesse envelope é mencionado o nome Professor Clóvis Moraes Rego¹² como doador dos documentos para Salles, conforme transcrição encontrada no referido envelope a seguir: “Helena Sousa organizou documentos que me foram doados pelo professor Clóvis Moraes Rego em 1994. Passo jornais e artigos Nesta data para Andrea em 1996. Vicente Salles”.

Dessa maneira, concluiu-se que a forma de aquisição do acervo de Comunicação foi por meio de doação para o MUFPA por Helena Sousa (1971) e Vicente Salles (1996), mas o quantitativo doado por ambos, infelizmente, não foi possível identificar por falta de registro por partes dos funcionários daquele período, pois apenas receberam e acondicionaram documentos na mapoteca da Reserva Técnica do museu. Em relação ao acervo de Artes Visuais, o mesmo deu-se pela compra por intermédio de Helena Sousa e o Reitor da UFPA, Prof. Dr. Daniel Queima Coelho de Sousa (1983), tendo como registro a quantidade e os valores destinados a cada obra adquirida.

No que concerne às pesquisas produzidas sobre o acervo da coleção, Andreia Siqueira respondeu que foi a autora do primeiro levantamento das obras (pintura, desenho e escultura) para construção do seu Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Artística – Habilitação em Artes Plásticas, pela UFPA, intitulado “Carmen Sousa: levantamento do acervo pertencente ao Museu da UFPA”, no ano de 1995.

Em 2014, a Prof^a. Dr. Rosangela Marques de Britto defendeu a Tese de Doutorado em Antropologia, pela UFPA, intitulada “Os usos do espaço urbano das ruas e do patrimônio cultural musealizado na "esquina" da "José Malcher" com a "Generalíssimo": itinerários de uma antropóloga com uma rede de interlocutores no Bairro de Nazaré (Belém-PA)”, o qual apresentou um “recorte” sobre a Coleção Carmen Sousa, o que mais tarde se desdobrou para o

¹²CLÓVIS Silva de Moraes Rego. In: Memória da Literatura do Pará. Disponível em: <<http://memoriadaliteraturadopara.blogspot.com.br/search?q=Cl%C3%B3vis+Silva+de+Morais+Rego>> Acesso em: 18 abr. 2018.

Projeto de Pesquisa “Coleções e Artistas Plásticos e Visuais do Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): pesquisa sobre arte e pesquisa em arte”¹³, coordenado pela mesma no período de 2015 a 2017.

Em 2017, a autora desse estudo, enquanto bolsista do referido projeto, direcionou parte do estudo à construção do Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia, pela UFPA, intitulado “Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): uma análise do acervo pelo processo de documentação em museus”, que no mesmo ano se desdobrou para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pela UFPA, em andamento.

Andreia Siqueira finaliza o relato informando que as pesquisas da graduação, pós-graduação e o relatório do projeto estão depositados na Biblioteca do MUFPA e disponíveis para consulta aos usuários.

Conclui-se que os acervos do MUFPA são objetos de estudos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, o que de certa forma contribui para desenvolvimento da pesquisa sob a holística teórica e prática no campo da arte, pontuadas nos diferentes campos disciplinares para promoção do aprendizado da comunidade acadêmica da UFPA.

No que se refere à documentação em museus da coleção, o museólogo do MUFPA respondeu que existem documentos produzidos sobre o acervo de artes visuais (escultura, desenho e pintura), tais como os processos de arrolamento e catalogação, disponíveis de maneira impressa e na forma digital. Mas afirmou também que o controle da quantidade das obras desse acervo encontra-se em atualização das informações por causa de uma nova proposta de planilha integrada desenvolvida para consulta dos acervos do museu.

Em 2005, o processo de organização do acervo da coleção estava registrado no Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA)¹⁴, pelo qual

¹³ Como resultado desse projeto três publicações sobre a Coleção Carmen Sousa; a primeira intitulada “Museu da Universidade Federal do Pará e a Coleção Carmen Sousa (1908-1950): Preservação da Documentação Museológica”, Anais do 25º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), em Porto Alegre/RS, em 2016. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2016/comites/cpcr/rosangela_britto.pdf>. A segunda, com o tema “Estudo da Sistematização da Documentação Museológica à Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA)”, Anais do 3º Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS), em Belém/PA, 2017. Disponível em: <<http://lablivre.org/sebramus/>>. Por fim, a terceira denominada “Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): uma análise do acervo pelo processo de documentação museológica”, Caderno de Resumos do VIII Seminário do Museu D. João VI/IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, no Rio de Janeiro/RJ, 2017. Disponível em: <<https://joaosextoseminario.files.wordpress.com/2017/09/caderno-de-resumos-2017.pdf>>.

as informações são sistematizadas e divididas em, basicamente, Gravura (brasileira e estrangeira), Desenho (brasileiro e estrangeiro), Pintura (brasileira e estrangeira), Escultura (brasileira e estrangeira), porém, neste sistema não foram catalogados os documentos de arquivo da artista, por ocasião do sistema não disponibilizar tratamento da informação para essa tipologia de acervo. Entretanto, algum tempo depois houve problema de atualização da versão deste sistema, por isso, a gestão do acervo do MUFPA decidiu não mais utilizar o sistema para os registros de catalogação museológica, na atualidade.

Em 2011, foi realizado o Inventário Geral do MUFPA, contendo informações da coleção quantificada em 215 desenhos, 44 esculturas e 34 pinturas (Apêndice B – relação das obras da coleção). No entanto, os documentos de arquivo (carteiras de identificação, recortes de jornais, cartas, fotografias, cadernos e outros) da artista não estão listados no referido documento, mas se encontram acondicionados na mapoteca da reserva técnica do museu, e as informações disponíveis para consulta (Apêndice C – índice dos documentos de arquivo) resume-se em uma listagem simples ora digitalizadas ora manuscritas, sem assinatura ou data do responsável pelo registro das informações¹⁵.

Quanto ao sistema de numeração/classificação das obras do acervo da coleção, Wanderson Amorim explicou que os métodos utilizados são por meio da catalogação baseados no ano de registro, categoria, técnica e a sequência de objetos. Há um catálogo dos objetos do acervo com suas respectivas informações em campos, mas ressalta que são feitos separadamente por categoria de pintura, escultura e desenho. E as informações registradas nos campos de dados são intituladas como: nome do artista; técnica; ano; dimensão; histórico; forma de aquisição. Mas quando questionado sobre outras ferramentas empregadas nos procedimentos da documentação como base de dados, controle, termos ou índices, se são aplicados ou não no acervo, não soube opinar, os tratamentos de registro da informação são de responsabilidade dos servidores lotados no setor de acervos.

Na sequência, esclareceu sobre o método de controle do acervo da coleção quando retirado para exposição (dentro ou fora do museu), onde é registrado o documento de empréstimo, laudo técnico da obra, e a listagem de circulação tanto interna quanto externa.

¹⁴ FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. Manual de catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

¹⁵ Porém, existe uma divergência na totalidade do acervo de artes visuais nos dados encontrados nos documentos de aquisição intermediados pela irmã da artista e a UFPA (1983) e o Inventário do MUFPA (2011), ou seja, nos documentos de aquisição da UFPA constatou-se 36 esculturas, 18 pinturas e 71 desenhos, enquanto no Inventário do MUFPA quantifica em 215 desenhos, 44 esculturas e 34 pinturas.

Conclui-se que a coleção de objeto de arte obteve tratamento informacional em relação à documentação em museus para atender o controle e consulta dos usuários do MUFPA, mas o acervo de documentos de arquivo da artista, até o momento não foi submetido ao tratamento da informação em relação ao inventário institucional, não consta neste documento o quantitativo deles, e, também, não existe registro no sistema de base dados do MUFPA sobre os documentos de arquivo.

Sobre a conservação preventiva e o estado das peças; e como são registrados esses dados, Wanderson declarou que é realizada somente avaliação visual, mas há um controle de medidas preventivas destinadas ao acervo, acondicionadas na Reserva Técnica do MUFPA em suportes e materiais apropriados para inibir agentes de degradação (físicos, biológicos, químicos e mecânicos), bem com os armários no qual estão as esculturas, as pinturas estão locadas nos trainéis, e os desenhos e documentos de arquivo na mapoteca (Figuras 11, 12 e 13). Relatou também que existe um sistema de controle de temperatura e a umidade (equipamentos umidificadores e ar-condicionado), além da restrição de pessoas ao acesso ao setor e recomendação para a utilização de luvas, máscaras e jaleco para manuseio das obras os autorizados ao local, e, principalmente a limpeza do ambiente diariamente.

Nessa etapa de conservação, conclui-se que os objetos de artes e documentos de arquivo estão acondicionados adequadamente, em conformidade com tipologia de suporte, material e técnica, inerentes às peças. Os acervos estão guardados e agrupados em armários, traineis e mapoteca; monitorados e avaliados, constantemente, por conta dos possíveis ataques agentes de degradação; e, também, identificados de acordo com a localização na reserva técnica do MUFPA, deste modo, atendendo as especialidades da conservação preventiva para acervos museológicos, assim como à preservação da coleção.

No caso das ações de comunicações, Andrea Siqueira mostrou alguns folhetos de exposições, com informações da primeira exposição sobre a artista no MUFPA, realizada em 21 de junho de 1983, intitulada "Exposição de Esculturas e pinturas da Artista Plástica Carmen Sousa", organizada por Paula Portela, no Palacete Montenegro. A exposição se reportou apenas com as esculturas e pinturas, muitas delas premiadas em salões em que a artista participou.

Em 2005, foi apresentada a exposição com tema "Alma – a obra de Carmen Sousa", curadoria de Jussara Derenji, diretora do MUFPA, o objetivo foi divulgar o acervo para a comunidade, no intuito de revelar o trabalho da artista nos estilos academicista e impressionista, produzidos entre 1925 a 1950. A exposição apresentou 18 peças, dentre elas estavam 13 desenhos.

Figura 11- Armário que acondiciona as esculturas de Carmen Sousa



Foto: Wanderson Amorim, 2018.

Figura 12- Trainel que acondiciona as pinturas de Carmen Sousa



Foto: Wanderson Amorim, 2018.

Figura 13- Mapoteca que acondiciona os desenhos e os documentos de arquivo de Carmen Sousa

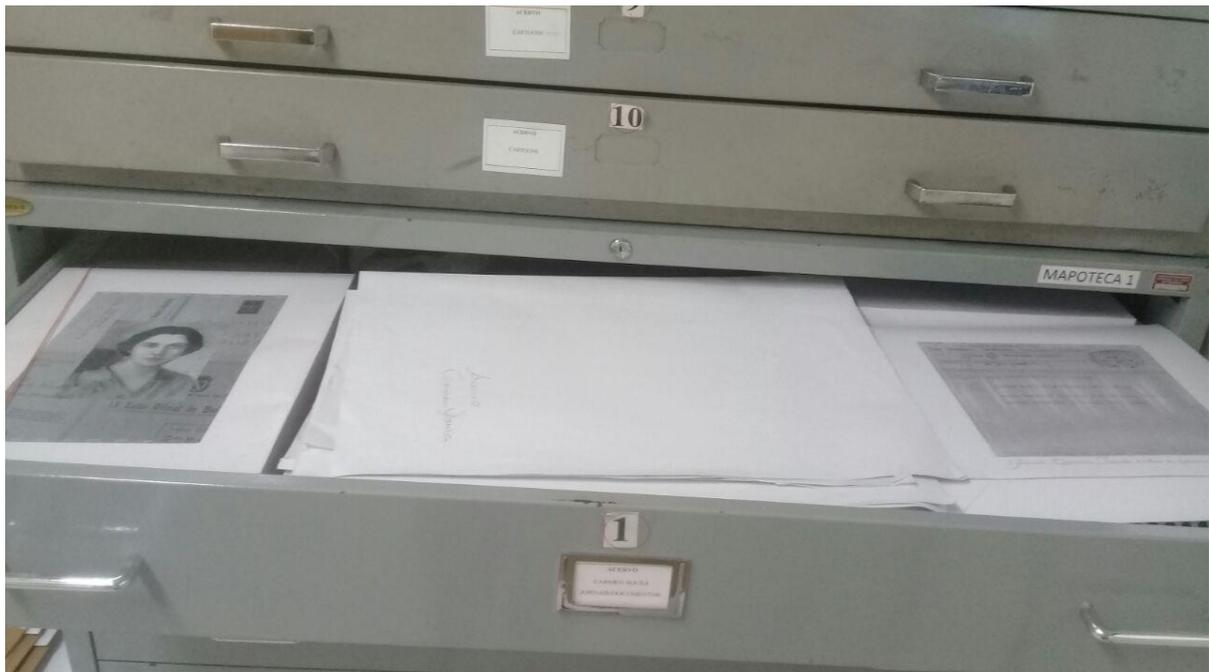


Foto: Wanderson Amorim, 2018.

Em janeiro de 2015, foi sucedida a Exposição “Tempo em Recortes”, também sob a curadoria de Jussara Derenji Diretora do MUFPA, em alusão aos 30 anos do funcionamento do museu, onde, na ocasião lançaram o Calendário UFPA 2015, com uma obra de Carmen Sousa incluída nele.

Em maio de 2015, foi organizada a "Exposição Mulheres", pelo Tribunal Regional do Trabalho Eleitoral do Pará (TRE). A exposição tinha obras de artistas femininas com trabalhos de Carmen Sousa inclusos.

Em junho de 2016, o MUFPA, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), lançou a exposição "Diálogo entre Coleções". A exposição dialogou com algumas peças da coleção do museu, especificamente dos artistas Marinaldo Santos, Carmen Sousa e Teodoro Braga, e da fotógrafa Walda Marques.

Conclui-se que etapa de comunicação realizada por meio de exposição considerou-se efetiva, por conta das diversas exposições da coleção no MUFPA em diferentes períodos e, também, em outra instituição museológica, algumas delas resultou na produção de catálogos acerca das exposições promovidas de acordo com período do evento.

Porém, outro potencial de disseminação do conhecimento que o MUFPA não explora é a produção de comunicação científica, o que se verificou durante a entrevista com os técnicos que a comunicação fica restrita apenas na promoção de exposições, embora existam pesquisas preliminares para elaboração do próprio discurso da curadoria da exposição e das operações da medição e ação educativa com o público. No entanto, se a Instituição compreender que um grupo de pesquisa alinhado aos estudos da Coleção Carmen Sousa poderá auxiliar na difusão junto aos usuários, que buscam informações acerca da representação paraense no cenário da arte brasileira em meados da década de 1940.

Um dos pontos enfatizados pelos técnicos sobre a gestão do acervo do MUFPA atribui-se à Diretora Jussara Derenji, quando, logo que assumiu, em 2003 o museu, causaram significativas transformações, desde a recuperação e restauro do palacete em 2009, quanto da construção de um prédio anexo para abrigar a reserva técnica e deste modo acondicionar o acervo de forma adequada para diversas tipologias de objetos sob a salvaguarda do museu. Também instituiu o primeiro Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA), mencionado anteriormente, o que atendeu naquele momento o controle e consulta do acervo de forma informatizada. Atualmente, o museólogo estuda outra possibilidade de um instrumento de pesquisa informatizado para atender a demanda do acervo

de arte visuais, chamado *Collective Access*¹⁶ é um software gratuito de código aberto para gerenciar e publicar coleções de museus e arquivos.

3.4 O processo de catalogação da Coleção Carmen Sousa

Para Ladkin (2004), o controle do inventário e catalogação faz parte do sistema de documentação de um museu, pois esta atividade promove a disseminação das informações sobre a individualidade dos objetos do acervo, visto que os registros dos dados. Nestas ferramentas de consulta permitem a sua utilização como base de investigação, acesso ao público, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão e segurança do acervo.

Para Barbuy (2008), a ficha de catalogação permite organizar o máximo de informações que o museu dispõe sobre de cada objeto. A autora explica que a catalogação vai muito além da descrição da peça, pois trata as informações de forma consistente a partir da documentação textual e icnográfica, com descrição total do objeto desde a ornamentação até a função. Desse modo, promove uma narrativa tanto da relação de continuidade e interdependência entre as partes quanto da hierarquia simbólica que o objeto possa conter.

Nesse contexto, forma de organização do acervo desenvolvida pelo MUFPA para consulta pública foi realizada pela funcionária Andrea Serqueira, que estruturou em 2005 três catálogos (Figura 14 e 15) com ênfase às pinturas, desenhos e as esculturas, apresentados de forma impressa com imagens e descrição das obras e a biografia da artista resumidamente, inicialmente de maneira bastante rudimentar, segundo os materiais disponíveis naquele momento. Apresentavam em sequências demonstrativas da reorganização da informação do acervo de artes visuais, assim classificados na categoria do próprio MUFPA.

A primeira parte dos campos de registro da Ficha Catalográfica da Figura 14 (anverso) refere-se à Identificação do Objeto e está organizada de acordo com as informações sobre as peças, no intuito de obter uma leitura imediata e localização desse objeto, conforme a seguir:

- Nome da Instituição: o registro da instituição responsável pela salvaguarda da coleção
- Número de identificação: é o registro a partir de uma numeração sequencial, que quantifica o objeto como acervo do museu
- Tombamento: registro da formalização legalizada do bem tombado pela instituição

¹⁶ CollectiveAccess. Disponível em: <<https://www.collectiveaccess.org/>>. Acesso em: 18 abr 2018.

- Catalogação: registro da numeração atribuída pelo SIMBA
- Autor: registro do autor da obra
- Escola e época: registro da influência artística do autor
- Título: registro do nome da obra atribuída pelo autor
- Procedência: registro o nome do acervo que a obra pertence
- Origem: registro do tipo de aquisição e a forma pela qual o objeto passou a integrar o acervo do Museu (doação, legado, compra coleta, permuta, empréstimo, depósito, transferência)
- Localização: registro do local em que o objeto se encontra no museu
- Descrição: relato das características do objeto de forma objetiva
- Imagem: inserção da imagem da obra
- Fotógrafo: registro do nome do fotógrafo responsável pela execução do trabalho

A segunda parte dos campos de registro da Ficha Catalográfica da Figura 15 (verso) refere-se às Características do Objeto. Está estruturada conforme as informações extrínsecas e intrínsecas sobre a peça, a partir da investigação tanto arquivísticas quanto bibliográficas, em detrimento da análise formal acerca do objeto, conforme a seguir:

- Dimensão: informações das medidas do objeto
- Data: registro da data completa da confecção da peça (dia/mês/ano)
- Assinatura: registro do nome que o artista assinala a obra
- Técnica: registro das técnicas empregadas na produção do objeto
- Valor de compra: registro do valor de compra do objeto
- Valor p/ seguro: registro do valor da segura do objeto
- Estado de conservação: registro do estado de conservação do objeto (bom, regular, ruim e péssimo).
- Tratamento: registro das informações sobre os procedimentos de conservação e restauração, tais como substituições, complementações, descaracterizações ou interferência realizadas anteriormente no objeto.
- Referências catálogos: registro de informações sobre o objeto em outras fontes
- Autor: registro do nome completo do autor da obra
- Nacionalidade: registro de local de nascimento do autor do objeto
- Biografia: registro da bibliografia do autor da obra
- Referência bibliográfica: registro das fontes bibliográficas sobre o autor
- Observação: registro de informações de natureza complementar sobre o objeto.

Figura 14- Catálogo de Escultura da Coleção Carmen Sousa (anverso)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ SEU DE HISTÓRIA E ARTE DO PARÁ		Acervo MUFPA N° 11/1.4/0738	Seção Tombamento n.º 45.888 -- Catalogado sob n.º 381-SIMBA 0638
E S C U L T U R A 01			
		Autor : CARMEN SOUSA Escola e época : ESCULTURA ACADÊMICA Título : CABEÇA DE NEGA PAULA Procedência : ACERVO CARMEN SOUSA Origem : DOAÇÃO	
		LOCALIZAÇÃO : MUSEU DA UNIVERSIDADE - ACERVO CARMEN SOUSA DESCRIÇÃO : ATRAVÉS DA ESCULTURA RETRATA O ROSTO DE DE UMA NEGRA COM EXCEPCIONAL REALISMO NA CARACTERÍSTICA, NARIZ, BOCA, ETC... NÃO RETRATA NA EXPRESSÃO O SENTIMENTO DE INFERIORIDADE QUE O HOMEM BRANCO QUIS IM PÔR AO NEGRO, AO CONTRÁRIO, EXIBE COM ORGULHO SUA FACE.	
FOTO: Solange Aguiar			

Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

Figura 15- Catálogo de Escultura da Coleção Carmen Sousa (verso)

CARACTERÍSTICAS DA PEÇA E S C U L T U R A		AUTOR : CARMEN SOUSA Nacionalidade : PORTUGUESA, RADICADA NO BRASIL.
Dimensões : 44 cm de altura, 17 cm de largura e 27 cm de profundidade Data : 1949 Assinatura: Sim (Carmem, 1949) Técnica : BRONZE		Biografia O NOME COMPLETO DE CARMEN SOUSA É CARMEN DA GAMA OLIVEIRA E SOUSA. NASCEU EM 24 DE ABRIL DE 1908 EM LISBOA TUGAL, MAS VIVEU A MAIOR PARTE DE SUA VIDA EM BELÉM DO PARÁ BRASIL. SEU PAI ERA COMERCIANTE, PORTUGUÊS E SE CHAMAVA XANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA E SOUSA, SUA MÃE SE CHAMAVA L DA CAMA DE OLIVEIRA E SOUSA, PARAENSE, DONA DE CASA. CAI TINHA UMA IRMÃ QUE SE CHAMAVA HELENA DA GAMA DE OLIVEIRA SOUSA, PIANISTA.
Valor de compra Valor p/ seguro Estado de conservação : BOM		O ACERVO CARMEN SOUSA É CONSTITUÍDO POR DESENHOS, TUBAS E ESCULTURAS. SEU ESTILO É ACADÊMICO QUE TINHA COMO OI TIVO RESGATAR AS FORMAS DO CLASSICISMO.
Tratamentos (Datas)		O ACERVO CARMEN SOUSA TORNOU-SE DA UNIVERSIDADE I RAL DO PARÁ EM 1983, POR DOAÇÃO DE D. HELENA SOUSA. SUA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DATA DO PERÍODO DE 1925 A 1 FALECEU EM 10 DE MARÇO DE 1950, AOS 42 ANOS.
Referências catálogos		Referências bibliográficas SOUSA, Helena. (Informações orais e escritas) Reportagens de jornais de 1925 a 1950.
OBSERVAÇÕES		

Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

A ficha catalográfica pode ser entendida como a codificação das informações por meio da classificação e catalogação sistemática dos objetos da referida coleção, que objetivou a organização desses dados para formalizar um arquivo catalográfico do acervo de artes visuais. Nesse caso, a utilização de campos que contenham informações especificamente definidas no intuito de promover a busca dos dados dentro de uma norma estabelecida para o preenchimento dos campos.

Os catálogos foram organizados para atender à demanda do controle e a consulta da Coleção Carmen Sousa, dentre as quais a localização dos objetos dentro da reserva técnica, como instrumento facilitador de pesquisa e fonte de informação tanto para os profissionais do museu quanto aos pesquisadores e/ou público em geral.

Neste cenário, o ciclo da musealização da Coleção Carmen Sousa (Figura 16) foi uma forma de recuperar as informações dos objetos documento por meio da documentação em museus realizada pelo MUFPA, para ampliar o estudo para estruturação de um sistema de documentação em museus, que segundo Cândido (2006), os registros planejados em categorias de informação estabelecidas e identificadas em três matrizes dimensionais a partir do próprio objeto e/ou outras fontes (MENSCH, 1987), como portadores informacionais às ações de preservação, pesquisa e comunicação no desenvolvimento da documentação nos museus.

Figura 16- Ciclo de musealização da Coleção Carmen Sousa



Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

De modo geral, o processo de musealização da Coleção Carmen Sousa seguiu o percurso do ciclo da musealização (Figura 16) compreendidos a partir da aquisição dos objetos de museu e os documentos de arquivo, passando pelas etapas de pesquisa, documentação e conservação, chegando até a comunicação por meio das exposições individuais ou coletivas sobre o acervo da artista plástica. Porém, o acervo de documentos arquivo da artista passou, apenas, pelas etapas de aquisição e conservação, em relação ao tratamento da informação das práticas museológicas adotadas pelo MUFPA.

Nos próximos capítulos serão retomadas essas informações para explicar como foi organizado o instrumento de pesquisa à coleção de modo que agregasse os objetos de museu e documentos de arquivo, em um estudo anterior a este, intitulado “Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): uma análise do acervo pelo processo de documentação em museus”, o qual motivou o desdobramento para esse estudo à proposta de um instrumento disponibilizado no espaço da digital.

4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

Este capítulo visa apresentar uma breve perspectiva teórica da representação da informação na Ciência da Informação, nessa pesquisa focada na Arquivologia e a Museologia, em relação à organização dos instrumentos de representação informacional em ambas as áreas. Do mesmo modo, clarificar as abordagens da organização da informação, pertinentes aos documentos de arquivo e objetos de museu, correlacionadas ao acesso à informação, segundo similaridade da descrição arquivística pelas Normas da ISAD(G), para arquivos, e da documentação em museus pelas Diretrizes do CIDOC, para museus, a fim de estabelecer um diálogo interdisciplinar a partir da difusão da informação.

Nos subcapítulos seguintes serão pontuados os conceitos de descrição (Arquivologia) e documentação (Museologia), para analisar as normas e as diretrizes no campo da representação da informação, visando delimitar os elementos análogos e de aproximação entre as áreas citadas. Essa análise será realizada por meio da comparação de fatores relacionados pelos elementos informacionais, estabelecidos nas Normas da ISAD(G) e nas Diretrizes do CIDOC, com objetivo de identificar os campos de registro no *Software Access to Memory* (AtoM), como instrumento de pesquisa proposto a Coleção Carmen Sousa.

4.1 Perspectiva teórica da Representação da Informação na Ciência da Informação associada à Arquivologia e a Museologia

Rodrigues *et al* (2014, p. 155) elucidam que durante o século XIX bibliotecários e filósofos desenvolveram instrumentos de auxílio para organizar o conhecimento em detrimento da preocupação de como a população irá “organizar, consumir e produzir as informações” para disseminar e aperfeiçoar o método de acesso ao conhecimento, por meio de “instrumentos específicos para o armazenamento e recuperação de documentos de um modo estruturado” (BASTOS, 2005, p. 23).

Novo (2013) pontua que a representação do conhecimento dedica-se em concretizar o pensamento do indivíduo e a concepção do conhecimento, em outras palavras, representar uma unicidade de conhecimento, ou o conceito. Entretanto, Lima *et al* (2012) esclarecem que para no âmbito da Ciência da Informação, a representação do conhecimento relaciona-se a símbolos que representem símbolos ou idéias, além de mostra-se como uma unidade mínima do conhecimento definida por um domínio, com a finalidade de representação, e essa representação se dá por meio de elos em meios aos conceitos.

Para Fujita (2008), a organização e representação do conhecimento são constituídas por dois conceitos fundamentais, isto é, a organização do conhecimento e a representação do conhecimento, os quais são resultados da ligação dos domínios – objeto (conhecimento) e ação (atividade de organizar e representar, gerar instrumentos, processos e produtos para a aplicabilidade em meios institucionais).

Segundo Bates (2012 *apud* Araújo, 2018), a aproximação da Ciência da Informação com os conceitos de conhecimento, memória e patrimônio, advém, entre diferentes aspectos, de umas semelhanças práticas entre a Arquivologia e a Museologia. No entanto, Vivarelli (2015 *apud* Araújo, 2018) pontua que os arquivos e os museus deveriam expandir trocas de experiências entre si, em virtude da compreensão sobre as mesmas finalidades, em relação ao seu uso público e o papel de promotores da cultura, diante de um cenário de construção da identidade. Araújo (2014) ressalta que os arquivos e os museus, por conta da relação ligada às suas atividades, têm seus profissionais compreendidos como mediadores informacionais, em função das interferências realizadas na difusão da informação à sociedade.

Araújo (2018, p. 78) amplia esse entendimento acerca da aproximação da Ciência da Informação entre a Arquivologia e a Museologia, no intuito de entender como uma determinada cultura é “produzida, reproduzida e modificada”, por meio das interferências destas instituições, de tal modo que possa ser analisada a dinâmica dessas diversificadas interferências, fomentadas “por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento”.

Para Almeida *et al* (2015), a Ciência da Informação amplia o diálogo dessas disciplinas na discussão em relação à preservação de patrimônio culturais nas sociedades contemporâneas, o fomento do acesso universal de maneira democrática e o ponto de vista crítico, para a elaboração de políticas públicas no desenvolvimento tecnológico, associado ao planejamento, a proposição e as perspectivas de uso das tecnologias digitais, em conformidade preocupações oriundas das humanidades.

Martins *et al* (2016) esclarecem acerca da ‘mundialização’ configurada pela ‘explosão informacional’ ocorrida no pós Segunda Guerra, quando a informação foi considerada necessária para o desenvolvimento das atividades científicas e profissionais, bem como o gerenciamento de organizações, servindo de indicadores para na elaboração de gestão de políticas públicas, assim como à preservação do patrimônio cultural, quando as representações simbólicas se expõem. Segundo Marteleto (2002, p. 15), nessa realidade, a informação “é artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e

da cultura”, em função da geração de “memória, permanência e registro”, pelos quais precisam de mecanismos e ferramentas de “organização, pedagogia e política”.

Nesta perspectiva, Fugita *et al* (1998, p. 21) explicam que a Análise Documentária está relacionada ao “tratamento do documento de conteúdo com a finalidade de elaboração de representações condensadas”, aquilo que está inserido em textos. Essas “representações condensadas são os resumos e índices (pista de conteúdo)”, porém o conjunto de processos para estruturação de índices de assunto está associado “a palavras ou símbolos alfanuméricos”, a serem inseridas na indexação.

Novelino (1996, p. 38) elucida que a principal característica de representação de informação é a transferência de uma unidade linguística extensa e complexa (o texto do documento) por uma descrição resumida. No entanto, o uso sumário não é somente um resultado de limitações práticas, quanto à quantidade de material para armazenar e recuperar. A sumarização exerce um “artifício para enfatizar o que é essencial no documento considerando sua recuperação, sendo solução ideal para organização e uso da informação”.

Vital *et al* (2017, p. 41) clarificam que a organização e a representação da informação do “objeto é o registro da informação, estando, portanto, no mundo físico”. No entanto, Svenonius (2000 *apud* Vital *et al*, 2017) aponta que a informação para ser organizada, necessita ser descrita, enquanto uma classificação é um enunciado de propriedades de um “objeto”, ou das relações desse objeto com outros que o identificam. Bräscher e Café (2010) complementam acerca de duas tipologias de recursos de sistematização, o primeiro se utiliza às ocorrências individuais de objetos informacionais (processo de organização da informação), enquanto o segundo se aplica a unidades do pensamento/conceitos (processo de organização do conhecimento).

Broughton (2010 *apud* Araújo, 2018) revela que os estudos acerca da representação da informação obtiveram, nas últimas décadas, revitalização em virtude dos avanços das tecnologias digitais, além de novas possibilidades de descrição, classificação e organização da informação, associados aos fenômenos de organização colaborativa, ligados às perspectivas teóricas socioculturais. Porém, Zorich *et al* (2008 *apud* Maringelli, 2016) enfatizam o fomento do debate associado as questões de identidade de cada instituição, segundo a verificação dos modelos de projetos colaborativos focalizados no acesso e disseminação, tais como a promoção de exposições de arte (museus) ou de sistemas de informações (arquivos).

Baca e O’Keefe (2008 *apud* Maringelli, 2016) esclarecem que existe um caminho para o desenvolvimento de metadados, a partir da geração de base de dados para descrição (catalogação), visando o processo colaborativo e progressivo nas atividades dessas instituições. Na visão de Alves (2016), os metadados desempenham um papel relevante em relação à descrição, identificação, acesso, recuperação, gerenciamento dos recursos nos procedimentos de gestão e, sobretudo, a preservação dos documentos em sistemas informatizados e em repositórios.

Given *et al*, (2010, p. 22 *apud* Maringelli, 2016) pontuam que os sistemas informatizados e repositórios digitais apresentam convergências entre essas instituições (museus e arquivos), em relação ao formato de serviços gerados por elas, em função da missão institucional de preservação e acesso. No entanto, as barreiras entre elas têm ficado mais evidentes nos últimos anos, principalmente, quando “aos olhos dos cidadãos que talvez não estejam familiarizados com a divisão de território, que moldam o armazenamento e acesso aos materiais culturais”.

No que se refere ao processo de descrição arquivística (documentos de arquivo) e documentação em museus (objetos de museu) são partes importantes no compartilhamento de informações nos sistemas informacionais, assim como as normalizações que são fundamentais na organização desses sistemas nas instituições, pois elas são os indicadores que permitem estabelecer diálogo em relação aos sistemas diversificados à representação da informação.

4.2 Representação da Informação na Arquivologia

Vital *et al* (2017) relatam que na Arquivologia a organização e a representação da informação acontecem, principalmente, nos processos de classificação e descrição, evidenciados desde a constituição do campo como disciplina, por meio da obra "Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos", dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicada em 1898. Segundo Marcondes *et al* (2008), a estruturação e a representação de documentos advêm do agrupamento de documentos de arquivo no espaço informacional, quando são analisados os fundamentos teóricos e práticos da representação.

Café e Sales (2010) pontuam que a organização da informação (o processo relacionado à etapa final do ciclo do documento) na Arquivologia é o procedimento de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos, representados por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus documentos informacionais. Contudo, Araújo Júnior (2007) pontua que a recuperação

da informação é o processo para localizar documentos e itens de informação, os quais foram armazenados com a finalidade de viabilizar o acesso dos usuários aos itens de informação, por conta dos objetos de uma solicitação.

Segundo Vital *et al* (2017, p. 42), na Arquivologia os documentos são organizados de acordo com as “semelhanças e as diferenças, por meio dos processos de observação, análise e síntese, características de qualquer processo classificatório”. Contudo, nas classificações, oriundas da filosofia e das bibliografias, os principais elementos de representação são os assuntos, enquanto na “classificação arquivística, as funções e as atividades, considerando, primeiramente, o fundo”. Porém, na classificação arquivística os “princípios arquivísticos são importantes para formação dos conjuntos documentais que constituirá as classes”, mas esse procedimento objetiva clarificar as relações existentes entre os documentos e os vínculos arquivísticos.

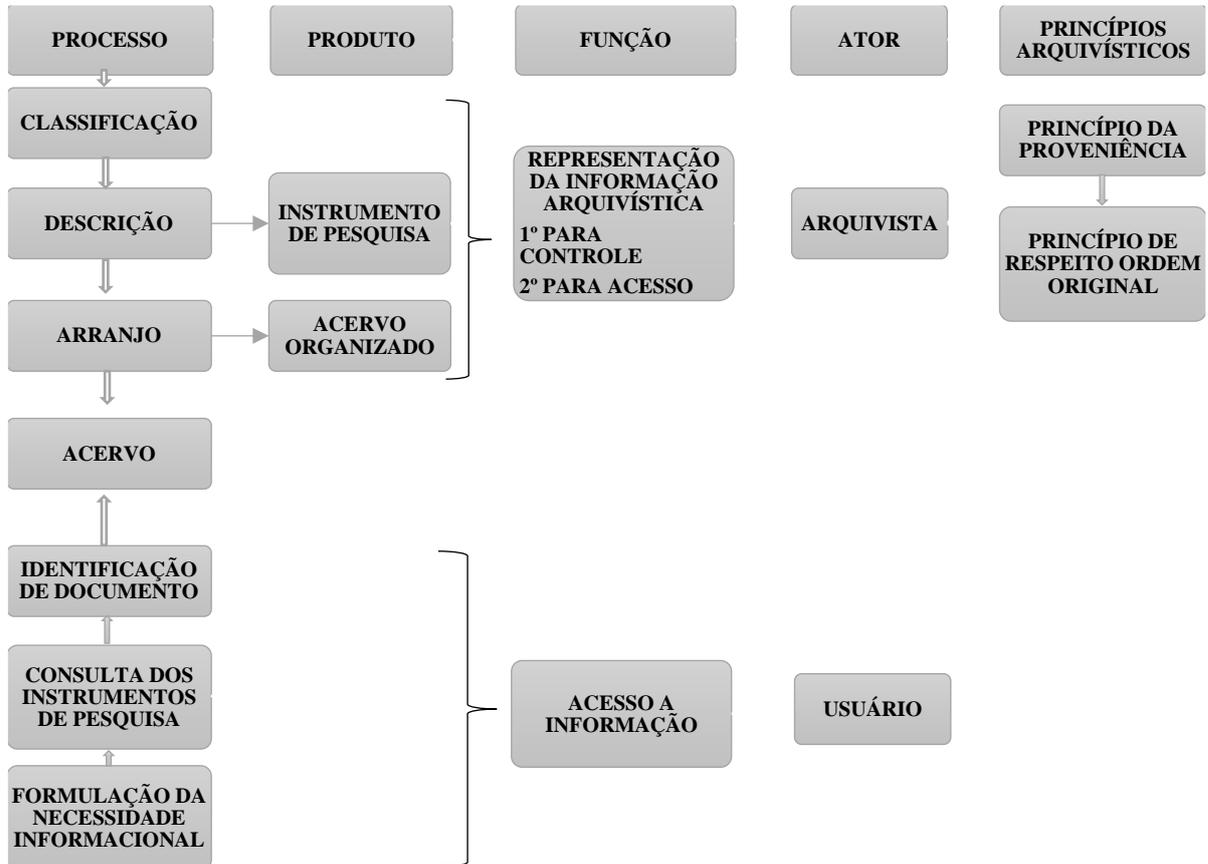
A organização de acervos arquivísticos demanda das etapas de classificação e de descrição. No entendimento de Camargo e Bellotto (1996, p. 16), a etapa de classificação em arquivos é intitulada de arranjo nos arquivos permanentes, interpreta uma série de ações, conforme as “diferentes estruturas, funções e atividades produtoras, visam a distribuir os documentos de um arquivo”. Gonçalves (1998) assinala que, na classificação, os documentos são agrupados em classes e, também, configuram as funções e as atividades do organismo gerador, ou seja, essa etapa de representação da informação em arquivo se norteia no conhecimento do contexto, quando os documentos foram produzidos, observando os princípios arquivísticos, assim representado.

Andrade *et al* (2008) elucidam que no processos de descrição arquivística (Figura 17) são representados os elementos de um determinado acervo e, nessa etapa, são evidenciados seu conteúdo e contexto. Esse processo é considerado como uma atividade intelectual associado à capacidade de interpretação, tendo em vista que os instrumentos arquivísticos de referências ou instrumentos de pesquisa dos arquivos são os produtos da etapa de descrição, uma vez que se ocupam de mencionar representações para acervo ou parte do mesmo.

Para Marco (1995, p. 95), a descrição expressa à representação verbal sumária do conteúdo de um “documento ou um conjunto documental e de uma série de dados característicos”. Esta etapa configura-se em um agrupamento de informações indicadas do documento (título ou resumo de anotação, autor ou produtor, características físicas, data de produção, linguagem, notas sobre sua história de arquivística, etc), em um agrupamento de

informações indicadas no seu conteúdo (datas, nomes de pessoas e lugares, materiais), além de um resumo de seu conteúdo.

Figura 17- Processos de descrição arquivística



Fonte: Baseado em Leão (2006, p. 11).

Heredia Herrera (1991, p. 297 *apud* Vital *et al*, 2017) enfatiza que a descrição é a mediação entre o documento e os usuários, pois o processo é constituído pela análise realizada pelo arquivista (identificação, leitura, resumo, indexação), que resulta na ligação do acervo com o pesquisador. A descrição documental abrange, também, “a análise do tipo documental, do conteúdo, data e local de produção e dados para sua localização, sendo recomendada tanto para arquivos históricos, quanto administrativo”.

Para Bellotto (2007, p. 179), a definição de descrição é uma etapa específica dos arquivos permanentes, não se aplicando nos arquivos correntes, do mesmo modo que outras categorias de controle de vocabulário e indexação utilizados para mesma finalidade. Segundo a autora, “o processo da descrição consiste na elaboração de instrumento de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”.

Oliveira *et al* (2006) destacam que os instrumentos de recuperação de informação ou instrumentos de pesquisas (Quadro 6) podem se apresentar nos formatos de índices, guias, inventários, catálogos, repertório e tabela de equivalência. Cada instrumento possui estrutura e característica própria para atender a demanda do usuário acerca do acesso à informação por meio da consulta destes. Entretanto, Rodrigues (2003, p. 212) ressalta que os instrumentos são os meios para conectar os “usuários aos documentos de arquivo”.

Quadro 6- Instrumento de pesquisa (arquivo)

TERMO	DEFINIÇÃO
Índice	“Descompõem dos documentos por descritores que complementam os catálogos e/ou inventários. São termos/palavras-chaves que permitem rápida e eficiente localização de cada documento”.
Guia	“É o instrumento mais popular, pois é encontrado, praticamente, todas as instituições arquivísticas por ser o instrumento mais genérico. Permite uma visão panorâmica do acervo, com informações sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período e a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do arquivo”.
Inventário	“Abrange todo o acervo de maneira geral, resumida sua finalidade é descrever a composição de um fundo, e, ao mesmo tempo, prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca”.
Catálogo	“Inclui todos os documentos pertencentes a um ou mais fundo, descreve singularmente as unidades documentais e as agrupa pelo mesmo assunto, período de tempo ou lugar. Sua finalidade é indicar a localização de cada documento”.
Repertório ou Catálogo Seletivo	“Descreve e ressalta os documentos mais específicos ou em de grande importância para a instituição ou pessoal do qual pertence. É uma descrição minuciosa, podendo conter trechos transcritos do documento”.
Tabela de Equivalência ou Concordância	“Esta tabela acompanha a evolução terminológica dos arquivos, dá a equivalência de antigas notações para as novas que tenham sido adotadas em decorrência de alterações no sistema de arranjo”.

Fonte: Baseado em Oliveira *et al* (2006, p. 44).

Com relação aos instrumentos de pesquisa, Cook (2007, p. 128) sugere a inclusão da participação do usuário na descrição dos documentos, para descobrir maneiras pelas quais as contribuições podem acontecer e “como incorporá-la nos instrumentos de pesquisas e como relacionar esses dados dentro das estruturas normativas”.

Fox (2007) reforça a necessidade da normalização nos arquivos, demonstrando que os maiores favorecidos nesse processo são os pesquisadores, porque por meio dela viabiliza o acesso intelectual as coleções. Nesse caso, o advento das novas tecnologias de informação e comunicação que impactaram os usuários de duas formas: a primeira associando confiabilidade nas tecnologias *web* e de digitalização de documentos como fontes de informação; e a segunda

está relacionando a utilizam tecnologias para processamento de textos, apresentação e outras, para realizar o uso da informação compreendida nos arquivos.

Hagen (1998) ressalta que o procedimento de elaboração de normas e padrões descritivos tem o cuidado com a ordem original dos documentos, que recai sobre o trabalho dos profissionais da área, que às vezes é considerado ‘arqueológico’, em função dos métodos utilizados para reconstituir a entidade que originou o conjunto documental a ser organizado, determinando sua estrutura e seu funcionamento segundo os vestígios dados pela própria documentação e por fontes externas.

4.3 Representação da Informação na Museologia

Segundo Aubert (1948 *apud* Cerávolo e Tálamo, 2000), na Escola do Louvre em Paris, iniciou em 1882, um curso sobre documentação para formação de conservadores e/ou auxiliares de conservadores, voltados à preservação em museus. As disciplinas ministradas eram de “história da arte, organização de exposições, conservação e restauro”, para atender a demanda daquele período, principalmente, às obras arquitetônicas, artísticas e monumentos. No entanto, Torres (2002 *apud* Cerávolo e Tálamo, 2007) pontua, em sua obra “*Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*”, que os aspectos históricos de uma prática museológica estão relacionados com os instrumentos administrativos e científicos (inventários e catálogos), assim com nos processo de gestão da informação museológica das coleções ao longo das história dos museus.

No Brasil, Real (1958) publica o livro “Museu Ideal” para clarificar sobre a ciência da organização dos museus. Expande esse entendimento no capítulo Técnicas de Apresentação, esclarecendo acerca da necessidade das etiquetas ao lado das obras, assim como as orientações sobre a descrição mínimas dos dados nas fichas de registro, tais como numeração (inventário, coleção categoria, etc.); seção (caracteres descritivos), título; autor (biografia etc.); entrada (modo de aquisição: doação, permuta, coleta etc); dimensão; conservação; e localização (exposição, galeria, salas, reserva técnica e outros). Porém, naquele momento, ainda não utilizava a expressão documentação de museu.

Cerávolo e Tálamo (2000, p. 242) enfatizam que na década de 1970 e 1980 novos conceitos surgiam, bem como “musealização e fato museológico”, e com o passar dos anos, a documentação em museus assume um estatuto significativo dentro dos museus, sendo associada ao suporte e as atividades administrativas, bem como uma ferramenta de apoio às pesquisas

científicas desenvolvidas pelas instituições. Deste modo, mantendo o “foco principal de suas atividades e ponto nevrálgico para a documentação, mesmo com as mudanças ocorridas no conceito de museu e de objeto de museu”.

Para Yassuda (2009, p. 15), o museu é uma unidade de informação que se ocupa com a “organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções”. Todavia, compete às instituições desenvolverem seu sistema documental, ajustado com os princípios da documentação em museus, e, também, aplicando à linguagem documentária para maximizar a recuperação e acesso à informação.

Segundo Fugita (2004), a linguagem documentária é constituída de vocabulário (associada aos descritores usados à identificação do conteúdo de um documento) e a sintaxe (relacionada às regras utilizadas para combinação dos descritores usados para identificação do conteúdo de um documento), mas Souza (2008, p. 120) pontua que as linguagens de representação desempenham um papel importante, para elaboração dos instrumentos de pesquisa aos profissionais de informação, que operam em “sistemas de recuperação de documentos e aos usuários desses sistemas na busca de informação”.

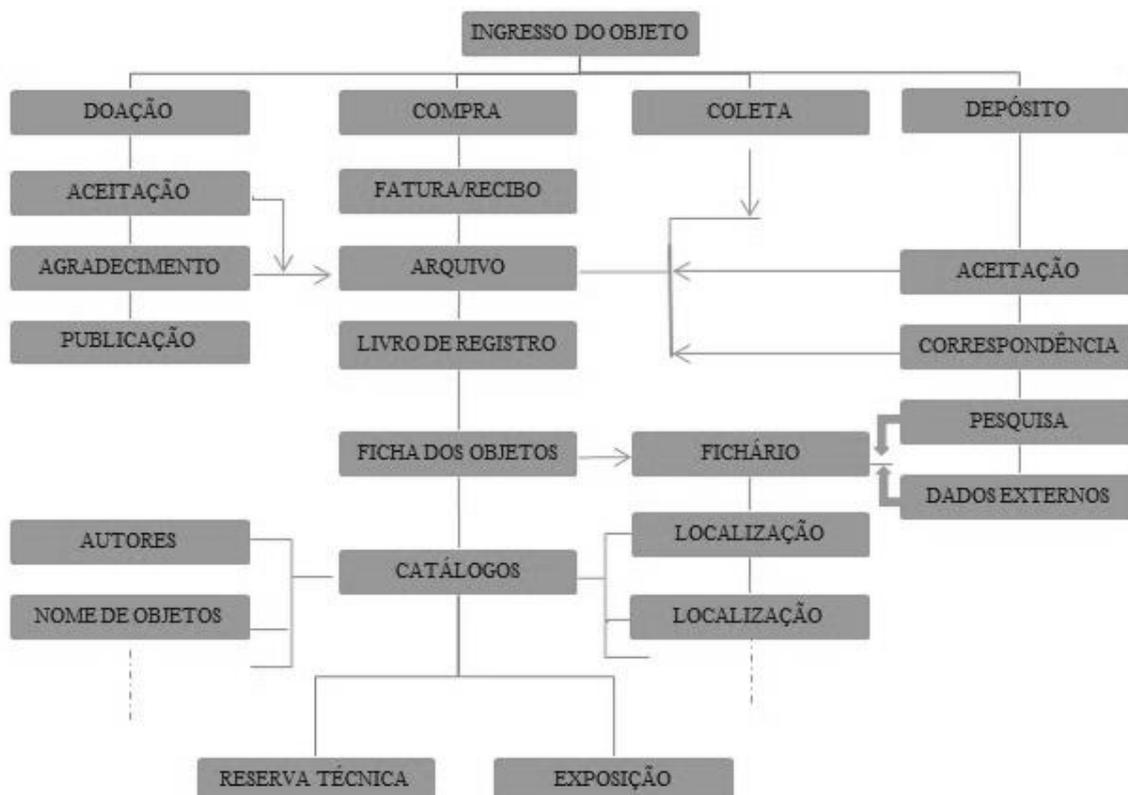
Souza (2008) esclarece sobre o instrumento intitulado *Thesaurus* para Acervos Museológico (1987), organizado por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini. Esse instrumento auxilia nos procedimentos de classificação. A aplicação desse esquema classificatório, pelas instituições museológicas, objetiva contribuir à padronização do uso de nomenclaturas comuns como termos, classificação e subclassificação, para unificar a representação do objeto de museu. O *Thesaurus* refere-se a um vocabulário controlado para organização e representação da informação, visa identificar as relações semânticas entre termos em bases de significados, controlar a linguagem e, também, estabelecer os termos empregados à indexação em sistemas de recuperação da informação.

Entretanto, Cintra *et al* (1994, p. 19) elucidam que a catalogação está associada a um produto descritivo, entretanto a classificação e a catalogação não prescindem de ação temática, mas o conjunto dessas ações participantes do “ciclo documentário, geram resultados de produções e produtos objetivando emitir mensagens codificadas”. Trata-se de ‘sistemas de significação’ desenvolvidos pela metodologia da Análise Documentária para a elaboração de produtos, recorrendo a estruturas classificatórias e de indexações como itens “necessários para a recuperação e disseminação das informações”.

Bottallo (2010, p. 54) elucida que a documentação em museus deve ser padronizada, por conta da clareza dos dados reunidos pelos os envolvidos no processo de catalogação, e, principalmente, na elaboração de manuais de procedimentos à catalogação, apresentando regras definidas para a “utilização e preenchimento de cada campo da ficha catalográfica e/ou do banco de dados sobre o acervo”. Nesse caso, Loureiro (2008, p. 27) destaca que a “documentação organiza domínios de informação”, estabelecendo processos e gerando instrumentos de pesquisas, pelos quais os diversos produtores e usuários de informação serão capazes de definir “princípios de preservação, gestão e acesso a informação”.

Cerávolo e Tálamo (2000) clarificam que o processamento técnico da documentação em museus (Figura 18) resulta em conceitos diferentes, como por exemplo, método, esquema, estruturação de atividade em etapas, sequencia de registros e outros. Entretanto, é visível a diferença da organização da documentação nessa estrutura, por conta dos de três eixos, sendo ele: o administrativo (para gerenciamento das coleções); o curatorial (da pesquisa); e o documental (identificativo dos objetos/coleções). Neste sentido, as funções estão associadas ao desenho da organização da documentação, em relação às diversas etapas de acompanhamento do suporte (objeto), desde a aquisição até o acondicionamento em reservas técnicas, ou apresentados em exposições.

Figura 18- Processamento técnico da documentação em museus



Fonte: Baseado em Cerávolo e Tálamo (2000, *apud* Porta *et al* 1982, p. 12, 13 e 19).

Conforme a Figura 18, Cerávolo e Tálamo (2000) discorrem sobre a função das etapas do processamento técnico da documentação em museus, como por exemplo, a entrada do objeto no museu, é a primeira a ser desenvolvida, por conta de uma série de tarefa correspondendo ao momento de ingresso, associada por diferentes tipos de registros (inventário, livro de entradas, tombamento, fichários, arquivos, catálogos etc), ou outros documentos (correspondências etc).

Contudo, essas etapas de execução sobre o objeto (entrada/saída/baixa) estarão inseridas e assistidas por uma ou várias notações escritas e registradas em fichas, formulários ou modelos (dados básicos de identificação: nome do objeto, histórico, proveniência, descrição, estado de conservação, dimensões etc) previamente elaborados. Esses objetos passarão por medições, marcações com números provisórios ou permanentes etc, além dos tratamentos e intervenções realizadas pela conservação e restauro, deste modo, gerando novos documentos em função desses procedimentos.

Nesse caso, Smith (2010, p. 37) pontua que existe uma fonte com potencial de problemas localizados na documentação associada ao acervo, que são os documentos de caráter administrativo, em função do conjunto de documentos produzidos e percebidos, inicialmente, “em sua condição administrativa deve ser, num segundo momento, uma vez nos trâmites administrativos realizados e auditados, encaminhados à documentação do acervo”, como por exemplo, um documento gerado acerca de um empréstimo de uma obra pertencente à outra instituição.

De acordo Cândido (2006, p. 33), há três categorias de informação dos objetos de museu (Quadro 7), a primeira discorre acerca das informações intrínsecas, quando são deduzidas do próprio objeto a começar da descrição e análise das suas propriedades físicas (discurso do objeto); a segunda trata das informações extrínsecas ou informações de natureza documental e contextual (Mensch, 1987 *apud* Ferrez, 1994), quando são obtidas de outras fontes de pesquisa, mas não do objeto em si (discurso sobre o objeto). Por fim, a terceira possibilita entender a conjuntura na qual o objeto existiu, funcionou e adquiriu significado e, geralmente, são fornecidas durante a sua entrada no museu.

Em relação às informações intrínsecas e extrínsecas, Mensch (1987) pontua que a primeira está associada ao conteúdo do próprio objeto (forma, cor, composição material, entre outros). E a segunda refere-se à história do objeto, seu contexto de criação, sua utilização, sua trajetória de existência. Porém, o objeto de museu se diferencia de qualquer outro objeto, pois os mesmos são tirados do seu contexto primário e são colocados como um documento da realidade, após o processo de coleta, classificação, documentação e conservação, conferindo como uma fonte informacional à etapa de catalogação.

Quadro 7- Categorias de informação dos objetos de museu

PROPRIEDADES FÍSICAS	HISTÓRIA	FUÇÕES E SIGNIFICADOS
<ul style="list-style-type: none"> • Composição Material • Construção Técnica • Morfologia <ul style="list-style-type: none"> • forma espacial e dimensional • estrutura de superfície • cor • padrões de cor e imagen • texto, se existente 	<ul style="list-style-type: none"> • Gênese <ul style="list-style-type: none"> • processo de criação do objeto (idéia + materia-prima) • Uso <ul style="list-style-type: none"> • uso inicial (geralmente corresponde às intensões do criador/fabricante) • reutilização • Deteorização, ou marcas do tempo <ul style="list-style-type: none"> • fatores endógenos • fatores exógenos • Conservação, restauração 	<ul style="list-style-type: none"> • Significado Primário <ul style="list-style-type: none"> • significado funcional • significado expressivo (valor emocional) • Significado Secundário <ul style="list-style-type: none"> • significado simbólico • significado metafísico

Fonte: Baseado em Ferrez (1994 apud Mensch, 1987).

Neste contexto, Ferrez (1994) ressalta acerca dos sistemas de documentação museológico (Quadro 8) que têm afinidades com o campo teórico-prático, constituído tanto na Biblioteconomia quanto na Ciência da Informação, pelas quais se utilizam dos sistemas de recuperação de informação com os objetivos de conservar os elementos da coleção; maximizar o acesso aos elementos; e maximizar o uso da informação incluso nos elementos, com a finalidade de promover a comunicação entre as fontes de informação (elementos) e os usuários, ou seja, fomentar a compartilhamento da informação entre os usuários a fim de mudar o comportamento das estruturas cognitivas por meio do conhecimento acumulado.

Quadro 8- Sistema de documentação museológico



Fonte: Baseado em Ferrez (1994, p. 66).

No Quadro 8, apresentam-se três etapas: a primeira está relacionada à entrada, o processo de seleção e aquisição do acervo configura à atribuição do museu com o objeto; a segunda diz respeito à organização e controle, o processo de registro de número de identificação/marcação em cada objeto documento, em seguida, o processo de catalogação, classificação, indexação e armazenagem/localização, com objetivo de manter características informacionais de preservação e conservação; e, por fim, a terceira que corresponde à saída, o processo de recuperação e disseminação da informação por meio do desenvolvimento das atividades da instituição, tais como as exposições, publicações, ações educativas e culturais, além do acesso as bases de dados e/ou instrumentos de pesquisas por meio de índice, livro de tomo, inventário e fichas de catalogação (Quadro 9), visando a conexão com o público e colaborando com a formação do indivíduo crítico e participativo dentro de sua comunidade.

Quadro 9- Instrumento de pesquisa (museu)

TERMO	DEFINIÇÃO
Índices	São organizados por ordem alfabética, para rápido acesso, e remetido por meio do número de identificação para ficha catalográfica. Podem ser organizados por tipologia, tais como referência, topográficos, autores, geográficos e tema.
Livro Tombo	Instrumento utilizado pela instituição para pesquisa ou investigação dos objetos inseridos nas coleções, registrado de elementos mínimos no livro (nome da instituição, número de registro, data aquisição, modo de aquisição, nome do objeto, descrição, classificação, origem, procedência, histórico do objeto e observação).
Inventário	É o registro individual de todos os objetos que fazem parte do museu, gerado por meio de uma lista numerada, para o controle e identificação do acervo museológico. Nesse caso, o registro é realizado de acordo com a identificação, título, e a classificação do objeto.
Ficha Catalográfica	Esse instrumento contém a descrição das informações dos objetos. Além da padronização dos metadados, assim como o controle terminológico para a elaboração da ficha de catalogação. A catalogação deve ser padronizada, com manuais de procedimentos e, também, com regras estabelecidas para utilização no preenchimento de cada campo da ficha.

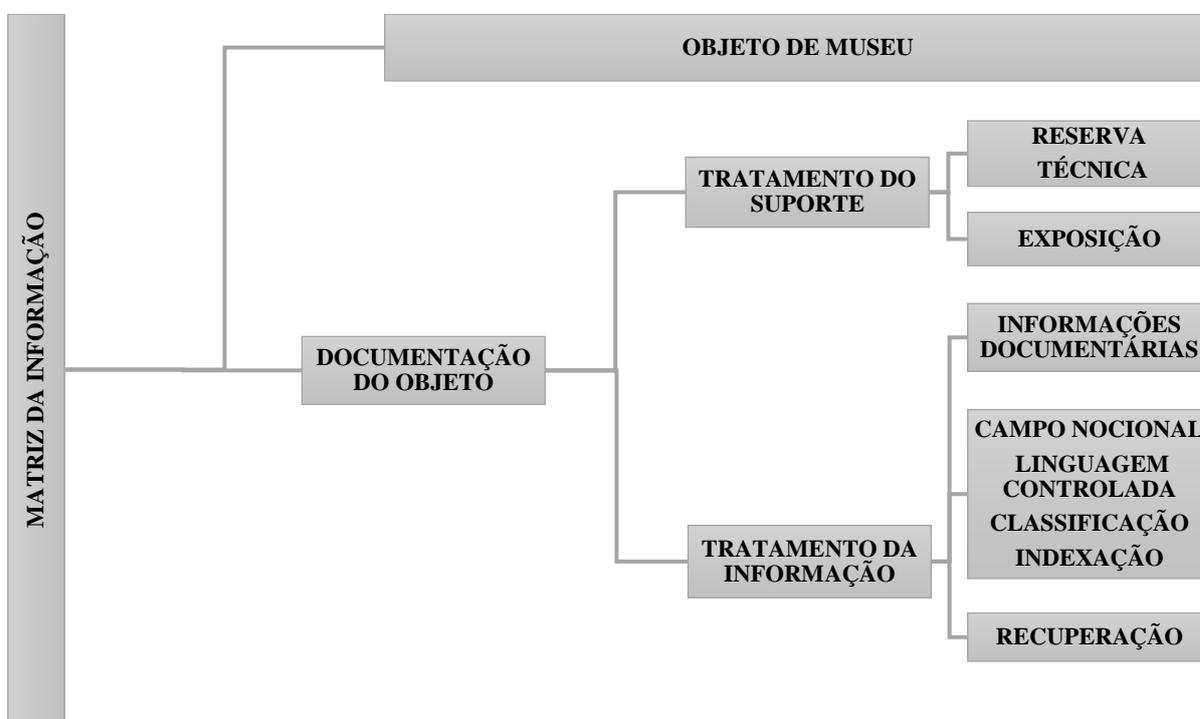
Fonte: Baseado em Camargo-Moro (1986) e Padilha (2014).

Todavia, Camargo-Moro (1986) ressalta sobre a produção da documentação complementar para difusão da informação sobre o acervo dos museus, denominada de publicação, como por exemplo, os periódicos (anais e revistas), publicações técnicas oriundas de pesquisas científicas (catálogos diversos, livros de arte, livros técnicos de museologia, documentação, conservação, monografias etc), publicações de apoio (guias, mapas, folhetos e folhas de apoio), as associadas aos programas dinamização (livretos infantis, jogos, réplicas, etc) e os produtos gráficos do museu (cartões postais, cartazes etc). Esses conteúdos referentes às coleções visam facilitar a participação do público, além da divulgação do próprio museu.

Neste sentido, Roberts (2004) enfatiza a consolidação de um sistema de documentação em museus, para o desenvolvimento e utilização maximizada ou minimizada da informação individual sobre o objeto/documento do acervo. As instituições museológicas têm o comprometimento de eleger os elementos para os registros, a fim de retificar que os objetos são avaliados e manuseados. A partir disso, os registros servem de alicerce para investigação, acesso do usuário, exposição, ação-educação, aperfeiçoamento do acervo, gestão do acervo e segurança.

Diante disto, Cerávolo e Tálamo (2007) esclarecem para que a representação da informação ocorra em museus de maneira eficaz, é preciso que a documentação passe pelo processamento da informação. Esse processamento é realizado por meio de um sistema de informação documentária para museu (Figura 19), quando os fluxos de informações são estabelecidos por duas etapas paralelas: a primeira corresponde ao tratamento do suporte do objeto; e a segunda confere o tratamento da organização das informações do objeto. Para tanto, é necessário definir uma matriz da informação, quando encontrarão as características físicas e de conteúdo dos objetos.

Figura 19- Sistema de informação documentária para museu



Fonte: Baseado em Cerávolo e Tálamo (2007).

Na Figura 19, estão identificadas as bases de dados que vão contribuir para configuração da representação da informação dos objetos, pois, frequentemente, irão favorecer a elaboração dos campos de preenchimentos das fichas catalográficas. Nesse caso, Cerávolo e Tálamo (2007) ao definirem uma matriz de informação para os objetos de museu,

mencionaram a necessidade de incluir nessas fichas às informações físicas ou intrínsecas e as informações de conteúdo ou extrínsecas, como fonte de recuperação da informação.

Entretanto, Cintra *et al* (1994) pontuam que a informação é como fluxo e o conhecimento como estoque, e o papel da documentação está associada a triagem, organização e conservação da informação, sob o formato de registros em suportes, visando a fixação e preservação da memória, para o compartilhamento social daquele fluxo e/ou estoque. Porém, o tratamento documentário gerado pela informação documentária que estruturará o sistema de informação, para o desenvolvimento da atividade comunicativa entre o público e o museu.

Cerávolo e Tálamo (2007) concluem que a documentação deve incluir em seus processos técnicos de tratamento da informação dos objetos, as metodologias de “Análise Documentária” para alcançar de maneira plausível um sistema de significação, visando representar o ‘original’ de forma resumida, com a finalidade da promoção social dos conteúdos para viabilizar a recuperação da informação, que segundo Guimarães (1994, p. 158-159) são nas etapas de organização da informação “que ocorre o processamento mecânico do documento/suporte e o tratamento temático e descritivo do conteúdo”.

Contudo, o tratamento da informação em relação à representação do conteúdo utiliza-se da linguagem documentária, para configurar a elaboração da tarefa de síntese, a partir das informações pontuadas na matriz da informação. Essas informações são a base da linguagem a serem inseridas na indexação, porém, algumas dessas informações, de caráter administrativo ou curatorial, serão consideradas importantes nesse sistema de informação, por conta da relação com a catalogação e recuperação de conteúdos sobre os objetos de museu, segundo a inserção das tecnologias informacional que expandiram as possibilidades de padronização e integração de vocabulários no campo dos museus, com o objetivo de descrever objetos.

4.4 Descrição arquivística, segundo as Normas da ISAD(G)

Hagen (1998, p. 4) relata que, em meados de 1989, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) realizou uma reunião de especialistas para definir as estratégias de criação de uma norma descritiva internacional. Em outubro de 1990, ocorreu a primeira reunião plenária da Comissão Ad Hoc acerca das Normas de Descrição Arquivística, na Alemanha, quando se organizou um subgrupo responsável de redigir uma proposta de regras gerais. Após reunir-se em Liverpool, em julho de 1991, o subgrupo apresentou um texto na reunião plenária

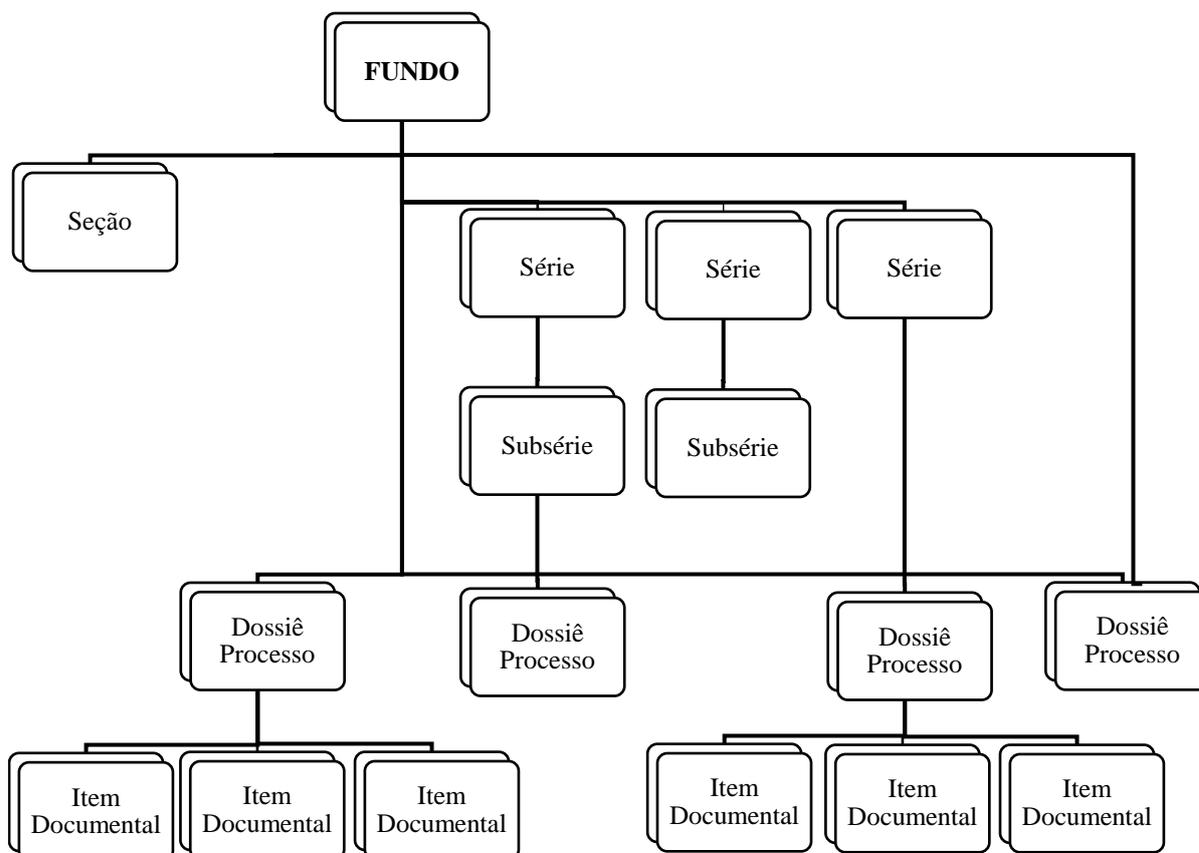
realizada em Madri, em janeiro de 1992. O documento produzido em Madri, com a denominação de Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD(G)), foi divulgado à comunidade arquivística e apresentado durante o XII Congresso Internacional de Arquivos, em Montreal, em setembro de 1992, sendo discutido em uma sessão aberta. A Comissão votou a se reunir em janeiro de 1993, em Estocolmo, para reavaliar o texto após as várias sugestões recebidas no processo de discussão. Em 1999, após avaliação o texto final foi publicado pelo Comitê de Normas de Descrição em Estocolmo, na Suécia.

Rodrigues (2003, p. 220) pontua alguns princípios mencionados na ISAD(G), que devem ser considerados na descrição arquivística, para que seja “respeitada à especificidade do documento de arquivo, sobretudo com relação ao princípio da proveniência, sistematizados à descrição”, tais como o princípio do respeito aos fundos, a descrição arquivística é feita do geral para o particular, onde novos elementos ou informações podem ser inseridos segundo a temporalidade.

O escopo da ISAD(G) apresenta o objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Tendo foco nas regras gerais (assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documento de arquivo; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação) da descrição de documentos de arquivo selecionados à preservação. Essas regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos (CIA, 2002, p. 11-12).

Nesse caso, a descrição arquivística, segundo o modelo hierárquico dos níveis de arranjo de um fundo (Figura 20) e suas partes constitutivas, discorre sobre a existência dos níveis de descrição com diversos graus de detalhamento apropriados para cada nível de arranjo. Sendo assim, há uma descrição no nível do fundo, no nível da série, no nível do dossiê/processo e/ou uma descrição no nível do item, onde podem ter ocorrência de seções ou subséries. Cada um desses níveis pode ser subdividido segundo a complexidade da estrutura administrativa e/ou funções da entidade que originou os documentos e a sua organização. (CIA, 2000, p. 12).

Figura 20- Modelo dos níveis de arranjo em um fundo

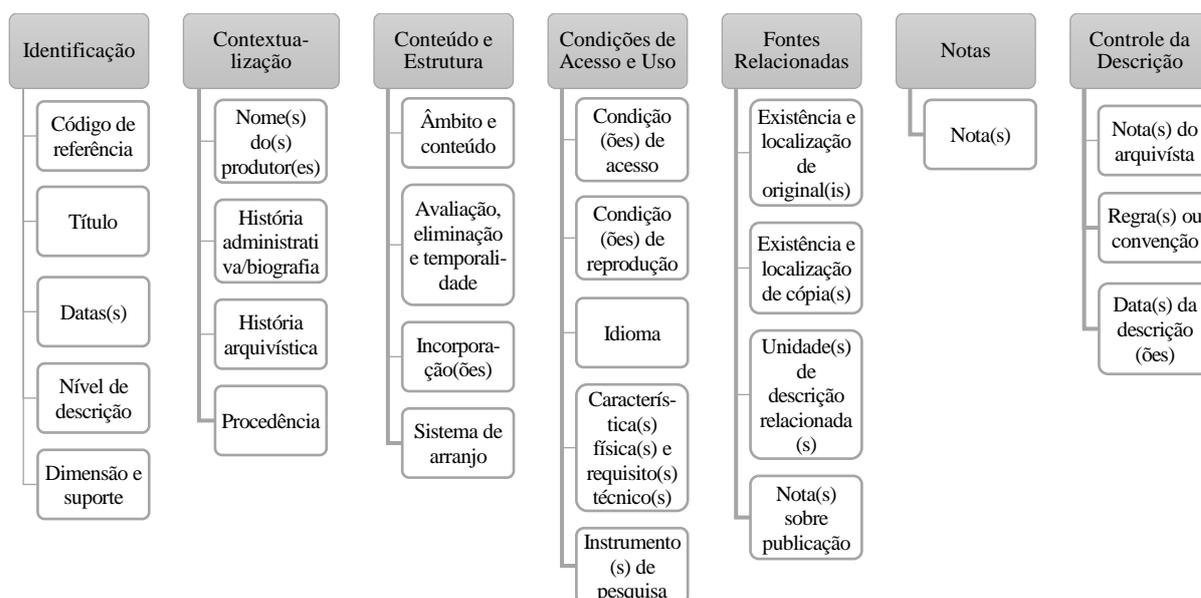


Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice A-1)

Na Figura 20, no que diz respeito ao fundo, esse deverá ser representado numa só descrição, utilizando-se os elementos descritivos, e caso houver necessidade da descrição das suas partes, poderá ser descritas em separado. A soma total das descrições assim obtidas, ligando-se numa hierarquia, representando-se o fundo e as partes (séries, subséries) para as quais foram elaboradas as descrições. Tal técnica de descrição é intitulada de descrição multinível. Apara essa hierarquia de descrições, usam-se quatro regras: descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e não repetição de informação. (CIA, 2000, p. 17).

Para tanto, a estrutura e elementos da ISAD(G) é associada a unidade de descrição definida como “documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade , e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada”. As regras estão estruturadas em sete áreas de informação constituídas de 26 elementos que podem ser combinados para constituir a descrição de uma entidade arquivística, conforme a Figura 21:

Figura 21- ISAD(G): Áreas e elementos de descrição



Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000).

Na Figura 21, relacionam-se as sete áreas constituídas da norma, e que constituem o cerne do ISAD(G) e sua representação ao usuário: 1) área de identificação discorre sobre a informação ‘essencial’ para identificar a unidade de descrição; 2) área de contextualização elucida acerca da informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição; 3) área de conteúdo e estrutura pontua em relação à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição; 4) área de condições de acesso e de uso no que diz respeito à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição; 5) área de fontes relacionadas no que se refere à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição; 6) área de notas no que tange à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas; e 7) área de controle da descrição que demanda à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.

Para esse estudo, serão utilizados elementos de descrição (para documento de arquivo) das Normas ISAD(G) para conectar com os elementos de documentação (para objeto de museu) das Diretrizes do CIDOC, a serem pontuados nos tópicos seguintes. Essa relação de semelhança segundo o tratamento da informação será apresentada na proposta de instrumento de pesquisa no Capítulo 5.

4.5 Documentação em museus, conforme as Diretrizes do CIDOC

Segundo Olcina (1986 *apud* CIDOC, 2014, p. 12), o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) é considerado um dos mais antigos do ICOM. Criado em meados de 1950, por profissionais do grupo de fundador do ICOM, porém o CIDOC herdou questões correlacionadas à necessidade de padronização da informação em catálogo de acervos, principalmente, os museus de arte, após a extinção da Oficina Internacional de Museus (1927-1945). Durante os primeiros anos de atividade o CIDOC obteve apoio do Centro de Documentação (UNESC-ICOM), por se tratar de um órgão responsável por agrupar e disponibilizar dados sobre os museus ao entorno do mundo, realizando cursos de capacitação de profissionais sobre museologia e padronização no registro das coleções. Neste contexto, destacando a elaboração da ficha classificatória polivalentes, por Yvone Oddon (1968) e a publicação do Livro *Museus: aquisição/documentação*, por Fernanda Camargo-Moro, em 1986.

A década 1960 foi marcada pela atuação do CIDOC direcionada a realização de inúmeras atividades, destinadas à criação de modelos padronizados de fichas catalográficas e legendas para identificação de objetos, quando os setores dos museus se conscientizaram dos benefícios da informática na documentação das coleções. O CIDOC começou a se preocupar em coordenar as experiências em andamento, para a criação de sistemas computadorizados para museus. Em 1967, o CIDOC tentou criar um sistema único que pudesse abordar todos os outros, mas não teve o resultado satisfatório, naquele momento, em função das dificuldades de compatibilização que se mostravam um desafio que chegaria até a atualidade (CIDOC, 2014, p. 12-13).

Em 1978, na Conferência Anual do CIDOC, em Julita, na Suécia, quando Peter Homulos e Robert Chenhal apresentaram os resultados de trabalhos, associados a um conjunto mínimo de dezesseis categorias de informação, considerados básicos à identificação de um objeto, para obter o registro de sua história, de sua proveniência e uso e para a atividade de inventário internos dos museus. Em 1992, na Conferência Trienal de ICOM, em Quebec, no Canadá, foi apresentada uma proposta de categoria de informação e de um modelo de dados para o registro das coleções. Essa proposta foi analisada pelos comitês internacionais do ICOM, os quais sugeriram a elaboração de apenas um único documento, que consolidasse as boas práticas existentes e que pudesse ser amplamente difundido entre as instituições. Seria o começo, de fato, da elaboração das Diretrizes. Em 1994, na Conferência Anual de CIDOC, o documento resultante desse trabalho foi apresentado e, em seguida, passaria por uma extensa revisão, de modo a contemplar não somente as categorias de informação, mas, também, convenções sobre

formatos de entrada de dados e questões relativas à terminologia. Em 1995, foi publicada pela primeira vez as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC (CIDOC, 2014).

Nesse sentido, no escopo das Diretrizes CIDOC (2014, p. 37) são estabelecidas as categorias de informação, que podem ser utilizadas no desenvolvimento de registros sobre os objetos em coleções museológicas, assim com a inclusão dos elementos, tais como a definição das categorias de informação que devem ser utilizadas no registro de informações de objeto; a descrição das regras de formato e conversões que regem a inserção de informações nestas categorias; e os comentários sobre a terminologia que pode ser utilizada nessas categorias. Essas diretrizes podem ser adotadas por museus individualmente, organizações nacionais de documentação ou desenvolvedores de sistema, em atividades de documentação.

Os objetivos pontuados nas Diretrizes CIDOC (2014, p. 37-39) estão relacionados com a documentação em museus, bem como de “assegurar a responsabilidade legal pelos objetos; auxiliar na segurança dos objetos; permitir a organização de um arquivo histórico dos objetos; e favorecer o acesso físico e intelectual aos objetos”. E as atribuições estão associadas às normas internacionais de informações museológicas, para desenvolvimento de sistemas de documentação práticos, visando o compartilhamento de informações em um museu ou em vários museus, além de proporcionar melhorias nas práticas profissionais museológicas alinhadas à gestão do acervo por meio de instrumentos de pesquisas.

Entretanto, as Diretrizes CIDOC são organizadas em categorias de informação, quando estão incluídos os grupos de informação (Figura 22). Esses grupos são representados segundo as informações sobre o objeto de museu, com finalidade orientar a descrição das informações nos campos de registros, conforme a da documentação do acervo.

Na Figura 22, são estabelecidas as definições do Grupo de Informação de cada item, bem como: 1) objetivo que descreve o motivo pelo qual o grupo de informação é inserido e os critérios que o motivaram essa inserção no acervo, tais como segurança, responsabilidade, acesso e arquivo histórico; 2) categorias de informação são as listagens contidas no grupo de informação; 3) exemplos são de como as categorias de informação são incluídas no grupo de informação e aplicabilidade desse conjunto de informações; e 4) observações são as informações (observações) acerca dos assuntos ligados ao uso do grupo de informação (mais de uma vez em um único registro) e as recomendações e sugestões sobre a implantação do registro do grupo de informação (dentro de um sistema operacional).

Figura 22- Esquema dos grupos de informação



Fonte: Baseado nas Diretrizes CIDOC (2014).

Nesta Figura 22, expandem-se as funções dos elementos de descrição estabelecidos para registrar nas Categorias de Informação, tais como: 1) nomenclatura que são as outras denominações configuradas para serem utilizadas na categoria de informação, porém recomenda-se que essa relação não deverá ser longa demais; 2) definição é a descrição resumida da categoria; 3) exemplos são as informações a serem inseridas em uma categoria de informação, associada a outras disciplinas oriundas do acervo; e 4) observações são as abordagens acerca das questões que indicam se foi usada mais de uma vez uma categoria de informação em um grupo de informação, o registro de conteúdo em uma linguagem natural ou segundo uma sintaxe ou modo específico em uma determinada categoria informação e o vocabulário controlado recomendado a categoria de informação.

Sendo assim, os elementos dos Grupos e Categorias de Informação das Diretrizes do CIDOC (Quadro 10) estão organizados em 22 grupos de informação utilizados para documentar um objeto. Esses objetos se subdividem em várias categorias. Cada grupo de informação possui uma veiculação específica com uma ou mais das quatro funções da documentação: garantia da responsabilidade sobre o acervo, da segurança do acervo, da formação de um arquivo histórico sobre a coleção e do acesso físico e intelectual à coleção (CIDOC, 2014, p.14).

Quadro 10- Grupos e Categorias de Informação das Diretrizes do CIDOC

GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Instituição	Número do Objeto	Registro do Objeto
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome da instituição ▪ Nome da instituição subordinada ▪ Endereço da instituição ▪ País da instituição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número do objeto ▪ Tipo de número do objeto ▪ Data do número do objeto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietário atual ▪ Depositante ▪ Data da entrada ▪ Número da entrada ▪ Motivo da entrada

GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Nome do Objeto	Título do Objeto	Coleta de Objeto
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome do objeto ▪ Tipo do nome do objeto ▪ Autoridade do objeto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Título ▪ Tipo de título ▪ Tradução do título 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local da coleta ▪ Data da coleta ▪ Coletor ▪ Método da coleta
GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Produção do Objeto	Parte e Componente	Associação de Objeto
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local de produção ▪ Data da produção ▪ Nome do grupo/indivíduo produtos ▪ Função da produção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de partes ou componentes ▪ Descrição de partes ou componentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local associado ▪ Data associada ▪ Nome do grupo/indivíduo associado ▪ Tipo de associação ▪ Função original
GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Aquisição	Material e Técnica	Medição
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Método de aquisição ▪ Data de aquisição ▪ Fonte de aquisição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material ▪ Técnica ▪ Descrição de parte ou componente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensão ▪ Medida ▪ Unidade de medida ▪ Parte medida
GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Marca e Inscrição	Estado de Conservação	Localização
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Texto da marca/inscrição ▪ Tipo de marca/inscrição ▪ Descrição da marca/inscrição ▪ Técnica da marca/inscrição ▪ Posição da marca/inscrição ▪ Idioma da marca/inscrição ▪ Tradução da marca/inscrição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estado de conservação ▪ Sumário do estado de conservação ▪ Data de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização atual ▪ Data da localização atual ▪ Localização usual
GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Imagem	Referência	Descrição
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipo de imagem ▪ Número de referência da imagem 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência ▪ Tipo de referência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrição física ▪ Situação do espécime
GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO	GRUPO DE INFORMAÇÃO
Assuntos Representados	Direitos de Reprodução	Baixa Patrimonial e Alienação
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assunto representado ▪ Descrição do assunto representado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nota sobre direitos de reprodução ▪ Proprietário dos direitos de reprodução 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data da baixa patrimonial ▪ Data da alienação ▪ Método de alienação ▪ Destinatário da alienação

GRUPO DE INFORMAÇÃO
Catalogação
CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Catalogador ▪ Data da Catalogação ▪ Autoridade

Fonte: Baseado nas Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objeto de Museu (CIDOC, 2014, p. 46-47).

No Quadro 10, a função de responsabilidade tem mais ênfase dentre das funções da documentação, por conta da ligação com a 18 itens dos 22 grupos de informação, em seguida vêm a função de acesso associada a 17 grupos, da segurança relacionado a 15 grupos e, por fim, do arquivo histórico correlacionados a 11 grupos, sendo assim, a predominância é atribuída a gestão administrativa sobre a coleção. Apesar da importância dada ao contexto museológico para os acervos, os indicadores recaem sobre o fazer documental para garantir que o museu tenha o domínio da gestão das coleções (CIDOC, 2014, p.14).

Nesta pesquisa, serão utilizados os itens das categorias de informação para documentação em museus, Diretrizes do CIDOC, comparando as similaridades com os elementos descrição arquivística, Normas da ISAD(G), visando o tratamento da informação que será apresentada na proposta de instrumento de pesquisa no Capítulo 5.

5 PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE PESQUISA À COLEÇÃO CARMEN SOUSA

Este capítulo apresenta os resultados práticos do processo da representação da informação para acervos museológicos, com base na coleção da artista plástica Carmen Sousa no Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA), focados nos acervos de arte visuais (pintura, escultura e desenho) e de comunicação (cartas, diário, fotografias, telegramas, recorte de jornais) da artista. Essa pesquisa expande e aperfeiçoa o resultado do estudo anterior, baseado na proposta de instrumento de pesquisa apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia da UFPA em 2017.

Os subcapítulos discorrem sobre a metodologia teórico-prática para construção da proposta de um instrumento de pesquisa disponibilizado em espaço web, segundo os aspectos comparativos das categorias de informação das diretrizes do CIDOC e os elementos de descrição das normas ISAD(G), alinhados aos elementos descritivos do AtoM, visando à representação da informação da referida coleção. Apresenta também, resumidamente, a interface do sistema associado ao procedimento descritivo e os caminhos para a realização da descrição à coleção.

5.1 O Instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a representação da informação na Museologia tem como base a classificação e a catalogação, a partir do tratamento e organização informacional do objeto de museu, visando à construção de instrumentos de pesquisas. Essas duas ações relacionadas à prática museológica, têm por objetivo promover a recuperação da informação por meio das ferramentas de consulta geradas durante essas atividades como, por exemplo, o plano de classificação e a ficha catalográfica.

A classificação de acervo museológico é o campo pertinente à identificação do objeto, de acordo com seu “vínculo cultural e/ou sua origem e/ou modo de confecção e/ou de como foi congregado socialmente”, além da sua colaboração para a coleção museológica pela qual é percebido. Portanto, um objeto de museu é capaz de ser classificado de diversas formas, demandando que a classificação evite demasiada subjetividade. Em outros termos, a classificação deve ser impessoal, mas precisa ser entendida de uma forma cultural mais extensa, ou seja, resultante de uma compreensão pela qual o papel daquele objeto se desenvolve no acervo (DOCUMENTAÇÃO..., 2010, p. 74).

Sendo assim, a proposta de classificação (Quadro 11) para atender a tipologia do acervo da Coleção Carmen Sousa foi baseado no Plano Geral de Classificação pelo *Thesaurus* para Acervos Museológicos (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 19-22; 60-61), estruturada e organizada por meio de camadas hierárquicas que se dividem em três níveis básicos de terminologia: classificação (gênero), que são as estruturas de referência, que considera o universo dos objetos coletados; a subclassificação (espécie), que são as subdivisões das classificações principais, pois os objetos estão reunidos por conjuntos funcionais concisos; e os termos (nomes de objetos), expressões usadas para identificar os objetos específicos, que são as subdivisões da subclassificação.

Quadro 11- Proposta de Classificação à Coleção Carmen Sousa

CLASSIFICAÇÃO (gênero)	SUBCLASSIFICAÇÃO (espécie)	TERMOS (nomes de objeto)
Artes Visuais	Desenho	Desenho
	Escultura	Escultura
	Pintura	Pintura
Comunicação	Documento	Agenda, álbum, caderneta de endereços, caderno, carta, cartão de visita, cartão-postal, carteira de identidade, carteira de trabalho, certidão (batismo, nascimento e óbito), convite, diário, diploma, fotografia, folheto, jornal, livro (missal), mapa, ofício, passaporte, programa, recibo, recorte de jornal, recorte de revista, telegrama e outros.

Fonte: Baseado em Ferrez; Bianchini (1987, p. 19).

No quadro 11, pondera sobre a classificação da coleção, em conformidade com o levantamento dos objetos de museu e documentos de arquivo, citados em capítulos anteriores, quando foram identificados dois tipos de acervos, artes visuais e comunicação, que segundo a definição de Ferrez e Bianchini (1987), o acervo de artes visuais corresponde aos objetos criados, geralmente com finalidade estética ou demonstração de criatividade e que integram as artes gráficas, plásticas e cinematográficas, enquanto o acervo de comunicação são os documentos utilizados pra transmitir informações aos seres humanos.

Segundo Camargo-Moro (1986, p. 79), a catalogação é a etapa de decodificação relacionada à identificação dos “bens culturais ou espécime naturais”, realizada por meio de pesquisas aprofundada sobre o artefato, a partir de sua análise para posterior organização da ficha catalográfica. Essa ficha contém uma descrição completa, além da localização da “peça no tempo e no espaço, objetivando uma forma de identificá-lo”. A denominação da ficha

catalográfica está associada à ordenação, análise e classificação do artefato oriundo de um acervo.

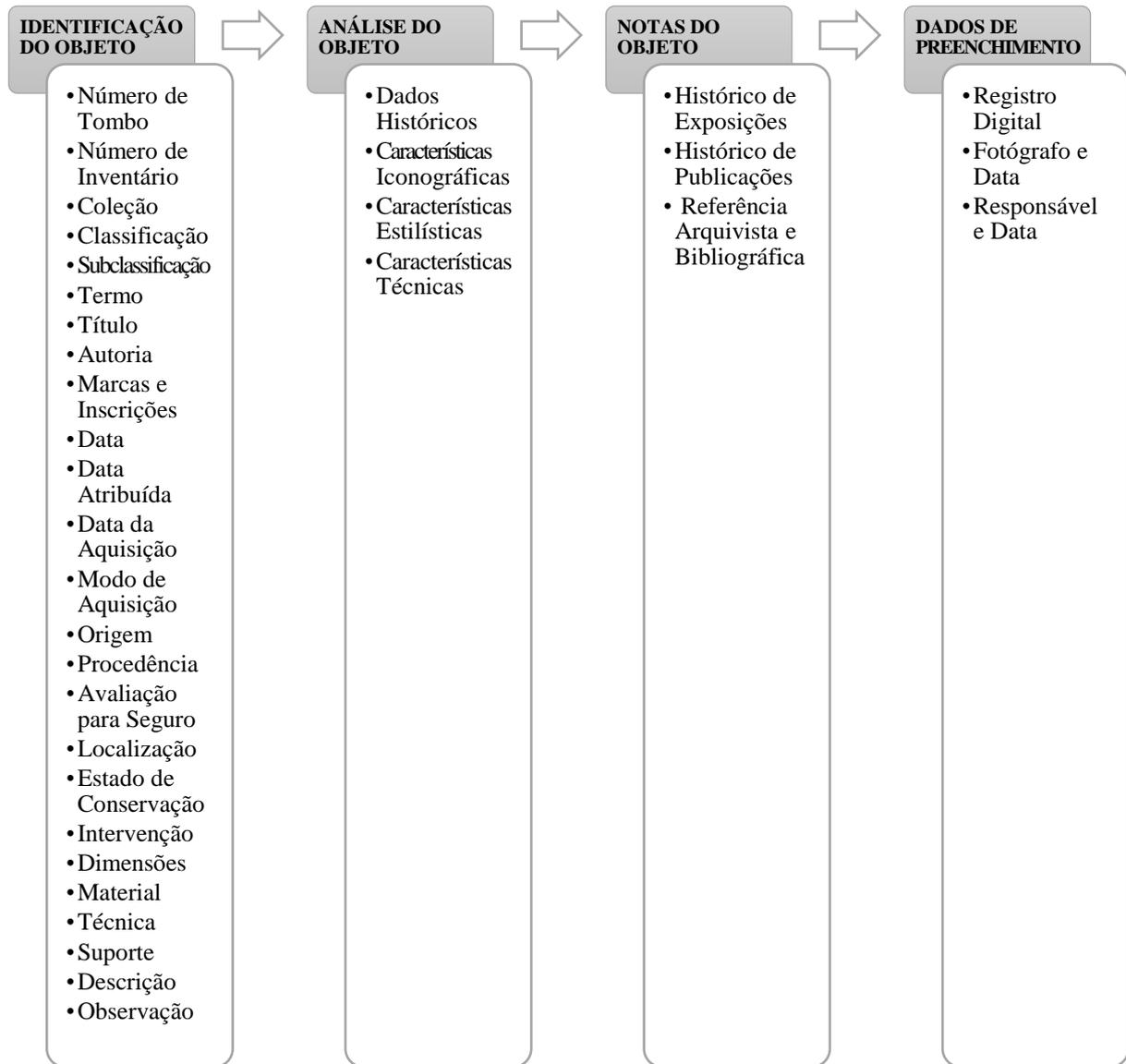
Para Barbuy (2008), a ficha catalográfica permite organizar o máximo de informações que o museu dispõe sobre de cada objeto. A autora explica que a catalogação vai muito além da descrição da peça, pois trata as informações de forma consistente a partir da documentação textual e icnográfica, com descrição total do objeto desde a ornamentação até a função. Desse modo, promove uma narrativa tanto da relação de continuidade e interdependência entre as partes, quanto da hierarquia simbólica que o objeto possa conter.

A ficha catalográfica (Figura 24) proposta à Coleção Carmen Sousa foi elaborada segundo a codificação das informações por meio da descrição sistemática do acervo, visando à organização dos dados para formalizar um catálogo geral (conjunto total de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos) para os objetos de museu e os documentos de arquivo, definidos em quatro áreas de informação (Figura 23) subdivididas em 35 campos de preenchimento de registro de dados.

Na Figura 23, apresentam-se as quatro áreas de informação que são: 1) identificação do objeto que visa a organizar as informações objetivas sobre as peças, no intuito de obter uma leitura imediata e localização desse objeto no acervo. Essas informações estão distribuídas em 25 campos de registro, tais como número de registro, número de inventário, título, autor(a) e outros; 2) análise do objeto que assinala as informações históricas sobre a peça, a partir da investigação descritiva, tanto arquivísticas quanto bibliográficas segundo a análise formal. Essas informações estão dispostas em quatro campos de registro, como dados históricos e as características icnográficas, técnicas e estilísticas; 3) notas do objeto que indica as informações diversas, tais como divulgação, citação bibliográfica, entre outras informações complementares sobre a peça; e 4) dados de preenchimento que indica o técnico responsável pelo controle interno das atividades de manuseio do acervo, assim como o registro fotográfico e digital das peças e o período de realização das tarefas.

Na Figura 24, apresenta-se o instrumento de pesquisa proposto para a coleção, porém a base de dados para o preenchimento dos campos de ficha catalográfica não contemplou o acervo de comunicação por conta das especificidades de registros direcionadas apenas ao acervo de artes visuais, conforme as instruções do manual de normas ora mencionada. Em função dessa situação, e por não conseguir desenvolver um instrumento de representação para ambos os acervos, buscou-se outra ferramenta informacional viável para difusão da informação dessa coleção, que será apresentado no tópico seguinte.

Figura 23- Base de dados para o preenchimento dos campos de ficha catalográfica



Fonte Baseado em Cândido (2006).

Figura 24- Modelo de ficha catalográfica proposta à Coleção Carmen Sousa

		FICHA CATALOGRÁFICA		01	N.º REGISTRO: 45.888			
				02	N.º DE INVENTÁRIO: 11/14.0738			
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	03	COLEÇÃO	04	CATEGORIA DO ACERVO	05	SUBCATEGORIA DO ACERVO		
		CARMEN SOUSA		ARTES VISUAIS		ESCULTURA		
	06	TÍTULO: CABEÇA DE NEGRA PAULA	08	TERMO: ESCULTURA				
	07	AUTORIA: CARMEN SOUSA (1908-1950)	09	MARCAS E INSCRIÇÕES:				
	10	DATA: 1949	11	DATA ATRIBUÍDA:	12	DATA DA AQUISIÇÃO: 1971		
	13	MODO DE AQUISIÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> COMPRA <input type="checkbox"/> COLETA <input type="checkbox"/> DEPÓSITO <input type="checkbox"/> DOAÇÃO <input type="checkbox"/> EMPRÉSTIMO <input type="checkbox"/> LEGADO <input type="checkbox"/> PERMUTA <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA						
	14	ORIGEM: BELÉM	15	PROCEDENCIA: HELENA SOUSA	16		AVALIAÇÃO PARA SEGURO:	
	17	LOCALIZAÇÃO: <input type="checkbox"/> SALA EXPOSIÇÃO LONGA DURAÇÃO <input type="checkbox"/> SALA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> RESERVA TÉCNICA <input type="checkbox"/> OUTROS						
	18	ESTADO DE CONSERVAÇÃO:		19			INTERVENÇÃO:	
		<input checked="" type="checkbox"/> BOM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUM <input type="checkbox"/> PÉSSIMO						
	20	DIMENSÕES:	ALTURA: 44 cm	LARGURA: 17 cm	PROFUNDIDADE: 27 cm	DIÂMETRO:	PESO:	
	21	MATERIAL: BRONZE	22	TÉCNICA: BRONZE	23	SUPORTE: BRONZE		
	24							DESCRIÇÃO DO OBJETO: Escultura em bronze (peçoço e cabeça) que retratando a face de uma negra com características negróides marcantes (nariz, boca e formato do rosto).
	25							OBSERVAÇÃO:
ANÁLISE DO OBJETO	26						DADOS HISTÓRICOS: A artista plástica Carmen Sousa (1908-1950) recebeu a medalha de bronze pela escultura Cabeça Negra Paula, no Salão Nacional de Belas Artes, em 1949. Única escultura da autora fundida em bronze, as demais se encontram em gesso e argila.	
	27						CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS: a escultura representa a raça negra por meio da expressão feminina. Mas trás a imponência em relação a posição da cabeça inclinada para cima. Propositamente para mostrar "orgulho" racial.	
	28						CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS: apresenta características impressionistas.	
	29						CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: escultura em bronze, apresentando o equilíbrio do objeto com suporte.	
NOTAS SOBRE OBJETO	30						HISTÓRICO DE EXPOSIÇÕES: Exposição no Salão de Belas Artes do Pará (memória póstuma), no Teatro da Paz, em 1952; Exposição de Escultura e Pintura da artista plástica Carmen Sousa, no MUFGA, em 1983; Exposição "Mulheres" Carmen Sousa, no Centro Cultural TRE, em 2015.	
	31						HISTÓRICO DE PUBLICAÇÕES: SEQUEIRA, Carmem Andrea Peres Monteiro. Carmem Sousa: levantamento do acervo pertencente ao Museu da UFPA. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Artística-Habilitação Artes Plásticas) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995. MIRANDA, Davison. Coleção Carmen Sousa: Pesquisa das Coleções e Artistas Plásticos e Visuais do Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará – MUFGA. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – MEC/CNPq. Orientação da Prof.ª Dra. Rosângela Marques Brito. Belém, PA, 2015. BRITTO, Rosângela; MIRANDA, Davison. MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E A COLEÇÃO CARMEN SOUZA (1908-1950): preservação da documentação museológica. Anais do 25º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP, Porto Alegre, 2016.	
	32						REFERÊNCIAS ARQUIVISTA/BIBLIOGRÁFICAS: Recorte de Jornal "A Palavra" (11/09/1949), nota sobre o Salão Nacional de Belas Artes referente a Artista do Pará obtém Medalha de Bronze no Salão Nacional de Belas Artes. Recorte de Jornal "A Palavra" (24/02/1952), nota sobre homenagem póstuma a Carmen Sousa com o obra "Cabeça de negra" re-apresentado no I Salão de Belas Artes do Pará.	
  								
DADOS DO PREENCHIMENTO								
33	REGISTRO DIGITAL:	34	FOTOGRAFO:	DATA:				
35	RESPONSÁVEL:				DATA:			

Fonte: Baseado em Cândido (2006).

5.2 *Software Access to Memory* (AtoM) e sua utilização no repositório

Segundo Jorente *et al* (2016), o AtoM é um sistema desenvolvido para representação da informação documental, baseado na descrição arquivística em ambiente *Web*. Esse sistema foi inicialmente denominado de ICA-AtoM (*International Council Archives – Access to Memory*), por conta de uma parceria entre o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e o grupo *Access to Memory* (AtoM) que mais tarde foi extinto. O *software* foi resultado de um projeto do mesmo nome iniciado em 2003, por meio da Comissão de Tecnologia da Informação do ICA, o qual visou requisitos funcionais para um sistema aberto de pesquisa em informações arquivísticas - *Open Source Archival Resource Information System* (OSARIS). Na atualidade, o projeto está sob a gestão do grupo *Access to Memory*, produzindo versões atualizadas em parceria entre o ICA e o grupo *Access to Memory* (AtoM) e disponíveis na *Web* para usabilidade.

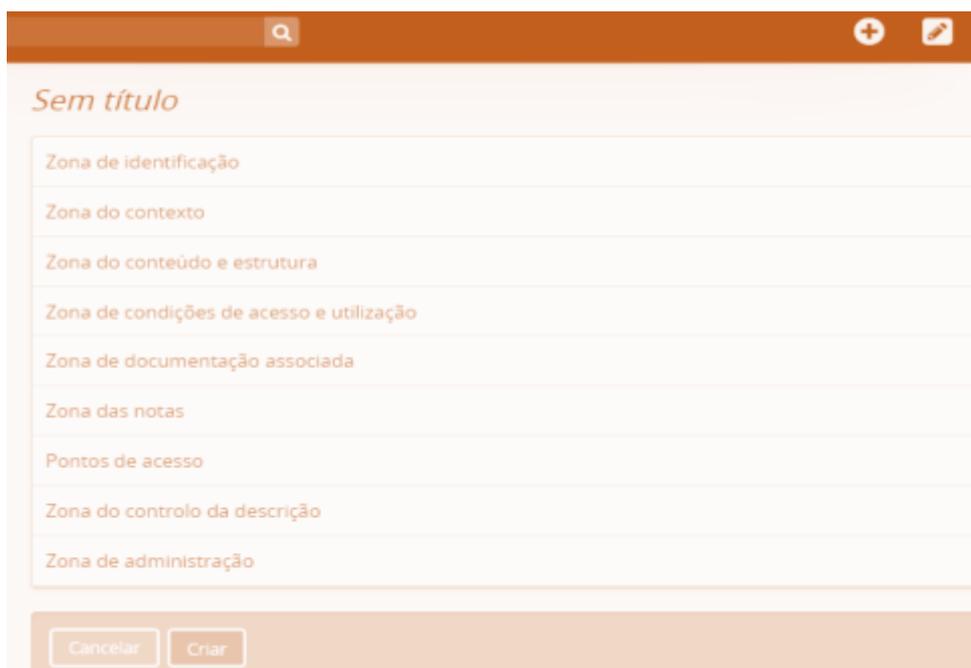
Jorente *et al* (2016, p. 98) pontuam que o AtoM é um sistema de descrição “multinível e de representação da informação que, também, é multiarquivo e multilíngue”, baseado em normas, um *software* livre (código aberto que possibilita a interoperabilidade). Segundo Jorente *et al* (2016, p. 98), esse sistema se propõe em descrever a “instituição, a sua função, os fundos e sub-fundos, os grupos e sub-grupos e quaisquer níveis descritivos de classificação, podendo chegar ao item documental”. Jorente *et al* (2016, p. 98) enfatizam que o acesso por meio do processo de descrição para atribuir significado ao objeto e/ou documento em diversificados suportes, bem como papel, microfilme, imagem, som, ou mesmo arquivos já criados na forma digital (planilhas eletrônicas, arquivos de texto etc) para viabilizar o acesso à informação por meio dos instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários e índices) gerados pelo AtoM.

No entanto, Jorente *et al* (2016) clarificam que no AtoM, durante a produção de instrumento de pesquisa via automatização dos formatos de multinível, tem por finalidade a organização de arquivos provenientes das descrições a partir do nível mais abrangente (a instituição) até o mais específico (a unidade documental) para viabilizar ao usuário a busca de informação no sistema, assim como a recuperação das informações em todos os níveis de descrição. Nesse caso, a descrição abrange campos para registro dos metadados e informação quanto ao acervo, à instituição, ao estado de conservação, etc. Além de recuperar a relação entre os documentos do acervo, ainda que estes permaneçam acondicionados em locais diferentes. Essas relações entre os documentos se apresentam nos campos de descrição indicados nos locais de acesso e a indexação sobre o acervo.

Batista (2018) elucida que o AtoM é constituído de duas temáticas para seu *layout* de interface, a ser selecionada pelo administrador. A geração de grupos e suas prerrogativas determinadas interferem na disponibilização de ‘caixas’, ícones e as relativas ações no sistema. Estes perfis são um desenho de controle dos usuários e a segurança para não existir danos informacionais. O sistema, quando instalado, apresenta os seguintes grupos: tradutores, colaboradores, editores e administradores. Entretanto, existe mecanismo para gerar mais grupos de indivíduos e estabelecer os privilégios que limitam suas ações. Essas informações acerca do acesso, *login*, ligações rápidas, idioma e outras estão disponibilizadas no manual do AtoM no próprio sistema de navegação.

O AtoM (Figura 25) apresenta propriedades operacionais que segundo Batista (2018) correspondem ao emprego de metadados arquivísticos para representar e apresentar a informação; pode ser utilizado por qualquer instituição pública ou privada, arquivísticas ou não; o sistema permite que seu *design* seja atualizado e aprimorado com a participação e o *feedback* dos usuários; possibilita a modificação de sua interface para outros idiomas; desenvolvido para ambiente *Web* e com desenho voltado à interoperabilidade entre outros sistemas; considerado multi-repositórios e podendo ser aplicado para compartilhamento de descrições de outras instituições em seu sistema, como por exemplo, o Arquivo Nacional; e utiliza *plugins* para os formatos descritivos padronizados, assim permitindo a inclusão de mais normas internacionais, tanto arquivística quanto de outras áreas.

Figura 25- Modelo descritivo de objeto digital no AtoM



A imagem mostra a interface de usuário do AtoM para a criação de um objeto digital. No topo, há uma barra de navegação com um ícone de lupa, um ícone de adição (+) e um ícone de edição. Abaixo, o título "Sem título" é exibido em uma cor de destaque. O formulário principal é dividido em nove seções, cada uma com um cabeçalho em uma cor de destaque: "Zona de identificação", "Zona do contexto", "Zona do conteúdo e estrutura", "Zona de condições de acesso e utilização", "Zona de documentação associada", "Zona das notas", "Pontos de acesso", "Zona do controlo da descrição" e "Zona de administração". Na base do formulário, há dois botões: "Cancelar" e "Criar".

Fonte: AtoM demo

Na Figura 25, relacionam-se as nove zonas de descrição do AtoM estabelecidas para os campos de registro de informações, tais como: 1) a identificação registra informações essenciais para identificar a unidade de descrição; 2) o contexto registra informações sobre a proveniência e a custódia da unidade de descrição; 3) o conteúdo e estrutura registra informações sobre o assunto e a organização da unidade de descrição; 4) as condições de acesso e utilização registra informações sobre o acesso à unidade de descrição; 5) a documentação associada registra informações sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição; 6) a notas registra informações sobre a unidade de descrição que não tenham lugar nas áreas anteriores; 7) os pontos de acesso registra os termos selecionados para a localização e recuperação da unidade de descrição; 8) o controle da descrição registra informações sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada; e 9) a administração registra informações relacionadas à descrição dos documentos a serem identificados pela unidade de descrição.

O sistema AtoM relaciona-se a partir do modelo descritivo da Norma ISAD(G), para descrever os documentos de arquivo, que, conforme citado, tem um arcabouço multinível e hierárquico no método descritivo informacional. Porém, o sistema apresenta a descrição dos elementos sem hierarquização. Essa hierarquização implica em que o acervo encontra-se classificado para ser realizada a descrição, partindo do geral para o específico. Além desses campos, foram considerados a semelhança das categorias de informação das Diretrizes do CIDOC com o modelo descritivo para AtoM (Apêndice D), visando a descrição dos objetos de museu da Coleção Carmen Sousa a partir da análise comparativas dos campos de registros de descrição de dados do sistema, conforme apresentados nos Quadros 12 a 18:

Quadro 12- Elementos descritivos da Área de Identificação do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC.

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
ÁREA IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO IDENTIFICADOR	CÓDIGO DE REFERÊNCIA	NÚMERO DO OBJETO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Código do país ▪ Código do detentor ▪ Código de referência local ▪ Número de controle ▪ Número identificador único 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número do objeto ▪ Tipo de número do objeto ▪ Data do número do objeto

	TÍTULO	TÍTULO	TÍTULO DO OBJETO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Título do Conjunto (Fundo) ▪ Título do item documental ▪ Título formal ▪ Título atribuído 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Título ▪ Tipo de título ▪ Tradução do título
	DATA	PRODUÇÃO DO OBJETO	
	DATA		
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data(s) de acumulação dos documentos ▪ Data(s) de produção dos documentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data da produção ▪ Local da produção 	
NÍVEL DE DESCRIÇÃO	NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Multinível de descrição ▪ Do geral (fundo) para o específico (item documental) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrição física 	

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 12, dentre os elementos descritivos da Área de Identificação do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G) organizou-se a relação comparativa com as Diretrizes do CIDOC e observou-se que no formato descritivo de entrada para os acervos foram mesclados os campos número do identificador, título, data, e nível de descrição. Verificou-se que existe uma compatibilidade de informação entre as duas normas, porém não no elemento ‘nível de descrição’, pois na ISAD(G) corresponde ao multinível de descrição, enquanto no CIDOC é a descrição física do objeto. Nesse caso, será necessário um ajuste no sistema para permitir a descrição de metadados nos dois acervos da coleção. A opção seria pela norma da ISAD(G) configurando o campo em que o fundo seria o MUFPA, no dossiê “Coleção Carmen Sousa”, e o item documental o acervo de artes visuais e o de comunicação.

Quadro 13- Elementos descritivos da Zona de Contexto do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC.

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
CONTEXTO	NOME DE PRODUTOR(S)	NOME(S) DO(S) PRODUTOR (ES)	INSTITUIÇÃO
	ENTIDADE DETENTORA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome da(s) organização(ões) ▪ Pessoa(s) responsável(is) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome da instituição ▪ Nome da instituição subordinada ▪ Endereço da instituição ▪ País da instituição

CONTEXTO	HISTÓRIA DO ARQUIVO	HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/ BIOGRAFIA	REFERÊNCIA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informações pessoas físicas (nome completo, títulos, data de nascimento e morte, local de nascimento e falecimento, realizações significativas etc). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência ▪ Tipo de referência (publicação)
	FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA	HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA	REGISTRO DO OBJETO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ História da unidade de descrição ▪ Transferências de propriedade ▪ Responsabilidade e/ou custódia ▪ Datas das ações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietário atual ▪ Depositante ▪ Data da entrada ▪ Número da entrada ▪ Motivo da entrada
		PROCEDÊNCIA	AQUISIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição ▪ Data da aquisição ▪ Origem ▪ Códigos de entrada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Método de aquisição ▪ Data de aquisição ▪ Fonte de aquisição

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 13, entre os elementos descritivos da Zona de Contexto do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G) realizou-se a conexão comparativa com as Diretrizes do CIDOC e notou-se que no modelo descritivo para os acervos foram contemplados nos campos nome de produtor(s), entidade detentora, história do arquivo, fonte imediata de aquisição ou transferência. Constatou-se compatibilidade de informação entre as duas normas, não havendo problemas para inclusão de metadados para ambos os acervos.

Quadro 14- Elementos descritivos da Zona de Conteúdo e Estrutura do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
CONTEÚDO E ESTRUTURA	ÂMBITO E CONTEÚDO	ÂMBITO E CONTEÚDO	ASSUNTOS REPRESENTADOS
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação nível de descrição ▪ Sumário do âmbito (como período de tempo e localização geográfica) ▪ Conteúdo (como formas dos documentos, assuntos, processos administrativos) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assunto representado ▪ Descrição do assunto representado
			DESCRIÇÃO
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrição física
			MATERIAL E TÉCNICA
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material ▪ Técnica ▪ Descrição de parte ou componente 		

CONTEÚDO E ESTRUTURA	ÂMBITO E CONTEÚDO		COLETA DE OBJETO
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local da coleta ▪ Data da coleta ▪ Coletor ▪ Método da coleta
			ASSOCIAÇÃO DE OBJETO
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local associado ▪ Data associada ▪ Nome do grupo/ indivíduo associado ▪ Tipo de associação ▪ Função original
	AVALIAÇÃO SELEÇÃO E ELIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO, ELIMINAÇÃO E TEMPORALIDADE	BAIXA PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ▪ Seleção ▪ Eliminação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data da baixa patrimonial ▪ Data da alienação ▪ Método de alienação ▪ Destinatário da alienação
	INGRESSOS ADICIONAIS	INCORPORAÇÃO(ÕES)	PARTE E COMPONENTE
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicar incorporações ▪ Acréscimos previstos ▪ Quantidades e frequência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de partes ou componentes ▪ Descrição de partes ou componentes
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO	SISTEMA DE ARRANJO	NOME DO OBJETO	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de arranjo ▪ Elemento de descrição ▪ Estrutura interna ▪ Ordem 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome do objeto ▪ Tipo do nome do objeto ▪ Autoridade do objeto 	

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 14, dentre aos elementos descritivos da Zona de Conteúdo e Estrutura do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G) elaborou-se a ligação comparativa com as Diretrizes do CIDOC e constatou-se que, na amostra descritiva para os acervos, foram adaptados os campos âmbito e conteúdo, avaliação, seleção e eliminação, ingressos adicionais e sistema de organização. Averiguou-se que aqui também há compatibilidade de informação entre as duas normas, não havendo problemas para inclusão de metadados para ambos os acervos.

Quadro 15- Elementos descritivos da Zona de Condições de Acesso e Utilização do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	CONDIÇÃO (ÕES) DE ACESSO	DIREITOS DE REPRODUÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especificar a lei ou estatuto legal, contrato, regulamento ou política que afete o acesso à unidade de descrição. ▪ Indicar, se for o caso, a duração do período. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nota sobre direitos de reprodução ▪ Proprietário dos direitos de reprodução
	CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO	CONDIÇÃO (ÕES) DE REPRODUÇÃO	DIREITOS DE REPRODUÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições quanto à reprodução da unidade de descrição. ▪ Informe sobre as condições (copyright) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nota sobre direitos de reprodução ▪ Proprietário dos direitos de reprodução
	IDIOMA DO MATERIAL	IDIOMA	MARCA E INSCRIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita dos documentos contidos na unidade de descrição. ▪ Emprego de alfabetos, escritas, sistemas de símbolos ou abreviaturas incomuns. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Texto da marca/ inscrição ▪ Idioma da marca/ inscrição ▪ Tradução da marca/ inscrição
	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS	CARACTERÍSTICA(S) FÍSICA(S) E REQUISITO(S) TÉCNICO(S)	MATERIAL E TÉCNICA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Características físicas ou requisitos técnicos ▪ Preservação unidade de descrição. (<i>software</i> e/ou <i>hardware</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material ▪ Técnica ▪ Descrição de parte ou componente
		DIMENSÃO E SUPORTE	MEDIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensão física ou lógica ▪ Suporte da unidade de descrição ▪ Dimensão da unidade de descrição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensão ▪ Medida ▪ Unidade de medida ▪ Parte medida

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 15, em meio aos elementos descritivos da Zona de Condições de Acesso e Utilização do AtoM, sob as Normas de Descrição da ISAD(G), elaborou-se a ligação comparativa com as Diretrizes do CIDOC foram convencionados os campos condições de acesso, condições de reprodução, idioma do material, e características físicas e requisitos

técnicos. Processou-se que tem compatibilidade de informação entre as duas normas, assim não haverá problemas para inclusão de metadados para ambos os acervos. No geral, compatibilidade de informação entre as duas normas, com exceção nos elementos *script* do material, notas ao idioma e *script* e instrumento de descrição, em função do CIDOC não estabelecer entre as categorias de informação esses elementos.

Quadro 16- Elementos descritivos da Zona de Documentação Associada do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DE ORIGINAIS	EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DE ORIGINAL(IS)	LOCALIZAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituição custodiadora ou em outro lugar ▪ Localização ▪ Números de controle significativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização atual ▪ Data da localização atual ▪ Localização usual
	UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS	UNIDADE(S) DE DESCRIÇÃO RELACIONADA(S)	ASSOCIAÇÃO DE OBJETO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas por proveniência ▪ Associação(ões) explicando a natureza da relação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Local associado ▪ Data associada ▪ Nome do grupo/ indivíduo associado ▪ Tipo de associação ▪ Função original
	NOTAS DE PUBLICAÇÃO	NOTA(S) SOBRE PUBLICAÇÃO	REFERÊNCIA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicações e/ou Referência sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência ▪ Tipo de referência (publicação)

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 16, em meio aos elementos descritivos da Zona de Documentação Associada do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G) comparativo com as Diretrizes do CIDOC, no modelo descritivo para os acervos foram ajustados os campos existência e localização de originais, unidades de descrição relacionadas e notas de publicação. Processou-se que tem compatibilidade de informação entre as duas normas, com exceção no elemento existência e localização de cópias, onde não houve compatibilidade entre metadados, em função do CIDOC não estabelecer entre as categorias de informação esse elemento.

Quadro 17- Elementos descritivos da Zona de Notas do AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
NOTAS	NOTAS	NOTA(S)	REFERÊNCIA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação especializada ou informação de outra área 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência ▪ Tipo de referência (publicação)

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 17, no elemento descritivo da Zona de Notas do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G) organizou-se a conexão comparativa com as Diretrizes do CIDOC e analisou-se que no modelo descritivo para os acervos foi ajustado o campo nota. Processou-se que tem compatibilidade de informação entre as duas normas, assim não haverá problemas para inclusão de metadados.

Quadro 18- Elementos descritivos da Zona de Controle da Descrição AtoM associados com a ISAD(G) e o CIDOC

ZONA	ELEMENTO	ISAD(G)	CIDOC
CONTROLE DA DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR DA DESCRIÇÃO	NOTA(S) DO ARQUIVISTA	CATALOGAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivista ▪ Fontes consultadas na preparação da descrição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Catalogador ▪ Data da Catalogação ▪ Autoridade
	DATA DE CRIAÇÃO	DATA(S) DA DESCRIÇÃO(ÕES)	REGISTRO DO OBJETO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietário atual ▪ Depositante ▪ Data da entrada ▪ Número da entrada ▪ Motivo da entrada
	REVISÃO E ELIMINAÇÃO	AVALIAÇÃO, ELIMINAÇÃO E TEMPORALIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ▪ Seleção ▪ Eliminação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estado de conservação ▪ Sumário do estado de conservação ▪ Data de avaliação
			BAIXA PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data da baixa patrimonial ▪ Data da alienação ▪ Método de alienação ▪ Destinatário da alienação

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).

No Quadro 18, entre aos elementos descritivos da Zona de Controle da Descrição do AtoM sob as Normas de Descrição da ISAD(G), com as Diretrizes do CIDOC, foram ajustados os campos identificador da descrição, data de criação e revisão e eliminação. Nos elementos

‘identificador da instituição, regras e convenções, Estatuto, nível de detalhe, línguas e escritas, *script(s)* e fontes e notas do arquivista’, não houve compatibilidade entre metadados, em função do CIDOC não estabelecer entre as categorias de informação esses elementos.

Embora o AtoM apresente flexibilidade operacional no que diz respeito ao acesso e à usabilidade da informação, tanto a preservação quanto o acesso físico e/ou digital não foram contempladas por conta da complexibilidade dos metadados disponíveis no sistema não sendo possível fazer a conexão das Zonas Pontos de Acesso com metadados e Zona de Administração com metadados, quando serão removidos do instrumento de pesquisa proposto.

Algumas categorias de informação do CIDOC e elementos de descrição da ISAD(G) estão repetidos em zonas pontuais, por conta da semelhança dos metadados no AtoM. Esses metadados serão inseridos apenas o que diz respeito à descrição do objeto documento para compor o campo de registro (Apêndice D) indicado no próprio sistema, a fim de conectar as referidas normas.

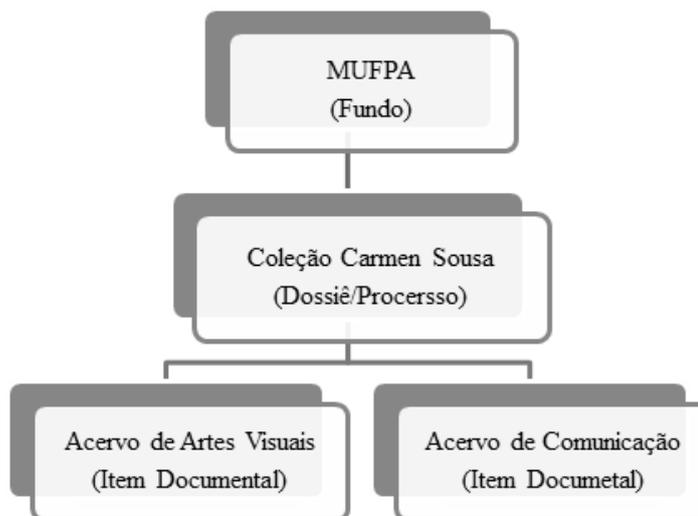
Contudo, o AtoM, na coleção Carmen Sousa, permite a convergência das informações em todos os níveis de descrição, compreendidos pela compatibilidade de metadados e informações referente ao acervo de comunicação e artes visuais, segundo os seguintes elementos à instituição, produtores, estado de conservação dos objetos, localização física do acervo, classificação etc. Cita-se, também, a convergência na interface, que advém dos formatos descritivos de imagens, vídeos ou áudio. Buscou-se então, baseado na estrutura multinível e hierárquica no processo do AtoM para descrever o objeto digital, associá-lo as diretrizes do CIDOC em relação a compreensão do contexto museológico. A seguir apresenta-se o instrumento de pesquisa, identificado por um repositório digital, como proposta à Coleção Carmen Sousa.

5.3 Proposta de instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa

A proposta de instrumento de pesquisa à Coleção Carmen Sousa construiu-se para o acesso a informações do acervo de artes visuais e comunicação, visando à difusão em espaço virtual. Nesse instrumento de pesquisa são apresentadas as informações acerca da estrutura, a identificação numérica, a localização física, condições de acesso, alinhando os vínculos da descrição arquivísticas, pelas normas ISAD(G) com a documentação em museus, pelas Diretrizes do CIDOC, objetivando a representação dos objetos de museu e documentos de arquivo da coleção.

Nesse caso, os níveis de descrição de arranjo pontuados na ISAD(G) não são contemplados nas Diretrizes do CIDOC, por isso estrutura-se arranjo para atender à demanda de descrição do AtoM, que partir da referida norma considera o MUFPA como o fundo, a Coleção Carmen Sousa como dossiê/processo e os acervos de artes visuais e comunicação como itens documentais, conforme a Figura 26:

Figura 26 - Proposta dos níveis de arranjo à Coleção Carmen Sousa



Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice A-1)

O modelo hierárquico, citado na Figura 26, da ISAD(G) apresenta-se as combinações possíveis de níveis de descrição à coleção. O nível de descrição tem por objetivo identificar o nível de organização da unidade de descrição, além das regras de registro do nível da unidade de descrição.

Definições desses níveis, segundo o ISAD(G), o fundo é um conjunto de documentos, independente de seu formato ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no andamento das suas atividades e funções; o dossiê/processo é a unidade organizada de documentos agrupados, quer para uso corrente por seu produtor, quer no fluxo da organização arquivística, porque se referem a um mesmo assunto, atividade ou transação, além de ser a unidade básica de uma série; e o item documental é considerado a menor unidade arquivística intelectualmente indivisível, por exemplo, uma carta, memorando, relatório, fotografia, registro sonoro etc.

Nesse sentido, a representação da informação sob os níveis de descrição do AtoM acerca do fundo, dossiê/processo e item documental são ajustados à coleção. São utilizadas também análises comparativas dos campos de descrição do sistema e a partir das Diretrizes do CIDOC com os elementos descrição da ISAD(G), visando à descrição dos acervos de artes visuais e comunicação no instrumento de pesquisa a ser produzido, conforme representados nos Quadros 19 a 22:

Quadro 19- Níveis de descrição de fundo proposto à Coleção Carmen Sousa

NÍVEL FUNDO	
Código(s) de referência	BR MUFPA
Título	Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) (Fundo)
Data(s)	1983-
Nível de descrição	Fundo
Dimensão e suporte	831 peças - 246 pinturas - 303 desenhos - 178 gravuras - 79 esculturas - 25 fotografias - 11 objetos.
Nome(s) do(s) produtor(es)	
História administrativa/bibliográfica	Indicam-se três períodos de organização das coleções do museu: a primeira fase, embrionária, entre 1965 até 2002 (acervos etnográfico, histórico, artístico, pinacoteca e o mobiliário); a segunda fase entre os anos de 2002 até 2012 (acervos de artes visuais e arqueologia urbana); e a terceira a partir de 2012 aos dias atuais (artes visuais). Além dos acervos do Projeto Amazônia o Lugar da Experiência.
Âmbito e conteúdo	O Museu dedica-se à salvaguarda e comunicação de seus acervos de artes visuais. A instituição reúne coleções de artistas entre os séculos XIX ao XXI nas quais, entre vários artistas, citam-se em especial Joseph Leon Righini, Theodoro José da Silva Braga, Antonieta Santos Feio, Ruy Meira, Antar Rohit, entre outros.
Incorporações	Nenhuma acumulação adicional é esperada.
Sistema de arranjo	O fundo é organizado em um dossiê/processo da Coleção Carmen Sousa e os itens documentais dos acervos de artes visuais e comunicação.
Instrumentos de pesquisa	INVENTÁRIO do Acervo de Artes Plásticas do Museu da UFPA. Levantamento do acervo de pinturas desenhos, gravuras, esculturas, fotografias e objetos. [831 peças; jul. 2011]. Belém: MUFPA, 2011
Notas	Descrição preparada por Sandra Rosa, pesquisadora.
Regras ou convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1/04/2019

Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice B).

No Quadro 19, observa-se que os níveis de descrição de fundo proposto à coleção apresentam campos de descrição semelhantes aos da ficha catalográfica, mencionada neste capítulo. Entre os 35 elementos de descrição não existem um campo estabelecido para descrever os dados da instituição de salvaguarda do acervo, apenas um campo para inserir a logomarca institucional. Pontuado, como exemplo, o campo de descrição de ‘códigos de referência’ do fundo não é similar ao da ficha, pois são reservados para a descrição de número de tomo e número de inventário do objeto, e não da instituição como proposto no fundo.

No Quadro 20, nota-se que os níveis de descrição de dossiê/processo propostos à coleção mostram campos de descrição similares aos da ficha catalográfica, dentre os 35 elementos de descrição, sete são compatíveis ao AtoM, tais como título, data de aquisição, dimensão, suporte, autoria, localização e data da catalogação. Porém, quatro campos são adaptados para o sistema, bem como os campos de observação, número de tombo, número de inventário e descrição. Elucida-se, como exemplo, o campo de descrição de ‘Nome(s) do(s) produtor(s)’ descrito no dossiê/processo é convergente ao da ficha, pois é designado para a descrição do autor(a) do objeto.

Quadro 20- Níveis de descrição de dossiê/processo proposto à Coleção Carmen Sousa

NÍVEL DOSSIÊ/PROCESSO	
Código(s) de Referência	
Título	Coleção Carmen Sousa
Data(s)	1971-1996
Nível de descrição	Dossiê/Processo
Dimensão e suporte	Acervo de artes visuais (215 desenhos - 44 esculturas - 34 pinturas) Acervo de comunicação (881 documentos)
Nome(s) do(s) produtor(s)	Carmen Sousa
Condições de Acesso	Registros estão disponíveis para consulta sem restrições
Instrumentos de Pesquisa	INVENTÁRIO do Acervo de Artes Plásticas do Museu da UFPA. Levantamento do acervo de pinturas desenhos, gravuras, esculturas, fotografias e objetos. [831 peças; jul. 2011]. Belém: MUFPA, 2011. CATÁLOGO da Coleção Carmen Sousa. Acervo de desenho, escultura e pintura. Belém: MUFPA, 2005.
Regras ou Convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1/04/2019

Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice B).

No Quadro 21, verifica-se que os níveis de descrição de item documental para o acervo artes visuais proposta à coleção indicam campos de descrição semelhantes aos da ficha catalográfica, dentre os 35 elementos de descrição, seis são associados ao AtoM, tais como título, data de aquisição, dimensão, suporte, referências arquivísticas/bibliográficas, localização e data da catalogação. Porém, quatro campos são adaptados para o sistema, bem como os campos de observação, número de tombo, número de inventário e descrição. Ilustra-se como exemplo, o campo de descrição de ‘Regras ou Convenções’ descrito no item documental (acervo artes visuais) é equivalente ao da ficha, uma vez que é definido para a descrição das observações acerca do objeto documento.

Quadro 21- Níveis de descrição de item documental (acervo artes visuais) proposto à Coleção Carmen Sousa

NÍVEL ITEM DOCUMENTAL	
Código(s) de referência	
Título	Acervo de Artes Visuais
Data(s)	1983
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	215 desenhos - 44 esculturas - 34 pinturas
História arquivística	A aquisição da coleção foi regulamentada na Resolução n.º. 171, datada em 15 de julho de 1983, assinada pelo reitor da UFPA Prof. Dr. Daniel Queima Coelho de Sousa autorizando a UFPA a receber, sem nenhum ônus, o acervo da Carmen Sousa doado por sua irmã Helena Sousa, constituído de esculturas, pinturas e desenhos. Em resposta ao ofício s/n protocolo n.º. 1737/1983, confirmando doação do acervo artístico deixado por Carmen Sousa.
Condições de acesso	Registros estão disponíveis para consulta sem restrições
Regras ou convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1/04/2019

Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice B).

No Quadro 22, observa-se que os níveis de descrição de item documental proposto à coleção mostram campos de descrição correspondem aos da ficha catalográfica, dentre os 35 elementos de descrição, sete são associados ao AtoM, tais como título, data de aquisição, dimensão, suporte, autoria, localização e data da catalogação. Porém, três campos são adaptados para o sistema, bem como observação, número de tombo, número de inventário e descrição. Elucida-se, como exemplo, o campo de descrição de ‘Nome(s) do(s) produtor(s)’ descrito no dossiê/processo é proporcional ao da ficha, pois é determinado para a descrição do autor(a) do objeto.

Quadro 22- Níveis de descrição de item documental (acervo de comunicação) proposto à Coleção Carmen Sousa

NÍVEL ITEM DOCUMENTAL	
Código(s) de referência	
Título	Acervo de comunicação
Data(s)	1971
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	881 documentos
História arquivística	Por intermédio de uma carta, datada em 18 de setembro de 1971 e assinada por Helena da Gama de Oliveira e Sousa (irmã da artista), enviado ao “Magnífico Reitor” da UFPA Dr. Aluysio da Costa Chaves, referente a doação de documentos de sua irmã: brochuras, catálogos, revistas, folhas, fontes de informação,

	ensinamentos técnicos ou recordações de artistas, colecionados por Carmen Sousa, assim descritos pela remetente. Em resposta a esta carta foi expedido um Ofício, GR 2781/71, acusando o recebimento da carta de doação à UFPA dos materiais listados, que constituíram o acervo de documentos de Carmen Sousa, assinado pelo Reitor da UFPA Prof. Dr. Aluysio da Costa Chaves para Helena Sousa no dia 05 de outubro de 1971.
Condições de acesso	Registros estão disponíveis para consulta sem restrições
Regras ou convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1/04/2019

Fonte: Baseado no Conselho Internacional de Arquivos (2000, Apêndice B).

Nos quadros, ora citados, demonstra-se que a descrição da Coleção Carmen Sousa, segundo os níveis de descrição (fundo, dossiê/processo e item documental) têm como base às Normas da ISAD(G) que dentre os seus 26 elementos seis são obrigatórios: código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição, e nível de descrição. No caso, das diretrizes do CIDOC que em meios os 22 grupos de informação para documentação 17 categorias de informação são enfatizadas a função de acesso: instituição, título do objeto, produção do objeto, medição, descrição e catalogação, quando comparados com elementos da ISAD(G) são compatíveis os metadados de descrição.

No AtoM considera-se que os elementos obrigatórios estão evidentes na ‘Área de Identificação’ de acordo com a referida normas, sendo selecionados os metadados compatíveis com os itens documentais indicados para os acervos de artes visuais e comunicação, visando melhor eficácia da descrição informacional no instrumento de pesquisa.

Como mencionado, o AtoM é um sistema simples para descrição arquivística por ser interoperável, multinível, multilíngue, mutável e adaptável, segundo as deliberações de descrição da unidade de informação a ser aplicado, além da compreensão das necessidades de descrição no repositório digital. Os campos e níveis do sistema viabilizam que o profissional descreva os documentos e/ou objetos, com objetivo de organizar a representação da informação do item físico para o ambiente virtual. Para tanto, são pontuados os itens documentais da Coleção Carmen Sousa (Quadros 23, 24 e 25) para veicular ao repositório digital posteriormente. Inicialmente, indicamos sua utilização em objeto relacionado a seção de artes visuais.

No Quadro 23, constata-se que a representação da informação para item documental exemplificado por uma escultura da coleção, em meio aos 39 elementos de descrição disponíveis no sistema, apenas 25 elementos são selecionados para descrição compatíveis com 35 elementos

de descrição da ficha catalográfica proposta anteriormente. Todavia, a sistematização da ficha para documentação em museus, naquele momento, restringe-se para catalogação dos objetos de museu, por conta das especificidades dos campos de registros de dados, naquele instrumento definido para objetos bi-tridimensional, impossibilitando o agrupamento dos dois acervos (artes visuais e comunicação), em função dos campos informacionais apresentam incompatibilidades entre os elementos de descrição para documentos de arquivo.

Quadro 23- Representação da informação do item documental (escultura)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	
Título	Hilda Ribeiro
Datas	1947 (Produção)
Nível de descrição	Escultura (Item Documental)
Dimensão e Suporte	57,5 x 27 cm, gesso
	
ZONA DE CONTEXTO	
Nome de produtor (s)	Sousa, Carmen (1908-1950) (Dossiê)
Entidade detentora	Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) (Fundo)
Biografia	Carmen da Gama de Oliveira e Sousa nasceu em 1908, em Lisboa/Portugal e faleceu em 1950, em Belém/PA. Dedicou-se às artes plásticas, notadamente à escultura. No ano 1942, a artista plástica se naturalizou brasileira. Participou dos Salões Oficiais de Belas Artes do Estado do Pará, quando conquistou os primeiros prêmios com as esculturas Os três risos (1944), Cabeça (1947) e Santo Antônio de Lisboa (1948), além de receber menções honrosas por seus trabalhos durante a participação no Salão Fluminense, no Rio de Janeiro, pelas esculturas intituladas Portuguesa (1943) e Hilda Ribeiro (1947). Em 1947, recebeu o Diploma do Mérito pelos seus trabalhos no cenário das artes plásticas na Exposição Feminina de Belas Artes, promovida pelo Comitê Internacional Americano de Mulheres, em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e das Relações Exteriores, realizado na capital federal do Brasil (Rio de Janeiro neste período). Em 1949, esteve presente no Salão Nacional de Belas Artes, premiada com medalha de bronze com a escultura Cabeça de Negra.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doada por Helena Sousa, irmã da artista, em 15 de julho de 1983.

ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Escultura (cabeça) retrata a face de mulher caucasiana.
Avaliação, seleção e eliminação	Nenhuma avaliação, seleção e eliminação esperada.
Ingressos adicionais	Nenhum adicional esperado
Sistema de organização	A classificação com base no Plano Geral de Classificação pelo Thesaurus para Acervos Museológicos, estruturada por meio de camadas hierárquicas que se dividem em três níveis básicos de terminologia: Artes Visuais [classificação (gênero)]; Escultura [subclassificação (espécie)]; Escultura [termos (nomes de objetos)].
ZONA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	
Condições de acesso	Para sua preservação, a escultura foi acondicionada em armário apropriado na Reserva Técnica do MUFPA e o acesso só é concedido no local.
Condições de reprodução	É permitida a reprodução para fins não lucrativos após a expressa autorização do proprietário.
Idioma do material	Em português
Características físicas e requisitos técnicos	Escultura (cabeça) em gesso apresentando equilíbrio com suporte.
ZONA DE DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Existência e localização de originais	Reserva Técnica do MUFPA, acondicionada em armário localizado na sala de obras de arte.
Unidades de descrição relacionadas	Objeto de museu sob a salvaguarda do MUFPA desde 1983.
Notas de publicação	Veja também na reportagem veiculada no Jornal O Liberal, Belém, 20 abr. Caderno Artigo, p. 18, 1986.
ZONA DAS NOTAS	
Notas	Veja também no CATÁLOGO da Coleção Carmen Sousa. Acervo de desenho, escultura e pintura. Belém: MUFPA, 2005.
ZONA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Identificador da descrição	Sandra Rosa
Regras e convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data de criação	1/04/2019
Revisão e eliminação	Nenhuma revisão e eliminação são esperada.

Fonte: Baseado no AtoM demo.

Percebe-se então com a inclusão dos elementos do AtoM, a visualização de um instrumento de pesquisa único para agregar os acervos de artes visuais e comunicação, com intuito de promover a difusão da informação em cenário digital, relacionado a representação da informação do documento, independentemente do suporte pelo qual foi produzido e/ou gerado. O AtoM proporciona a flexibilidade em adaptar os metadados das Normas da ISAD(G) com os da

Diretrizes do CIDOC, viabilizando a descrição informacional nas sete zonas descritivas do sistema, em meios aos campos selecionados para os objetos de museu, quantos os “documentos de arquivo”¹⁷ da Carmen Sousa, organizados em um único instrumento de pesquisa. Embora, a fotografia e recortes de jornal, ligados ao acervo de comunicação, antes impossibilitados de maior representação, aqui conseguem obter uma detalhada descrição, além de alcançarem campos próprios de representação, conforme demonstrados nos Quadros 24 e 25:

Quadro 24- Representação da informação do item documental (recorte de jornal)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	
Título	Carmen
Datas	1986 (Produção)
Nível de descrição	Recorte de Jornal (Item Documental)
Dimensão e Suporte	21 x 29,7 cm, papel
	
ZONA DE CONTEXTO	
Nome de produtor (s)	Sousa, Carmen (1908-1950) (Dossiê)
Entidade detentora	Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) (Fundo)
Biografia	Carmen da Gama de Oliveira e Sousa nasceu em 1908, em Lisboa/Portugal e faleceu em 1950, em Belém/PA. Dedicou-se às artes plásticas, notadamente à escultura. No ano 1942, a artista plástica se naturalizou brasileira. Participou dos Salões Oficiais de Belas Artes do Estado do Pará, quando conquistou os primeiros prêmios com as esculturas: Os três risos (1944), Cabeça (1947) e Santo Antônio de Lisboa (1948), além de receber menções honrosas por seus trabalhos durante a participação no Salão Fluminense, no Rio de Janeiro, pelas esculturas intituladas Portuguesa (1943) e Hilda Ribeiro (1947). Em 1947, recebeu o Diploma do Mérito pelos seus trabalhos no cenário das artes plásticas na Exposição Feminina de Belas Artes, promovida pelo Comitê Internacional Americano de Mulheres, em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e das Relações Exteriores, realizado na capital federal do Brasil (Rio de Janeiro neste período). Em 1949, esteve presente no Salão Nacional de Belas Artes, premiada com medalha de bronze com a escultura Cabeça de Negra.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doada por Helena Sousa, irmã da artista, em 05 de outubro de 1971.

¹⁷ No âmbito da Arquivologia, recortes de jornais por vezes não são incluídos na classificação de documentos de arquivo. Nessa pesquisa optou-se por sua inclusão devido a sua relação com outros documentos da coleção, que garantem, pelo menos parcialmente, sua identificação como documento arquivístico.

ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Artigo sobre a trajetória da artista plástica Carmen Sousa relatando as principais obras e premiações nos salões de belas artes regionais e os nacionais, assim como a morte prematura da mesma.
Avaliação, seleção e eliminação	Nenhuma avaliação, seleção e eliminação esperada.
Ingressos adicionais	Nenhum adicional esperado
Sistema de organização	A classificação com base no Plano Geral de Classificação pelo Thesaurus para Acervos Museológicos, estruturada por meio de camadas hierárquicas que se dividem em três níveis básicos de terminologia: Comunicação [classificação (gênero)]; Documento [subclassificação (espécie)]; Recorte de Jornal [termos (nomes de objetos)].
ZONA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	
Condições de acesso	Para sua preservação, o documento foi acondicionado na mapoteca da Reserva Técnica do MUFPA e o acesso só é concedido no local.
Condições de reprodução	É permitida a reprodução para fins não lucrativos após a expressa autorização do proprietário.
Idioma do material	Em português
Características físicas e requisitos técnicos	Recorte de jornal, em papel.
ZONA DE DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Existência e localização de originais	Reserva Técnica do MUFPA, acondicionado na mapoteca.
Unidades de descrição relacionadas	Documento sob a salvaguarda do MUFPA desde 1983.
Notas de publicação	Veja também na reportagem veiculada no Jornal O Liberal, Belém, 20 abr. Caderno Artigo, p. 18, 1986.
ZONA DAS NOTAS	
Notas	Nenhuma
ZONA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Identificador da descrição	Sandra Rosa
Regras e convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data de criação	1/04/2019
Revisão e eliminação	Nenhuma revisão e eliminação são esperadas.

Fonte: Baseado no AtoM demo.

Quadro 25- Representação da informação do item documental (fotografia)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	
Título	Carmen
Datas	Sem data (Produção)
Nível de descrição	Fotografia (Item Documental)
Dimensão e Suporte	10 x 15 cm, papel fotográfico
	
ZONA DE CONTEXTO	
Nome de produtor (s)	Sousa, Carmen (1908-1950) (Dossiê)
Entidade detentora	Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) (Fundo)
Biografia	Carmen da Gama de Oliveira e Sousa nasceu em 1908, em Lisboa/Portugal e faleceu em 1950, em Belém/PA. Dedicou-se às artes plásticas, notadamente à escultura. No ano 1942, a artista plástica se naturalizou brasileira. Participou dos Salões Oficiais de Belas Artes do Estado do Pará, quando conquistou os primeiros prêmios com as esculturas: Os três risos (1944), Cabeça (1947) e Santo Antônio de Lisboa (1948), além de receber menções honrosas por seus trabalhos durante a participação no Salão Fluminense, no Rio de Janeiro, pelas esculturas intituladas Portuguesa (1943) e Hilda Ribeiro (1947). Em 1947, recebeu o Diploma do Mérito pelos seus trabalhos no cenário das artes plásticas na Exposição Feminina de Belas Artes, promovida pelo Comitê Internacional Americano de Mulheres, em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e das Relações Exteriores, realizado na capital federal do Brasil (Rio de Janeiro neste período). Em 1949, esteve presente no Salão Nacional de Belas Artes, premiada com medalha de bronze com a escultura Cabeça de Negra.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doada por Helena Sousa, irmã da artista, em 05 de outubro de 1971.
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Imagem da artista plástica Carmen Sousa de perfil, em formato preto e branco.
Avaliação, seleção e eliminação	Nenhuma avaliação, seleção e eliminação esperada.
Ingressos adicionais	Nenhum adicional esperado
Sistema de organização	A classificação com base no Plano Geral de Classificação pelo Thesaurus para Acervos Museológicos, estruturada por meio de camadas hierárquicas que se dividem em três níveis básicos de terminologia: Comunicação [classificação (gênero)]; Documento [subclassificação (espécie)]; Fotografia [termos (nomes de objetos)].
ZONA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	
Condições de acesso	Para sua preservação, o documento foi acondicionado na mapoteca da Reserva Técnica do MUFPA e o acesso só é concedido no local.

Condições de reprodução	É permitida a reprodução para fins não lucrativos após a expressa autorização do proprietário.
Idioma do material	Em português
Características físicas e requisitos técnicos	Fotografia, em papel.
ZONA DE DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Existência e localização de originais	Reserva Técnica do MUFPA, acondicionado na mapoteca.
Unidades de descrição relacionadas	Documento sob a salvaguarda do MUFPA desde 1983.
Notas de publicação	Nenhuma
ZONA DAS NOTAS	
Notas	Nenhuma
ZONA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Identificador da descrição	Sandra Rosa
Regras e convenções	Regras para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), Conselho Internacional de Arquivos (CIA), 2000.
Data de criação	1/04/2019
Revisão e eliminação	Nenhuma revisão e eliminação são esperadas.

Fonte: Baseado no AtoM demo.

Nesse caso, avalia-se que o alinhamento das Normas ISAD(G) com as Diretrizes CIDOC, associados aos elementos de descrição do AtoM, colabora com a proposta de um instrumento de pesquisa que represente os acervos de artes visuais e comunicação da Coleção Carmen Sousa, viabilizando a difusão entre os usuários e os documentos informacionais em cenário Web. Agora a busca do acervo da artista poderá englobar de forma equânime tanto suas obras de arte como documentos relativos à sua coleção pessoal, reforçando também o leque maior de documentos que poderá ser recuperado pelos usuários que buscam informações sobre a vida e obra da autora nos acervos da MUFPA.

Pondera-se que o AtoM corresponde a expectativa de um instrumento de pesquisa para representação da informação da referida coleção, pelo fato ser um serviço de referência em arquivos permanentes em espaço virtual, como base para preservação e guarda de memória das atividades socioculturais. Junto com elementos do CIDOC, esse novo instrumento, além de possibilitar suporte para desenvolvimento de representação dos conteúdos ‘carregados’ de simbolismo e significados, associa-os sobre as características físicas e de conteúdo, agregando documentos textuais e/ou iconográficos com as imagens bidimensionais e/ou tridimensionais do referido acervo.

6 CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa analisou novos instrumentos de representação da informação ao acervo documental da artista plástica Carmen Sousa, a partir das possibilidades de aproximação entre metodologias de classificação e descrição apresentadas pela Arquivologia e Museologia. Esta proximidade justificou-se em função de desenvolverem práticas semelhantes como, por exemplo, a disponibilização dos acervos em ambiente virtual, e a necessidade de normalização dos dados para que haja a recuperação da informação.

Além disso, a pesquisa apresentou novas discussões no que diz respeito à representação da informação e o desenvolvimento de sistemas informacionais em cenário digital no campo da Museologia, considerando os bens culturais como portadores da memória, de informação e de conhecimento, além da interdisciplinaridade com as disciplinas da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Especificamente evidenciou-se o papel da difusão da informação por meio de repositórios digitais, e de como a Museologia poderia assimilar esse suporte de pesquisa em suas práticas de curadoria e gestão de coleções.

Os resultados obtidos expandiram e aperfeiçoou a proposta da ficha catalográfica produzida no Trabalho de Conclusão de Curso, com o repositório potencializando o espólio documental e informacional dos objetos de museu e os documentos de arquivo os quais, com esse novo instrumento, o acervo sendo disponibilizado e catalogado em sua totalidade, beneficiando a recuperação da informação pelo usuário.

Para a formulação desse instrumento foi aproveitado o AtoM, repositório arquivístico escolhido para a inclusão de dados, em que a representação da informação da coleção foi realizada a partir da análise comparativa dos metadados de descrição da Norma ISAD(G), para documentos de arquivo, e das Diretrizes do CIDOC, para objetos de museu. Com o estudo das normas e diretrizes, com o estabelecimento de quadros comparativos em relação às zonas de informação no AtoM, e reconhecendo os campos de descrição das informações no sistema tanto do acervo de artes visuais quanto de comunicação, concluiu-se que não foram percebidas muitas diferenças entre os metadados identificados segundo a particularidade de cada norma.

Neste estudo, com o padrão utilizado ISAD(G), comparado ao processo de documentação em museus estabelecido no CIDOC, ampliou-se o leque informacional para descrição do acervo no AtoM, independente do suporte apresentado na coleção, promovendo o acesso à informação entre os usuários por meios diversificados de recuperação da informação no sistema proposto, sendo que as regras de descrição/catalogação estabelecidas

tanto no ISAD(G) quanto no CIDOC mostraram-se passíveis de compatibilidade à acessibilidade informacional.

A proposta de instrumento de pesquisa apresentada, mesmo sendo um repositório arquivístico, pode ser assimilada, como uma prática adaptada, à documentação em museus entre os profissionais da MUFPA, principalmente aos responsáveis pela curadoria da Coleção Carmen Sousa, no intuito de viabilizar a gestão do acervo, assim como disponibilizar em ambiente virtual às fontes informacionais ligadas à atuação da artista plástica no cenário artístico paraense e nacional nos anos 1940 a 1950.

Caso o MUFPA assimile esse instrumento de pesquisa para outras coleções, será necessário desenvolver um estudo em relação à classificação para acervos museológicos da instituição, visando à representação da informação em meios do controle de vocabulário (taxonomia) das peças salvaguardadas pelo museu onde, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, mostrou-se compatível nesse instrumento proposto.

Apesar do trabalho técnico para descrição do acervo museológico ter sido adaptado em um instrumento de pesquisa direcionado a acervos arquivísticos, não houve dificuldades para inclusão informacional nos campos descritivos pontuados para coleção. Foi identificado também o potencial do repositório virtual arquivístico como instrumento de pesquisa para acervos museológicos, sendo indagado se a museologia não poderia aproveitar esses repositórios como forma de representação da informação em museus.

Algo a ser discutido a partir dos dados obtidos foi a ausência de repositórios para museus, haja vista que existem regras e normas nacionais e internacionais para desenvolvimento de sistemas informacionais nesses acervos. Percebeu-se uma literatura teórico-prática na Museologia para representação da informação para acervos museológicos, porém ainda “tímidas” nesse campo, por conta da diversidade dos suportes de informação, e extensa lista de tipologias de museus, o que talvez dificulte a classificação e catalogação deles em um instrumento de pesquisa unificado¹⁸. Porém é possível o *plugin*¹⁹ para acervos

¹⁸ Em nível de curiosidade, durante o decorrer do trabalho, identificou-se o Museu da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do município de Marília, São Paulo, abriga sete tipologias de museus tais como Arqueológicos/Antropológicos, Artes, Botânicos, Ciências-divulgação, Históricos, Paleontológicos/Geológicos, Zoológicos, utiliza o sistema AtoM para a representação dos artefatos em meio digital, por meio da convergência de uma ou mais interfaces de interação, atualizáveis e custodiadora do patrimônio cultural. Porém, por questões de cronograma, não houve a possibilidade de desenvolver uma análise comparativa dos procedimentos adotados.

¹⁹ Basicamente um módulo de extensão para programa de computador, utilizado para adicionar funções a outros programas maiores, possibilitando alguma funcionalidade específica.

museológicos conforme demonstrado nesse estudo, com a utilização do AtoM para desenvolver estruturas semelhantes aos modelos já presentes em sistema de museus.

Conclui-se que, tanto no MUFPA como em outros espaços na Universidade Federal do Pará reconhecidos como museus por conta de sua tipologia de acervos disponibilizados, vislumbram-se futuras pesquisas que visam a representação da informação para acervos museológicos, focando na possibilidade de desenvolver repositórios virtuais para os museus constituídos na UFPA e até mesmo em outros espaços fora da Universidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Felipe Lira de; CASTRO, Priscila de Paiva; SHINTAKU, Milton; SANTAREM Segundo, José Eduardo. "Guia de usuário do Atom". Brasília, IBICT (2017). **Guia do usuário do Atom**. Brasília: BICT, 2017. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1065>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e Coleções Universitários: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?* Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação). Universidade de São Paulo (USP), 2001
- ALMEIDA, Marco Antonio de; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais? In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência de Informação 16**, 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015.
- ALVES, Juliana Rodrigues. **Patrimônio: gestão e sistema de informação**. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte). Universidade de São Paulo (USP), 2012.
- ALVES, Rachel Cristina. *Vesu. Metadados e padrões de metadados para preservação digital no domínio arquivístico*. In: **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2016.
- ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, p. 14-29, 2008.
- ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. In: **Simpósio Baiano de Arquivologia**, v. 2, 2009. Anais... Salvador: Associação dos Arquivistas da Bahia, 2009.
- ARAÚJO JÚNIOR, Rogerio Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 230, 2005.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e a Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA PORTINARI. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2010.
- AUBERT, Marcel. L'Ecole du Louvre. **Museum**. Paris, Unesco, July, v. 1, p. 37-38, 1948.
- BACA, Murtha/ O'KEEFE, Elizabeth. **Sharing standards and expertise in the early 21 st century: moving toward a collaborartive**, "cross-community" model for metadada creation, 2008.
- BARBUY, Heloisa. Documentação em museológica e a pesquisa em museus. **Documentação em museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST Colloquia**, v. 10. Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- BASTOS, Flávia Maria. **Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações: análise da aplicabilidade das teorias macroestruturais para caracterização de áreas**

de assunto. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2005.

BATES, Marcia. The Information professions: knowledge, memory, heritage. In: **Association for Library and Information Science Education Conference**, 1, 2012. Anais... Dallas: Association for Library and Information Science Education, 2012.

BATISTA, Lucinéia da Silva. **O redesign do sistema Access to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** Arquivo do Estado, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. **Documento: gênese e contextos de uso.** Niterói: EdUFF, p. 161-175, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOPP, Raul. **Movimentos modernistas no Brasil: 1922-1928.** Editora José Olympio, 2012.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6, p. 287-292, 1996.

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: **ACAM PORTINARI. Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes.** Brodowski, SP: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari, 2010.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? // LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, p. 85-103, 2010.

BRITTO, Rosangela Marques de. **Os usos do espaço urbano das ruas e do patrimônio cultural musealizado na "esquina" da "José Malcher" com a "Generalíssimo": itinerários de uma antropóloga com uma rede de interlocutores no Bairro de Nazaré (Belém-PA).** Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém/PA, 2014.

BRITTO, Rosangela Marques de; MIRANDA, Dávison Cirilo Queiroz. Museu da Universidade Federal do Pará e a Coleção Carmen Sousa (1908-1950): preservação da documentação museológica. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**, 25, 2016. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, ANPAP, 2016.

BRULON-SOARES, Bruno. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 1, p. 25-37, 2015.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 9, n. 9, 1996.

BUSH, Vannevar. As we may think. **The atlantic monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.

CAFÉ, Lígia; SALES, Rodrigo de. Organização da Informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre a representação e organização da informação e do conhecimento.** Brasília: IBICT, p. 115-119, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Centros de Memória. **Uma proposta de definição**. São Paulo. Edições Sesc SP, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museus: aquisição/documentação**. Rio de Janeiro: Eça, p. 309, 1986.

CAMPILLOS, Martin-Pozuelo; PAZ, María. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2, ed.. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 33-92, 2006.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information as we use in every day. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, Roseane Maria Rocha de. Comunicação e informação de museus na internet e o visitante virtual. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: 2012.

CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul Americana, v. 1, 1968.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexão sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CATÁLOGO do Acervo de Pintura, Desenho e Escultura da Coleção Carmen Sousa. Belém: MUFPA, 2005.

CATÁLOGO do IX Salão Oficial de Belas Artes, Belém, 1948.

CATÁLOGO do V Salão Oficial de Belas Artes, Belém, 1944.

CATÁLOGO do VIII Salão Oficial de Belas Artes, Belém, 1947.

CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 10, p. 241-253, 2000.

CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação museológica e o processamento da informação. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)**, Salvador, 2007.

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, p. 72, 1994.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração dos princípios de documentação museológica e diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de documentação do CIDOC**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Associação de amigos do Museu do Café: Pinacoteca do Estado, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística: 2ª Ed. adotada pelo **Comitê de Normas de Descrição**, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Michel. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, v. 20, n. 1/2, p. 125-132. Rio de Janeiro, 2007.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, v. 1, n. 1, 2012.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museu; Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURY, Marília Xavier. Comunicação Museológica: uma perspectiva teórico-metodológica de recepção. Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Porto Alegre. 2004

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIN, Herminia; HECHT, Phyllis. The digital museum: a tink guide. **Washington, DC: American Association of Museums**, 2007.

DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/2, p. 3-38, 1994.

FERNANDES, Caroline. **O moderno em aberto: o mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Feio**. Belém: IAP, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio**, n. 2, p. 64-74, 1994.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena Santos. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. **Manual de catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

FOX, Michel. Por que precisamos de normas. **Acervo**, v. 20, n. 1/2, p. 23-30. Rio de Janeiro, 2007.

FUGITA, Mariângela Spotti Lopes; NARDI, Maria Izabel Aspeti; SANTOS, Silvana. A leitura em análise documentária. **Transformação**, v. 10, n. 3, p. 13-31, 1998.

FUGITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGamaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 4, 2004.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do Enancib no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008.

GIVEN, Lisa; MCTAVISH, Lianne. What's olds is new again: the reconvergence of libraries, archives and museums in the digital age. **The Library Quarterly**, v. 80, n. 1, Chicago, 2010.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. **Arquivo do Estado**, 1998.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v. 1 n. 6**, 2000.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise documentária em jurisprudência: subsídios **para uma metodologia de acórdãos trabalhistas brasileiros**. Tese. São Paulo: Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA/USP, 1994.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello (Org.). **Segurança de Acervos Culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, Brasília, 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y practica**. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur. Becas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos museus brasileiros**. Brasília: IBRAM, 2011.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

JORENTE, Maria José Vicentini; SILVA, Talita Cristina da; MESA, Aura Marcela; SILVA, Mateus Henrique da. O AtoM como recurso descritivo web de representação de arquivos públicos: Brasil e Colômbia. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 10, n. 3, 2016.

JULIÃO, Leticia. Pesquisa Histórica no museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, p. 94-105, 2006.

LADKIN, Nicolas. Gestão do Acervo. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, p. 17-32, 2004.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. 2 ed. rev. amp. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo (USP), 2006.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2003.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museum & World Wide Web: novos ambientes informacionais para as obras de arte. **Informação & Sociedade**, v. 14, n. 1, 2004.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. **Series Iberoamericanas de Museología**, vol. 7, 2012.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Midas**. Museus e estudos interdisciplinares, n. 1, 2013.

MARCONDES, Carlos Henrique; DE ALMEIDA CAMPOS, Maria Luiza. Ontologia e web semântica: o espaço da pesquisa em ciência de informação. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 1, p. 107-136. Salvador, 2008.

MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. **Representação da Informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo (USP), 2016.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e a lei de acesso a informação. In: **CID Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 28-47, 2012.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2002.

MARTINS, César; ELISQUE, Mônica; AUGUSTIN, Raquel França Garcia; COAN; Samanta; MUCELLI, Tadeus. O uso da informação nos museus. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 30, n. 2, 2016.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiros. Normalização de procedimentos nas coleções museológicas. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**. Volume 3. Porto: Universidade do Porto, p. 27-35, 2010.

MEIRA, Clóvis. Recordando Carmen Sousa. **Jornal O LIBERAL**. Belém, 24 de abril de 1988, pag. 10.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. **Museus Universitários e Modernidade Líquida: compromissos, desafios e tendências (Um estudo sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, Brasil e Portugal)**. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade do Porto. Porto/Portugal, 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENSCH, Peter van. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre inter-relação museologia-museus. **Cadernos museológicos**, n. 1, p. 51, 1987.

MENSCH, Peter van. Methodological museology; or, towards a theory of museum practice. **Objects of knowledge**, p. 141-157, 1990.

MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology (PhD thesis)**. University of Zagreb, 1992.

MENSCH, Peter van. **Objeto de estudo da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, p 1-23. 1994.

MONTEIRO, Juliana; LARA, Marilda Ginez Lopes. **A noção de documentação em museus nas normas Spectrum e CIDOC/ICOM**, 2014.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 2-19, 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NOVO, Hildenise Ferreira. Representação do conhecimento ou representação conceitual? Uma investigação epistemológica no âmbito da Ciência da Informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 114-129, dez. 2013.

- ODDON, Yvonne. **Elements de documentation muséographique**. Jos./Nigéria: Centre de Formation de Techiciens de Musées, p. 68, 1968.
- OLCINA, Paulette. The development and coordination of museum documentation by international agencies. **Museum documentation systems: developments and applications**. London, Butterworths: 307-314. 1986.
- PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e Gestão de Acervo. **Coleção de Estudos Museológicos**, v. 2. Florianópolis: FCC Edições, p. 14-24, 2014.
- PEREIRA, Maria Carmen. Carmen. **Jornal O LIBERAL**, Belém, 20 de abril de 1986 - Caderno de Artigo, pag. 18.
- PINNA, Giovanni; BINNI, Lanfranco. Museo. Storia e funzioni di una macchina culturale dal '500 a oggi. Itália, Garzanti, 1989.
- PORTA, Eduard; MONTSERRAT, Rosa; MORRAL, Eulàlia. **Sistema de documentación para museos**. Barcelona: Departament de Cultura de La Generalitat de Catalunya, p. 84, 1982.
- REAL, Regina. O museu ideal. **Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais**, p. 39, 1958.
- ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. [s.l.]: ICOM, p. 33-54, 2004.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**, v. 2, p. 210-230. Brasília, 2003.
- RODRIGUES, Maria Rosemary; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Organização e representação do conhecimento por meio de mapas conceituais. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014.
- ROSA, Sandra Regina Coelho da; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes. Coleção Carmen Sousa do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA): sistematização da informação através dos instrumentos de pesquisa. **Revista ACB**, v. 23, p. 125-141, Florianópolis, 2018.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro: p. 137, 2005.
- SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; LIMA, Fábio Rogério Batista et al. Museu e suas tipologias: o webmuseu em destaque. **Informação & Sociedade**, v. 24, n. 2. João Pessoa, 2014.
- SARACEVIC, Telko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.
- SARASAN, Lenore. Why Museum Computer Projects Fail. **Museum News**, 1981
- SCHEINER, Tereza. Museus universitários: educação e comunicação. **Ciências em Museus**, p. 15-19, 1992.
- SCHÚ, Aline. **Sistemas de Informação: ferramenta para o desenvolvimento de pesquisas em museus de ciências naturais**. Projeto SISMU. 2012.
- SERÔDIO, Conceição; ALMEIDA, Maria José de; FERREIRA, Fernanda; CORTÊS, Cristina. Sistemas de informação em museus. **Informação ICOM Portugal**. Série II, número 22. Set-Nov, 2013.

SHERA, Jesse. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology** - Earist 12, p. 249-275, 1977.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A interoperabilidade semântica entre diferentes sistemas de informação no museu. **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O arquivo de museu e a informação. **I Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo: MAC/USP. 2010:84-92

SOUSA, Ana Paula de Moura; RODRIGUES, Alécia Silva; RODRIGUES, Alex Silva; OLIVEIRA, Ângela Aparecida de. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 38-51, 2006.

SOUZA, Roseane Silveira de. Vicente Juarimbu Salles (1931-2013): o tempo vence o homem, não a obra. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, p. 185-194, 2013.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. 1987. "Symposium Museologie and Museums". *ICOFOM Study Series*, 12:287-298.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. **Introduction à l'étude de la muséologie**. Destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie - EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TEIXEIRA, Coelho. Gabinete de papel, Museu de Arte Contemporânea. **O MAC ainda Melhor**, publicado por ocasião da reinauguração da sede na Cidade Universitária, 2000.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

TORRES, María Teresa Marín. **História de la documentacion museológica: la gestión de la memória artística**. Espanha: Ediciones TREA, p. 387, 2002.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRASCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 11, n. 4, 2017.

VIVARELLI, Maurizio. Il racconto dell'architettura. **Biblioteche oggi**, v. 33, p. 55-63, 2015.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação em museus: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. Marília. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Marília, 2009.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DA
COLEÇÃO CARMEN SOUSA**

Setor: _____

Responsável: _____

01- Tem registros documentais sobre o processo de aquisição da Coleção Carmen Sousa? Se sim, quais os documentos comprobatórios do modo de aquisição do acervo?

NÃO

SIM. Quais? _____

02- Há processos de conservação da Coleção Carmen Sousa? Se sim, quais os tratamentos e acondicionamentos?

NÃO

SIM. Quais? _____

03- Existem procedimentos de documentação da Coleção Carmen Sousa? Se sim, qual metodologia?

NÃO

SIM. Quais? _____

04- São realizadas pesquisas sobre a Coleção Carmen Sousa? Se sim, quais foram, houve publicação delas?

NÃO

SIM. Quais? _____

05- Como é realizada a comunicação? Se sim, quais os meios utilizados (exposição, ação educativa, grupo de estudo da coleção, publicação científica)

NÃO

SIM. Quais? _____

APÊNDICE B - PROPOSTA DE ÍNDICE À COLEÇÃO CARMEN SOUSA

AUTOR	TÍTULO DO OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SOUSA, Carmen	Álbum	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Anotações	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Bilhete	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Caderno	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Caderneta	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Carta	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Cartão	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Carteira	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Catálogo	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Certificado	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Chave	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Convite	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Desenho	Artes Visuais	Desenho	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Diário	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Diploma	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Envelope	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Escultura	Artes Visuais	Escultura	Armários – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Folheto	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Fotografia	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica

AUTOR	TÍTULO DO OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SOUSA, Carmen	Recorte de jornal	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Lista	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Mapa	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Moldura	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Negativo	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Ofício	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Paleta	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Pintura	Artes Visuais	Pintura	Trainel – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Recibo	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Registro especial	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Recorte de revista	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica
SOUSA, Carmen	Telegrama	Comunicação	Documento	Mapoteca – Reserva Técnica

Fonte: Baseado em Camargo-Moro (1986).

APÊNDICE C - RELAÇÃO DAS OBRAS DA COLEÇÃO CARMEN SOUSA

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
1	“A Borboleta” e “Arco - íris”	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	25,5x22,2
2	A má notícia	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,5x21,5
3	A mãe, o pai e o cunhado de Carmen	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,5
4	A Visita	1937	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	213x22,5
5	Agora Senhor, podeis levar o vosso servo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47x63,3
6	Alexandre Ferreira de Oliveira e Sousa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	29,3x21,3
7	Alm. Mário da Gama e Silva	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
8	Ancião em perfil e figura humana indefinida	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,5x64
9	Aspecto do interior da casa de Carmen	S/D	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	18,3x23,5
10	Aspecto do interior de uma casa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	16x23,5
11	Busto de uma religiosa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32x25
12	Busto feminino em perfil	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	61,8x47
13	Busto feminino infantil, sorridente	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
14	Busto Infantil em perfil	1924	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,5x46,5
15	Cinco estudos da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
16	Cinco estudos da figura de um cachorro em diversas posições	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
17	Consolar os aflitos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	12x16,4
18	Criança bailarina de costas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
19	Criança dormindo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,2x11,7

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
20	Criança estudando e outra observando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,7x22
21	Criança jogando bola – esboço de um perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,8x19,8
22	Cupido - figura angelical, nua, de corpo inteiro, segurando coração	1925	Artes visuais	Desenho	Crayon s/ papel	63,5x48
23	Desenho da Santa Cruz	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,9x20
24	Desenho de figura humana infantil, perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	33x27
25	Desenho de flores	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x23,5
26	Desenho de mãos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x22,9
27	Desenho de pés	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,9x32,7
28	Desenho de tela retratando Jesus com seus discípulos e seis pequenos estudos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	39x29,2
29	Desenho de um busto	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	60,5x46
30	Desenho de um busto de figura humana	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47x27,8
31	Desenho de um busto frontal	1925	Artes visuais	Desenho	Crayon s/ papel	60,5x36,5
32	Desenho de um busto, rosto feminino em ¾	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,8x47,7
33	Desenho de um cravo vermelho	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
34	Desenho de um esqueleto	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	13x7,8
35	Desenho de um pé	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x32,3
36	Desenho de um punhal	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,5
37	Desenho de um ramo de flores	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24x16,7
38	Desenho de uma paisagem	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
39	Desenho de uma rosácea	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x10,5

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
40	Desenho de vários artesanatos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
41	Desenho do rosto de uma criança	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47x31,5
42	Desenho em perfil com braço levantado	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	18,7x13
43	Desenho geométrico e desenho de dois peixes	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
44	Desenho geométrico marajoara	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22
45	Desenho imaginário, uma espécie desconhecida de animal	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,3x15,8
46	Desenho retratando a cena de uma festa	1937	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,2x25,5
47	Desenho retratando Malissa Staffá	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x32,5
48	Desenho retratando um casal sentado	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,5
49	Desenho retratando um desenhista	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,7x15,8
50	Dois estudos de rostos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32x25
51	Dois meninos fazendo bola de sabão	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	19,4x24,9
52	Duas camas, aspecto de um quarto	S/D	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	16x23,5
53	Duas figuras femininas passando roupa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,8x16,3
54	Duas figuras humanas sentadas, lendo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	17x24
55	Duas figuras infantis de anda-já	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
56	Duas figuras infantis de costas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
57	Duas figuras infantis sentadas de perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
58	Duas figuras religiosas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
59	Duas figuras religiosas, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	27,8x21,2

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
60	Esboço da figura de dez patos e nove patinhos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
61	Esboço de cachorrinho dormindo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x32
62	Esboço de criança dormindo, rosto frontal	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,2x11,7
63	Esboço de crianças brincando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,4
64	Esboço de duas figuras humanas I	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15x11,6
65	Esboço de duas figuras humanas II	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15x11,8
66	Esboço de duas mulheres dançando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x23,5
67	Esboço de figura feminina nua, sentada	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	34x61,2
68	Esboço de figura feminina, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,4x15,5
69	Esboço de figura feminina, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,6x15,5
70	Esboço de figura feminina, corpo inteiro I	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,5x23,4
71	Esboço de figura feminina, corpo inteiro II	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,5x23,3
72	Esboço de figura masculina	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x22,5
73	Esboço de figura religiosa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,2x12
74	Esboço de figuras cantando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	11,7x16,2
75	Esboço de mulheres dançando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,3x6
76	Esboço de religioso de costas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	32x25
77	Esboço de um busto masculino de terno e gravata, rosto em $\frac{3}{4}$	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,5x47,8
78	Esboço de um menino, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22x15,8
79	Esboço de um rosto masculino	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,4x23,5

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
80	Esboço de várias figuras humanas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	17x24
81	Esboço do Corcovado, Rio de Janeiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
82	Esboço do Cristo Redentor, Rio de Janeiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
83	Esboço feminino	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,7x16,2
84	Esboço feminino	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,2x31,9
85	Esboço feminino passando roupa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,8x16,3
86	Esboço feminino, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,8x16,3
87	Esboço retratando criança dormindo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	17,8x10,1
88	Esboço retratando figura humana feminina	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32x23,3
89	Esboço retratando um casal no jardim	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,5x21,5
90	Esboço retratando um menino sentado	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,3x32,5
91	Estudo de dois desenhos do rosto de Jesus	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	49,6x61,2
92	Estudo de duas figuras religiosas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	46,3x46,8
93	Estudo de figura religiosa, perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	30,5x23
94	Estudo de mãos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24x30,7
95	Estudo de perfil feminino	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,4x43,2
96	Estudo de planejamento	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	59,2x42,9
97	Estudo de proporção da figura humana	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	68,2x62,6
98	Estudo de quatro figuras humanas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	49,4x58,6
99	Estudo de um busto de ancião com paletó	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	63x47,5

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
100	Estudo de um busto feminino em perfil	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	61,5x44
101	Estudo de um busto masculino em perfil	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	57x36
102	Estudo de um menino tocando bumbo	S/D	Artes visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,5
103	Estudo de um painel em relevo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	42,2x61
104	Estudo de um pé I	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,2x32
105	Estudo de um pé II	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24x30,7
106	Estudo de um pé III	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,9x34,9
107	Estudo de um pé IV	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x35
108	Estudo de um pé sobre um objeto pequeno	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	42x30,7
109	Estudo de um pé V	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x30,7
110	Estudo de um pé VI	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,2x47,6
111	Estudo de um rosto em perfil entalhado em uma coluna	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,6x47,2
112	Estudo de uma figura geométrica	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
113	Estudo figura feminina, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,7x31,2
114	Estudo meio corpo- sentada, pernas cruzadas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,2x24,4
115	Estudo para o “Panneau” na residência do Sr. Joaquim Carvalho	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,8x13,8
116	Estudo retratando um animal	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x32
117	Estudo retratando uma figura religiosa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,3x10,3
118	Estudos de figura infantil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	25,2x20
119	Estudos de mãos femininas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	29x34,1

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
120	Figura de Jesus com duas camponesas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47x63
121	Figura de um cachorro em dois movimentos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
122	Figura de um cavalo, cabeça em perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
123	Figura feminina com gatinho no braço	S/D	Artes visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,4
124	Figura feminina com véu	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	48,1x64
125	Figura feminina de corpo inteiro	1931	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47x23,5
126	Figura feminina de costas com planejamento	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	60,2x43,7
127	Figura feminina e estudo de um pé	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x30,7
128	Figura feminina envolvida em uma cobra, junto a uma árvore	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s / papel	32,5x23,5
129	Figura feminina grávida	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,8x16,4
130	Figura feminina nua sentada, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,7x15,8
131	Figura feminina nua, corpo inteiro I	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,7x15,8
132	Figura feminina nua, corpo inteiro II	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	27,7x21,3
133	Figura feminina nua, corpo inteiro III	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x15,7
134	Figura feminina nua, frontal	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,6x15,5
135	Figura feminina nua, sentada	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,6x17,8
136	Figura feminina nua, sentada	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
137	Figura feminina religiosa em frente a um altar	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
138	Figura feminina religiosa sob suporte em coluna estilo clássica	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	48,8x31
139	Figura feminina sentada – duas posições	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x32,5

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
140	Figura feminina sentada em um banco	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	61x46
141	Figura feminina sentada, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,8x16,3
142	Figura feminina sentada, nua, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,6x15,5
143	Figura feminina, costas em perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	43x44
144	Figura humana feminina em perfil	1932	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	49,2x33,8
145	Figura humana infantil	1924	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	44x31
146	Figura humana infantil sem braços	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,1x47
147	Figura humana levantando um jarro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	49,4x58,6
148	Figura infantil sentada de costas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
149	Figura infantil soprando canudo em um tanque	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	25,2x20
150	Figura masculina com chapéu de palha	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
151	Figura masculina de perfil sentada	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2
152	Figura masculina próxima a um rádio	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
153	Figura masculina sentada em sofá	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
154	Figura masculina sentada, desenhando	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
155	Figura religiosa masculina	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,6x68,2
156	Helena Sousa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
157	Helena Sousa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
158	Homem deitado, rosto caboclo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	43,5x60,4
159	Interior de uma casa, especificando móveis	S/D	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	26x23,4

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
160	João Alberto Coelho de Sousa I	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,4
161	João Alberto Coelho de Sousa II	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22x15,8
162	Mão da artista por ela mesma	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,9x34,9
163	Mão de Carmen	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23x35
164	Mão feminina segurando algo	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	17x31,5
165	Mãos entrelaçadas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,6x32,3
166	Menino sentado com pernas cruzadas e esboço de três meninos sentados	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x23,5
167	Menino sentado, frente e perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22
168	Milton da Gama e Silva	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x15,8
169	Modelo infantil deitado e busto sobre uma base	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	50x32,5
170	Mulher nua de costas, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	61,2x34
171	Mulher nua sentada, rosto em $\frac{3}{4}$	S/D	Artes visuais	Desenho	Crayon s/ papel	59,8x42,5
172	O Viajante	1937	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	21,2x27,7
173	Obras de misericórdia e visita aos doentes	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,2x23,7
174	Paisagem com barco	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
175	Paisagem com barcos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
176	Paquetá	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
177	Pastoral	1959	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x32,5
178	Pequeno esboço de um rosto em perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
179	Pequenos estudos de rostos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	11,5x10,3

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
180	Perfil feminino	1933	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	29,4x21,4
181	Perfil feminino	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	34,7x23
182	Perfil feminino nu, de costas, com planejamento	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	61x40,5
183	Perfil masculino	1933	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	29,3x21,3
184	Pernas cruzadas e a ponte de uma saia	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,5x62,7
185	Praia com barco	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x22,2
186	Quatro esboços da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
187	Quatro estudos da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
188	Quatro estudos da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
189	Quatro suaves esboços de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
190	Retrata figura infantil soprando canudo em um tanque	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	24,9x20,5
191	Retrato de Ruy Barbosa	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	31,6x23,6
192	Retrato feminino em perfil	1928	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x27,4
193	Rogar a Deus pelo vivos e os defuntos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16,2x23,7
194	Rosto de uma mulher com braços levantados, segurando os cabelos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	45,1x53,7
195	Seis estudos de figuras religiosas	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	37,2x49,9
196	Sol	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	22,3x15,7
197	Sr. Alexandre (Pai de Carmen)	1948	Artes Visuais	Desenho	Mista s/ papel	46,7x36,8
198	Três esboços de uma figura feminina	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	16x23,2

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
199	Três estudos da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
200	Três estudos da figura humana	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,4x33,5
201	Três estudos de rostos femininos: ¾, frontal e perfil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	48,2x62,8
202	Três meninos fazendo bolhas de sabão	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,7x47,2
203	Três meninos fazendo bolhas de sabão	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,2x46,5
204	Um coral	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,5x18,3
205	Uma Camponesa, corpo inteiro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	62,5x46,8
206	Uma Catedral	1947	Artes Visuais	Desenho	Nanquim s/ papel	29,2x19,8
207	Vários esboços da figura de um cachorro	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	15,8x23,5
208	Vários esboços de figura infantil	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,6x32,2
209	Vários estudos da figura humana	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	32,5x23,5
210	Vários estudos da figura humana	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	23,3x32,5
211	Vários estudos de mãos	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	42x29,5
212	Vários estudos de uma figura feminina	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	29,4x21,4
213	Vaso com flores e o estudo de uma flor	S/D	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	47,6x30,6
214	Vênus com planejamento, corpo inteiro	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	59,8x44,1
215	Vênus com planejamento, meio corpo	1925	Artes Visuais	Desenho	Crayon s/ papel	83x41,3
216	A Cozinheira Celeste	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	37,5x18,4
217	Alexandre Ferreira Oliveira Sousa	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	31x20
218	Arapapá – 1ª instrução artística à Carmen	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso pintado	25x10

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
219	As Bodas Canãa	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	33,5x18
220	Busto de Regina Araújo	1945	Artes Visuais	Escultura	Gesso	65x25
221	Busto do menino João Alberto	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	23,5x23
222	Cabeça de Cristo	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	34x40
223	Cabeça de João Alberto (Miniatura)	1949	Artes Visuais	Escultura	Terracota	15x6
224	Cabeça de Nega Paula	1949	Artes Visuais	Escultura	Bronze	44x17,5
225	Colhereiro	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso pintado	34x9
226	Detalhe da placa em homenagem à Curt Nimuendajú	1946	Artes Visuais	Escultura	Terracota	19,4x51
227	Escultura de Santo Antonio de Lisboa	S/D	Artes Visuais	Escultura	Terracota	13x6,5
228	Estudo de um pedestal em homenagem à Curt Nimendajú	1946	Artes Visuais	Escultura	Terracota	7x11
229	Florence Nightingale	S/D	Artes Visuais	Escultura	Cimento	61,5x23
230	Fôrma das Placas de Ruy Barbosa	1949	Artes Visuais	Escultura	Fôrma de gesso	13x13
231	Galo da Serra	S/D	Artes Visuais	Escultura	Terracota	26x12
232	Hilda Ribeiro	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	57,5x27
233	Holandesa	1942	Artes Visuais	Escultura	Terracota	19,5x10,5
234	Lâmpada de Enfermeira	S/D	Artes Visuais	Escultura	Terracota	7,5x21,5
235	Mão de Carmen Sousa	S/D	Artes Visuais	Escultura	Moldagem	17x6
236	Mão de Ivone da Gama e Silva	S/D	Artes Visuais	Escultura	Moldagem	9x16
237	Maquete de N. Sra. Das Missões na Capela dos Padres do Preciosíssimo Sangue	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	24x17,5

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
238	Máscara de Arthur Moreira Lima	1949	Artes Visuais	Escultura	Argila	20x12
239	Máscara de João Alberto	1940	Artes Visuais	Escultura	Argila	15x11
240	Máscara do violinista Liege	S/D	Artes Visuais	Escultura	Argila	23x15
241	Máscara mortuária de uma figura masculina	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso/ Moldagem	24x17,5m
242	Maternidade	1947	Artes Visuais	Escultura	Gesso pintado	18x44
243	Mulher penteando-se	1943	Artes Visuais	Escultura	Terracota	14,5x8
244	Nossa Senhora da Alegria	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	17x6
245	Nossa Sra. Das Graças	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	74x36
246	Pêga	S/D	Artes Visuais	Escultura	Gesso	16x9
247	Pequeno Estudo I	S/D	Artes Visuais	Escultura	Argila	8x9
248	Pequeno Estudo II	S/D	Artes Visuais	Escultura	Argila	7,5x7
249	Pequeno Estudo III	S/D	Artes Visuais	Escultura	Argila	11,5x5
250	Pequeno Estudo IV	S/D	Artes Visuais	Escultura	Argila	15,5x5
251	Pianista Arthur Moreira Lima	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	47x21
252	Placa Futebolística	S/D	Artes Visuais	Escultura	Terracota moldada	9x7
253	Portuguesa	1943	Artes Visuais	Escultura	Gesso	34x40
254	Primeira placa de Ruy Barbosa	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	11x10,8
255	Reprodução em ponto pequeno do Cristo Rei da sede da Ação Católica	1948	Artes Visuais	Escultura	Gesso	46x30
256	Ruy Barbosa	S/D	Artes Visuais	Escultura	Terracota	21x17
257	Segunda placa de Ruy Barbosa	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	9x9

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
258	Terceira placa de Ruy Barbosa	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	11x11
259	Velha Cabocla	1949	Artes Visuais	Escultura	Gesso	43x38
260	A Cachorrinha Miri	1935	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	31,5x25
261	Alberto, primo de Carmen	1933	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	44,5x29,5
262	As Bodas de Canãa	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	24,6x67,5
263	Auto – Retrato	1938	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	23,5x19
264	Belém	1950	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	32x38,6
265	Cabeça de Moça 1	1942	Artes Visuais	Pintura	Pastel s/ papel	51,5x39,7
266	Cabeça de Moça 2	1942	Artes Visuais	Pintura	Pastel s/ papel	38x38
267	Cabeça de Velha, D. Rosa Godinho	1930	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	34,6x26,2
268	Cigana	S/D	Artes Visuais	Pintura	Pastel s/ papel	55,5x43
269	Crucifixo na Parede	S/D	Artes Visuais	Pintura	Aquarela s/ papel	27x39
270	Diversos Estudos da Figura Humana	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	47,5x34,5
271	Estudo de Nu Feminino Deitado – ½ corpo	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ papel	64,5x49
272	Figura Feminina - busto em ¾ com braços levantados	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ papel	36x52
273	Hortências	1930	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	43,5x34
274	Ilha da Boa Viagem – Rio de Janeiro	1950	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	21x26,2
275	Lavadeiras no Rio de Janeiro	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	18x23
276	Menina com Chapéu e Animalzinho	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	23x17
277	Moça Morena	1932	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	34,5x27,3

ITEM	TÍTULO	DATA	CLASSIFICAÇÃO	SUB CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICA/MATERIAL	DIMENSÃO
278	Natureza Morta	1938	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	33,5x41,2
279	Nu Feminino	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	58x42,5
280	Nu Feminino com Planejamento Deitado	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	27,3x62
281	Nu Feminino de Costas	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	48,5x32,5
282	Nu Feminino Frontal	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	38,7x37
283	O Cão Pan	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	20,8x25,4
284	Odalisca	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	45,6x51
285	Paisagem de Belém – Boulevard Castilho França	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	15x20,7
286	Paisagem de Belém – Vila Bolonha	1949	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	17,4x27,2
287	Paisagem do Rio de Janeiro	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	21,2x33,8
288	Perfil Feminino – busto em ¾ e um estudo menor da mesma figura	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ papel	49x36
289	Recanto de Soure	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	10,2x17
290	Retrato de Carmen Sousa	S/D	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ tela	40,3x31,7
291	Retrato de Helena Sousa	1928	Artes Visuais	Pintura	Óleo s/ madeira	49,9x39,4
292	Sem Título – Pintura em bandeja	S/D	Artes Visuais	Pintura	Mista s/ madeira	50x30
293	Vaso com Flores	S/D	Artes Visuais	Pintura	Aquarela s/ papel	35,7x26,5

Fonte: Coleção Carmen Sousa/MUFPA

**APÊNDICE D - METADADOS COMPARATIVOS DAS CONDIÇÕES PARA DESCRIÇÃO NO CAMPO DE INFORMAÇÃO DO AtoM,
SEGUNDO AS NORMAS ISAD(G) E DIRETRIZES CIDOC**

ZONA	CAMPO DE DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO ISAD(G)	DOCUMENTAÇÃO CIDOC
ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	Código de referência	Estabelecer código específico de referência local, número de controle ou outro identificador único, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Definir número único atribuído pela instituição para relacionar um objeto à sua documentação e possibilidade uma identificação exclusiva segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Título	Determinar o título formal ou um título atribuído sucinto, segundo as regras de descrição multinível e as convenções nacionais.	Estabelecer nome atribuído a um objeto ou grupo de objetos pelo artista/criador ou coletor na sua origem, ou títulos subsequentes, sejam especificamente atribuídos, ou geralmente, conhecidos para se referir ao objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Datas(s)	Deliberar data(s) de produção dos documentos, incluindo as datas de cópias, edições, versões, anexos ou originais de itens documentais gerados antes de terem sido acumulados como documentos de arquivo, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Demarcar a data ou intervalo de tempo associado à produção do objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Nível de descrição	Registrar o nível da unidade de descrição (Fundo, Seção, Série, Subsérie, Dossiê/Processo e Item documental).	Descrever a aparência do objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Dimensão e suporte	Escrever a dimensão da unidade de descrição indicando o número de unidades físicas ou lógicas em algarismos arábicos e a unidade de medida. Indicar o(s) suporte(s) específico(s) da unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Redigir os aspectos de valores numéricos (centímetro, metro, polegadas e grama) e dimensionais (altura, largura, profundidade, peso, volume e circunferência) do objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.

CONTEXTO	Nome(s) do(s) produtor(es)	Indicar o nome da(s) organização(ões) ou da(s) pessoa(s) responsável(is) pela produção, acumulação e manutenção dos documentos da unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Indicar o indivíduo, grupo ou organização associada à produção do objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Entidade detentora	Indicar a instituição responsável pela guarda do acervo	Indicar a instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.
	História administrativa/biografia	Descrever a história administrativa do(s) produtor(es) da unidade de descrição. A biografia (pessoas físicas ou famílias) registra informações tais como nomes completos e títulos, datas de nascimento e morte, local de nascimento, sucessivos lugares de domicílio, atividades, ocupação ou cargos, os nomes de origem ou quaisquer outros, realizações significativas e local de falecimento.	Descrever os tipos de referências registradas, tais como conteúdos sobre o objeto, arquivo de aquisições e bibliográficas, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	História arquivística	Elucidar informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para sua autenticidade, integridade e interpretação. Opcionalmente, quando a unidade de descrição for adquirida diretamente do produtor, não registre a história arquivística e sim registre a procedência.	Descrever o motivo da custódia de um ou vários objetos ou espécime foi aceita pelo museu, bem como empréstimo, estudo, possível aquisição e investigação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Fonte imediata de aquisição ou transferência	Identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição, além da data e/ou forma de aquisição, se nenhuma dessas informações for confidencial, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Informar o método por meio (doação, compra, troca, legado, desconhecido e coleta) de campo do qual um objeto é incluído na coleção, além da data de inclusão do objeto na coleção e o nome do indivíduo ou organização da qual o objeto foi adquirido, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.

CONTEÚDO E ESTRUTURA	Âmbito e conteúdo	Pontuar, de acordo com o nível de descrição, um sumário do âmbito (como período de tempo e localização geográfica) e conteúdo (como formas dos documentos, assuntos, processos administrativos) da unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	<p>Selecionar o termo que descreve a composição abstrata ou figurativa de um objeto ou da decoração desse objeto ou ainda, a interpretação da composição, tais como iconografia, assunto e conteúdo.</p> <p>Informar como o indivíduo/grupo, a data ou local estão associado às origens do objeto, incluindo a criação, fabricação, uso escavação ou coleta de um objeto ou espécime.</p> <p>Descrever a aparência do objeto, os materiais empregados na criação, decoração ou quaisquer adaptações subsequentes do objeto, os processos, métodos e técnicas utilizados na criação do objeto, as partes ou componentes do objeto do qual o matéria ou a técnica estão sendo descritos e os meios de coleta de um objeto e espécime.</p> <p>Essas informações devem ser descritas de acordo com o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.</p>
	Avaliação, seleção e eliminação	Registrar quaisquer ações de avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição, especialmente se tais ações puderem afetar a interpretação dessa unidade, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever os métodos (destruição, transferência, perda e venda) por meio do qual um objeto recebeu baixa patrimonial e para onde (indivíduo, grupo ou organização) foi destinada a alienação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Ingressos adicionais	Indicar se incorporações são esperadas. Se for o caso, dê uma estimativa de suas quantidades e frequência.	Pontuar uma breve descrição das partes fisicamente separadas ou separáveis de um objeto ou conjunto de objetos, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Sistema de organização	Estabelecer a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Estabelecer a natureza do nome do objeto registrado, bem como taxonômico, nome comum e classificação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.

CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	Condições de acesso	Clarificar acerca da lei ou estatuto legal, contrato, regulamento ou política que afete o acesso à unidade de descrição, além de esclarecer, se for o caso, a duração do período de restrição de acesso e a data em que os documentos poderão ser consultados, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Definir o indivíduo, organização ou grupo de indivíduos que detêm os direitos de reprodução ou outros direitos de uso do objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Condições de reprodução	Explicar sobre as condições, bem como copyright, que regulam a reprodução da unidade de descrição, uma vez que ela esteja acessível. Se a existência de tais condições é desconhecida, registre esse fato. Se não existem condições, não é necessário nenhum registro, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever a natureza dos direitos de reprodução e a sua propriedade e as restrições de uso aplicável ao objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Idioma do material	Indicar o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita dos documentos incluídos na unidade de descrição. Cita o uso de alfabetos, escritas, sistemas de símbolos ou abreviaturas incomuns, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever o idioma original aplicado na inscrição textual de um objeto, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Características físicas e requisitos técnicos	Apontar quaisquer condições físicas, tais como requisitos de preservação, que afetem o uso da unidade de descrição. Nomeie qualquer <i>software</i> e/ou <i>hardware</i> necessário para acesso à unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever o material empregado na criação, decoração ou quaisquer adaptações subsequentes do objeto; a técnica, processo e métodos utilizados na criação do objeto; e a parte ou componente do objeto do qual o material ou técnica estão sendo descritos, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	Existência e localização de originais	Assinalar a existência, localização, disponibilidade e/ou destruição dos originais quando a unidade de descrição consiste de cópias, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever o termo ou código que identifica o local onde um objeto está fisicamente localizado no momento atual, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Unidades de descrição relacionadas	Pontuar informação sobre unidades de descrição existentes na mesma instituição custodiadora ou em qualquer outro lugar que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) associação(ões), segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Indicar a forma como o indivíduo/grupo, data ou local estão associados às origens do objeto, incluindo criação, fabricação, uso, escavação ou coleta de um objeto ou espécime, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.

	Notas de publicação	Indicar uma referência e/ou informação sobre uma publicação que seja sobre ou baseada no uso, estudo ou análise da unidade de descrição, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever os tipos de referências registradas, tais como conteúdos sobre o objeto, arquivo de aquisições e bibliográficas, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
NOTAS	Notas	Indicar informação que não possa ser incluída em qualquer das outras áreas, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Descrever os tipos de referências registradas, tais como conteúdos sobre o objeto, arquivo de aquisições e bibliográficas, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
CONTROLE DA DESCRIÇÃO	Identificador da descrição	Indicar as fontes consultadas na preparação da descrição e quem a preparou, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Indicar o nome do indivíduo responsável pelo registro de um grupo ou categoria de informação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Data de criação	Indicar a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Indicar a data de criação/modificação de um grupo ou categoria de informação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.
	Revisão e eliminação	Apontar quaisquer ações de avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição, especialmente se tais ações puderem afetar a interpretação dessa unidade, segundo as regras de convenções nacionais ou internacionais.	Assinalar brevemente a descrição do estado de conservação do objeto incluindo observações sobre estabilidade, defeitos, reparos e integridades. Descreve os métodos (destruição, transferência, perda e venda) por meio do qual um objeto recebeu baixa patrimonial e para onde (indivíduo, grupo ou organização) foi destinada a alienação, segundo o controle de conteúdo e terminologia nacionais ou internacionais.

Fonte: Baseado nas Normas ISAD(G) (2000) e Diretrizes CIDOC (2014).